

O impacto do Jornalismo Colaborativo no exercício da profissão na atualidade

Análise comparada das plataformas ICIJ, Investigate
Europe e Connectas

Lúcia Monteiro Mesquita

Orientador: Prof. Doutor Paulo Martins

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Comunicação Social
vertente em Jornalismo

Lisboa
2019

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT

Aos meus pais.

Resumo

O presente estudo realizou uma investigação comparativa de três projetos de três organizações do jornalismo colaborativo: *The Panama Papers*, do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (sigla em inglês: ICIJ); Microsoft, do Investigate Europe; e “América Latina, Región de Carteles”, da Connectas. Com o objetivo de perceber os impactos destas organizações no mercado dos média, seus compromissos e práticas, o presente estudo realizou uma análise em duas fases: sete entrevistas qualitativas semiestruturadas em profundidade, e análise de conteúdo quantitativa de 10 peças noticiosas de cada um dos projetos. Alguns resultados alcançados são de que as organizações de jornalismo investigativo colaborativo são mais do que plataformas; elas publicam, ensinam, captam recursos para si mesmas e suas próprias investigações, além de, muitas vezes, possuírem suas próprias equipas. Trata-se de organizações dos média sem fins lucrativos que por serem menores, mais ágeis e flexíveis e, principalmente, por produzirem mais e melhores investigações e informações de alta qualidade, têm se mostrado mais efetivas na condução de investigações jornalísticas de grande envergadura, e mais eficientes na captação de recursos por diversas fontes.

Palavras-chave: Jornalismo Colaborativo; Jornalismo Investigativo; Jornalismo Big Data; Jornalismo Híbrido; Jornalismo em Rede; Jornalismo Transnacional

Abstract

The present study carried out a comparative investigation of three projects of three organizations of collaborative journalism: The Panama Papers, of the International Consortium of Investigative Journalists (ICIJ); Microsoft, of Investigate Europe; and “América Latina, Región de Carteles” by Connectas. In order to understand the impact of these organizations on the media market, their commitments and practices, the present study carried out a two-stage analysis: seven qualitative semi-structured interviews in depth, and quantitative content analysis of 10 pieces of news from each of the projects. Some results obtained are that collaborative investigative journalism organizations are more than platforms, they publish, teach, capture resources for themselves and their own investigations, as well as often owning their own teams. Collaborative journalism organizations are non-profit media organizations that, because they are smaller, more agile and flexible, and mainly producing more and better investigations and high-quality information, have been more effective in conducting large-scale investigative journalism, and more efficient in raising funds from a variety of sources.

Keywords: Collaborative Journalism; Investigative Journalism; Data Journalism; Hybrid Journalism; Networked Journalism; Cross-border Journalism

ÍNDICE

RESUMO	ii
LISTA DE TABELAS	iv
LISTA DE GRÁFICOS	v
INTRODUÇÃO	7
1. O ESTADO DO JORNALISMO	9
1.1. A Base: Jornalismo Investigativo	11
2. OS MODELOS DE JORNALISMO	12
2.1. Jornalismo Híbrido e Participativo	12
2.2. Jornalismo em Rede (<i>Networked Journalism</i>)	13
2.3. Jornalismo <i>Big Data</i>	15
2.4. Jornalismo Transnacional	17
2.5. Jornalismo Colaborativo	18
3. AS ORGANIZAÇÕES OBJETOS DO ESTUDO	22
3.1. The Internacional Consortium of Investigative Journalists	22
3.2. Connectas	22
3.3. Investigate Europe	23
3.4. Breve estado da arte acerca das plataformas estudadas	24
3.5. A inserção das organizações nos contextos mediáticos	27
3.6. Os projetos objetos de estudo	29
4. PERCURSO METODOLÓGICO	31
4.1. Análise de conteúdo	31
4.2. Entrevistas qualitativas	38
5. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	43
5.1. Distribuição dos meios de comunicação	43
5.2. Análise de conteúdo das peças noticiosas	54
5.3. Entrevistas qualitativas	58
6. DISCUSSÃO DE RESULTADOS	64
CONCLUSÕES	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
APÊNDICES	XX

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Factores de análise – categorias, classificação e indicadores

Tabela 2 – Roteiro de entrevista semiestruturada e vertentes de análise de acordo com os objetivos da investigação

Tabela 3 - Macro-regiões, regiões e meios de comunicação – *The Panama Papers*

Tabela 4 - Tipos de meios de comunicação por Macro-região – *The Panama Papers*

Tabela 5 - Nível de profissionalização por Macro-região – *The Panama Papers*

Tabela 6 - Macro-regiões, regiões, meios de comunicação, tipo e profissionalismo – Microsoft

Tabela 7 - Macro-regiões, regiões e meios de comunicação tipo e profissionalismo – América Latina, Región de Carteles

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Meios de Comunicação por Macro-região – *The Panama Papers*

Gráfico 2 - Tipos de Meios de Comunicação – *The Panama Papers*

Gráfico 3 - Níveis de Profissionalização – *The Panama Papers*

Gráfico 4 - Meios de Comunicação por Região – Microsoft

Gráfico 5 - Meios de Comunicação por Região – América Latina, Región de Carteles

INTRODUÇÃO

Partindo de um entendimento do estado atual do jornalismo e seus novos modelos de negócios, interação com o público e ferramentas de investigação, o presente estudo realizou uma investigação acerca do jornalismo colaborativo, seus compromissos éticos, sociais para com a profissão de jornalista, para com o mercado dos média e para com a sociedade em geral.

Para contextualizar conceptualmente a realidade na qual as organizações do jornalismo operam, foi realizada uma investigação acerca dos principais conceitos que permeiam o jornalismo na atualidade. Tencionamos desta forma, ajudar a entender o percurso do próprio mercado, bem como dos jornalistas e investigadores da área dos Estudos de Jornalismo e da Comunicação nas últimas décadas e que podem ter culminado para o surgimento de dezenas (talvez centenas) de organizações do jornalismo colaborativo.

Embora o presente estudo não tenha tido por objetivo traçar uma linha histórica, acredita-se que as definições de jornalismo em rede, jornalismo *big data*, jornalismo híbrido, participativo e transnacional nos ajudaram a entender em que contexto do jornalismo atual se insere o modelo do jornalismo colaborativo.

O jornalismo colaborativo não é novidade no mercado dos média, nem muito menos é desconhecido de jornalistas ao redor do mundo. Charles Lewis (2017) cita a fundação da Associated Press, fruto da necessidade de colaboração entre jornalistas que queriam cobrir os conflitos na fronteira dos Estados Unidos da América com o México ainda no século XIX, como um dos primeiros exercícios institucionalizados de colaboração.

No entanto, a proliferação de plataformas e organizações como as investigadas neste estudo é um fenómeno recente de cerca de 20 anos. Os anos de 1990 foram de extrema importância para a disseminação de um modelo que permitiu uma colaboração estruturada de jornalistas e meios de comunicação ao redor do mundo (Alfter, 2016). Muito disso se explica pela omnipresença da internet. Daí para a estruturação de organizações dedicadas a esse modelo colaborativo transnacional foi um pulo quase lógico de jornalistas e organizações dos média, na busca por sustentabilidade, recuperação de reputação e credibilidade, garantia de

trabalho a inúmeros jornalistas e *freelancers*, que além de tudo podem também contar com um apoio e proteção física, legal e digital destas organizações.

A presente investigação teve como objetivo responder à pergunta de partida “Qual o papel que desempenham na atualidade as plataformas de jornalismo colaborativo no exercício profissional?”. O objetivo geral consistiu em analisar, no que tange ao discurso teórico e prático, o impacto das plataformas de jornalismo colaborativo no exercício da profissão, enquanto novos espaços de mídia, que facilitam, medeiam, gerem e divulgam investigações.

Quanto aos objetivos específicos, foram traçados os seguintes:

1. Compreender o papel destas organizações na prática da profissão jornalística e no mercado dos média;
2. Identificar a diversidade de discursos que estas organizações conseguem (ou não) imprimir em contraposição ao discurso hegemônico do jornalismo tradicional;
3. Verificar modelos, práticas e compromissos das plataformas com o jornalismo e com a profissão;
4. Analisar códigos de conduta explícitos e implícitos destas plataformas do ponto de vista da ética, transparência, integridade e credibilidade para com a profissão e para com a sociedade;
5. Avaliar a importância e a necessidade destas plataformas em uma época de disrupção/ tecnológica e de crise do jornalismo.

A investigação foi conduzida em três projetos de jornalismo investigativo, de três organizações de jornalismo colaborativo. Do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (da sigla em inglês ICIJ), foi escolhido o projeto *The Panama Papers*; do Investigate Europe o caso Microsoft e da Connectas, o projeto “América Latina, Región de Carteles”.

Metodologicamente, o presente estudo concretiza uma análise qualitativa, conduzida por entrevistas semiestruturadas em profundidade, e uma análise de conteúdo quantitativa,

realizada em 10 peças noticiosas escolhidas a partir da análise do *corpus* das organizações e meios de comunicação abrangidos.

As três organizações se qualificam enquanto organizações do jornalismo colaborativo e demonstram práticas, processos e, principalmente, compromissos bastante similares, como: foco na transnacionalidade das investigações; tópicos e assuntos de investigação definidos pelo próprio corpo editorial e membros das organizações; equipa editorial coordenadora horizontal, transnacional e focada na diluição de diferenças culturais e na coordenação do trabalho, sem poder hierárquico próprio; uso da tecnologia em larga escala em todas as etapas da elaboração e da investigação jornalística; compromissos democráticos, de apoio a decisões e opiniões públicas acerca de questões políticas, económicas e sociais; e, por fim, um compromisso com a proteção de jornalistas e fontes participantes de projetos e da classe jornalística como um todo.

O jornalismo colaborativo se coloca em relação às mudanças enfrentadas pelo mercado dos média enquanto um relevante modelo de organização focado em investigação e com o compromisso de resgate da profissão, de seus valores e práticas, demonstrando seu engajamento com conceitos éticos, de integridade, credibilidade, transparência e independência, que há décadas permeiam e orientam a profissão ao redor do mundo.

O domínio da investigação se dá no campo dos Estudos do Jornalismo, da sua identidade enquanto profissão social e culturalmente estabelecida, das alterações no mercado dos média, passando por um entendimento das posições geográficas e contextos mediáticos, e, consequentemente, pelas respostas que jornalistas e organizações dos média dão aos desafios enfrentados neste momento de disrupção tecnológica e de queda dos índices de reputação da profissão.

1. O ESTADO DO JORNALISMO

O jornalismo atual não se classifica mais como uma indústria e encontra novas formas de organização e produção, com forte apelo ao corte de custos, redução de orçamentos e postos de trabalho, além da incorporação da digitalização como um novo formato para o

produto jornalístico. Este é o jornalismo pós-industrial, termo cunhado por Anderson, Bell e Shirky (2012).

É evidente que, embora os autores referiram ao estado da profissão e do mercado dos Estados Unidos da América, este é o estado do mercado na maioria dos países. Isto porque, apesar das diferenças regionais e nacionais, o jornalismo é visto e opera praticamente da mesma forma em quase todo o mundo (Deuze & Witschgel, 2017; Hallin, 1992) e, desde a emergência dos novos meios de comunicação, principalmente da internet, é ainda mais difícil encontrar as diferenças entre os veículos de comunicação em qualquer parte do mundo.

Anderson, Bell e Shirky (2012) apontam que este é o jornalismo que tem sido praticado mundo fora. Segundo os autores, o jornalismo é a prática que expõe a corrupção, traz à tona injustiças, assegura que políticos e empresas são monitorizados e estão em linha com as suas promessas e deveres. Além disto, tem função de informar o público e os consumidores, clarificar e explicar questões complexas e, por fim, ajudar a organizar o debate nas esferas públicas. Segundo os autores, o jornalismo é insubstituível no seu papel de garantia da democracia. Adiciona-se a esta conceituação a ideia de que o jornalismo se acerca de uma ideologia e uma cultura de responsabilidade social, de códigos éticos, independência e autonomia (Deuze, 2005; Meijer, 2001).

Diversos autores asseveram a importância que o jornalismo tem para a defesa e a garantia da democracia, mais precisamente para a boa operação do sistema democrático (Schudson, 2008; Anderson et al., 2012; Muhlmann, 2010; McNair, 2009, 2012).

Desta forma, é possível argumentar que a produção noticiosa, a distribuição e a circulação do produto jornalístico e até mesmo a profissão do jornalista se terão alterado consideravelmente na atualidade, mas não seria correto afirmar o mesmo em relação aos valores praticados pelo jornalismo (Deuze & Witschgel, 2017). Pelo contrário, o que se vê é uma reafirmação do interesse público do jornalismo e da sua importância para a sociedade (Van der Haak, Parks & Castells, 2012).

1.1. A Base: Jornalismo Investigativo

O jornalismo investigativo é “*watchdog journalism*”. Em outras palavras, é um modelo de jornalismo que tem por premissa submeter governos, Estados, empresas e personagens da vida pública a vigilância e constante auditoria, com foco em corrupção, fraude e discursos contraditórios de pessoas públicas. Nesta medida, é de extrema importância para garantir a democracia, a igualdade de acesso à informação e o poder de decisão do público (Kaplan, 2013; Hunter, 2011). O jornalismo investigativo é em essência um mecanismo de defesa e ataque contra o abuso do poder estatal, empresarial e até de indivíduos que possuam uma posição de destaque público, político e económico.

Como mencionado por Kaplan (2013), o “*watchdog journalism*” tem ajudado diversos países a desenvolver políticas mais democráticas e, embora na atualidade vejamos também um crescimento do protagonismo das entidades não-governamentais e da sociedade civil organizada na luta pelos direitos democráticos, o bom jornalismo investigativo ajuda, na sua prática, a grandes mudanças sociais, políticas e económicas.

Kaplan (2013) afirma ainda que um dos maiores desafios para a realização do jornalismo investigativo é a sua sustentabilidade económica. Segundo o autor, menos de 2% dos recursos das organizações dos média são investidos em jornalismo investigativo. Por isso mesmo, muito deste modelo de jornalismo é conduzido por organizações não-governamentais, por jornalistas independentes com recursos oriundos de instituições filantrópicas e de indivíduos convencidos da importância do trabalho, seja por meio de doações diretas ou de campanhas.

Uma das formas usadas na atualidade para a captação de recursos por essas organizações é o financiamento colaborativo (*crowdfunding*), no qual dezenas de indivíduos colaboram em pequenas parcelas com uma ideia de reportagem ou com a própria entidade realizadora. Este modelo é usado em larga escala nos países em desenvolvimento, com baixa profissionalização dos média ou/e com democracias frágeis.

Um exemplo recente – e que será abordado no decorrer do presente trabalho – é o próprio *The Panama Papers*, que só foi possível graças a esse modelo de financiamento. O ICIJ é uma organização sem fins lucrativos que opera e realiza investigações com recursos oriundos de fundações e de filantropia. Vale ressaltar que, como exposto anteriormente, em

países com baixa literacia mediática, baixa profissionalização e representatividade dos média e, por fim, com uma democracia ainda em construção ou não-madura, a participação das organizações não-governamentais foi essencial também para a divulgação nestes países dos resultados da investigação fruto do *The Panama Papers*. Estas organizações foram também capazes de ceder profissionais dedicados à realização da investigação.

2. OS MODELOS DE JORNALISMO

2.1. Jornalismo Híbrido e Participativo

Ainda na tentativa de entendimento acerca do estado atual do jornalismo e de como ele se diferencia do realizado anteriormente, se é que há uma alteração significativa, Huffington (2013) afirma, por exemplo, que ao discutir a questão não se trata de opor o antigo e o novo modelo de jornalismo, mas sim de encontrar novas abordagens para velhos problemas.

Nesta perspectiva, ainda segundo Huffington (2013), o jornalismo e as empresas dos média deveriam estar mais preocupados em melhorar o jornalismo e não tanto em preservá-lo. Neste ambiente de disrupção, sublinha a autora, um jornalismo híbrido, que combina o melhor do jornalismo tradicional com as novas ferramentas disponíveis no mundo digital, é o inevitável futuro da profissão. Este conceito de jornalismo híbrido está assente numa ética de participação, de abertura de códigos e de transparência como nova norma da prática jornalística. Uma prática que também visualiza a dissolução das barreiras que separam o que é do que não é jornalismo (Singer, 2015; Chadwick & Collister, 2014; Lewis, 2012).

A dissolução destas barreiras está baseada principalmente na incorporação de agentes não tradicionalmente considerados como participantes do processo jornalístico. São eles os diferentes atores que tornam o trabalho jornalístico possível nos dias atuais (Chadwick, 2017; Lewis, 2012). Acrescenta-se aqui também as redes de conexão entre estes diversos atores (Wahl-Jorgensen, 2014).

This comes at a time when such power is said to be dissolving away into online networks. To restate our concept of boundary-drawing power, we mean the capacity of an organizational actor to reconfigure the context of its own actions by using resources and strategies that are intrinsic to itself

but which also involve interfacing with other actors in a hypernetworked environment (Chadwick & Collister, 2014, p. 2427).

Um exemplo do jornalismo híbrido é a plataforma *WikiLeaks* (Wahl-Jorgensen, 2014; Beckett & Ball, 2012). A plataforma é usada como referência para a compreensão de um novo *modus operandi* do jornalismo, no qual os diversos atores colaboram na obtenção, produção e distribuição de informação.

Alguns podem lembrar-se de que o *WikiLeaks* inicialmente se posicionou até mesmo contra os média tradicionais, quase operando como uma plataforma dos média alternativos (Beckett & Ball, 2012), mas hoje é conhecido como uma das mais importantes plataformas de colaboração entre jornalistas, empresas dos média e demais atores (ativistas, entre outros).

Jenkins, Ford e Green (2013) afirmam que há uma mudança no foco no jornalismo, da distribuição para a circulação, estabelecendo assim uma relação com o público diferente da anterior. Este seria o jornalismo participativo, no qual o público deixa de ser apenas o consumidor passivo do produto jornalístico, mas parte essencial do processo de captura, produção e circulação deste produto. Os autores também dão grande destaque ao fato de este jornalismo participativo ultrapassar as barreiras geográficas, ao dar aos participantes ou atores uma espécie de direito partilhado sobre o produto, sobre o conteúdo jornalístico e, desta forma, sendo usado por comunidades e redes de contactos, entre outros. Portanto, o que surge com essa prática do jornalismo é um novo espaço no qual jornalistas e demais atores se encontram, partilham num mesmo nível de hierarquia (quando existe) as mesmas responsabilidades, deveres e direitos.

No entanto, há que se ressaltar que, embora o jornalismo participativo tenha um carácter colaborativo intrínseco, tal não significa que este modelo de jornalismo deva ser considerado colaborativo, como veremos a seguir.

2.2. Jornalismo em Rede (*Networked Journalism*)

O jornalismo em rede, assim como o jornalismo híbrido, tem em consideração a participação cada vez mais constante de elementos e atores de fora da profissão na produção jornalística. Segundo Jarvis (2006), a natureza desse jornalismo em rede é a colaboração, com

maior foco no processo em si e não tanto no produto. Jarvis ainda salienta que a participação do público (ou de amadores, como ele designa) se dá antes mesmo da matéria ser realizada e posteriormente este mesmo ator ainda participa ativamente na distribuição, publicidade e circulação da matéria jornalística.

“Networked journalism” takes into account the collaborative nature of journalism now: professionals and amateurs working together to get the real story, linking to each other across brands and old boundaries to share facts, questions, answers, ideas, perspectives. It recognizes the complex relationships that will make news. And it focuses on the process more than the product (Jarvis, 2006, para.2).

Van der Haak, Parks e Castells (2012), num trabalho acerca do futuro do jornalismo, afirmam que será realizado colaborativamente, em rede. Os autores atestam que numa sociedade em rede na qual a quantidade de dados é imensa e a complexidade da informação cada vez maior, é impossível ao jornalista realizar o seu trabalho sem contar com a participação e a colaboração de outros profissionais e de jornalistas cidadãos, por exemplo. Os autores afirmam que o jornalista que trabalha sozinho e faz a recolha da informação, produção e entrega da matéria final é cada vez mais raro na profissão. O que se vê agora é um jornalista que é apenas um nó na grande rede de colaboração em que o jornalismo se transformou.

Como Beckett e Mansell (2008) salientam, o jornalismo em rede desafia os modelos tradicionais de produção jornalística, migrando de uma estrutura hierarquizada para uma mais horizontal, assemelhando-se neste aspecto também ao jornalismo colaborativo.

Destaca-se ainda o fato de que a sobrevivência económica não parece ser uma prioridade (Beckett & Mansell, 2008) e que o jornalismo em rede, embora tenha existido de diversas formas ao longo da história, só é de fato possível a partir da globalização e principalmente do avanço tecnológico, em especial o da digitalização (Heinrich, 2011).

Heinrich (2011) refere a migração de uma sociedade desenhada a partir das suas relações com a indústria para uma sociedade baseada em informação e no fluxo da mesma, causando uma profunda transformação na produção jornalística. Segundo a autora, a forma como se faz jornalismo é definida socialmente e sofre as influências desta sociedade. Neste contexto, verificar a importância desta mudança na forma como a sociedade se organiza, neste caso a partir dos fluxos de informação, é essencial para o jornalismo enquanto prática, sem a qual a profissão não pode sobreviver. Até porque, como afirma a autora, as organizações

jornalísticas mudaram as suas estruturas radicalmente, para um modelo baseado nas novas tecnologias de informação.

2.3. Jornalismo *Big Data* (*Data Journalism*)

O volume de informação acessível é imenso. As formas de acesso, produção, circulação e distribuição da informação alteraram-se na Sociedade em Rede na Era da Informação (Castells, 2010). A prática jornalística, portanto, altera-se, ao usar os avanços tecnológicos não só para ampliar a distribuição do seu produto, mas principalmente na recolha da própria informação e na produção noticiosa.

Um dos grandes expoentes da agregação das novas tecnologias da informação à profissão e ao mercado é o jornalismo de dados ou *big data*. Gray, Chambers e Bounegru (2012) classificam o jornalismo realizado com dados como um novo modelo de jornalismo, que alia a capacidade de “farejar” uma história, própria da profissão de jornalista, com a capacidade de contar histórias a partir destes dados. Segundo os autores, a partir da emergência do mundo digital, o jornalismo ganhou capacidade técnica para contar essas histórias de forma mais visual, além de tornar mais fácil o cruzamento de dados de diversas fontes.

Os autores acrescentam à definição desse modelo de jornalismo não só o aumento da capacidade narrativa aquando do uso de dados, mas também da sua capacidade de interação e *engagement* com o público.

Bradshaw (2014) adiciona à definição conceptual do jornalismo de dados os riscos que este modelo enfrenta, especialmente no que se refere à questão ética. Para clarificar este desafio, elenca algumas das características da prática: automação; colaboração entre profissionais jornalistas e de outras áreas; publicação global; maior apelo à comunicação visual. Segundo o autor, estas características podem levar o profissional a uma série de erros e falsas interpretações, devido ao excesso de dados que, muitas vezes, também podem estar incorretos. Além disso, a natureza colaborativa da prática traz à tona as possíveis diferenças éticas na colaboração entre profissionais de distintas áreas, países diferentes e até mesmo códigos diversos, o que podem levar ao conflito.

O autor lembra, por exemplo, que muitos dos colaboradores deste modelo de jornalismo são *hackers*, atores que não são conhecidos por seguirem rígidos códigos de ética, como a maioria dos jornalistas. No entanto, se Bradshaw indica os diversos desafios, ele também recomenda certas atitudes que podem ajudar a entender a fundamentação da própria prática e a forma como tem sido desenvolvida pela maior parte dos profissionais que se utilizam das técnicas do jornalismo de dados. Entre as recomendações, elencam-se aqui algumas das mais importantes: ceticismo, metodologia, rigor, contexto, interação e personalização, preservação da privacidade, proteção das fontes e diminuição de possíveis danos.

Minimizar danos é um conselho que não está circunscrito ao jornalismo de dados, mas é interessante verificar que, especialmente neste modelo de jornalismo, a orientação ganha uma importante relevância. Os autores Fairfield e Shtein (2014) partilham da afirmação de Bradshaw. Mas por que é isto importante e qual é a saída?

Os autores acima mencionados e outros (Rorgers & Schwabishs, 2017; Bell, 2012; Gray, et al., 2012; Wahl-Jorgensen & Hanitzsch, 2009; por exemplo), que se dedicaram ao entendimento das consequências que o jornalismo de dados pode gerar na sociedade, sustentam que a solução para esta questão é a contextualização dos dados. Isto torna-se importante principalmente num contexto de jornalismo realizado em colaboração com diversos países. O contexto dos dados dá-se a partir da sua localização, na cultura e nos processos vividos por uma determinada sociedade ou comunidade. Portanto, é válido afirmar que só o trabalho jornalístico é capaz de garantir essa contextualização, pois o dado por si não diz muito e fora de contexto pode causar danos. E, embora a colaboração com outros atores, principalmente profissionais de outras áreas, seja desejável e imprescindível, é o tratamento ético, objetivo, autónomo, cético e independente do jornalista que vai dar a mais fidedigna visão da realidade dos fatos, ou seja, diminuindo a possibilidade de causar danos.

É válido afirmar também que a disseminação do jornalismo de dados ou *big data* é irreversível e é adotada pela grande maioria das organizações dos média. A sua proliferação também nos pode ajudar a entender a emergência do jornalismo colaborativo, pois como afirmam os teóricos Fink e Anderson (2015) os problemas enfrentados pelo jornalismo de dados podem ter gerado uma maior necessidade de colaboração. São eles: a falta de tempo na

recolha de dados, que pode prejudicar a decisão das pautas; a falta de ferramentas adequadas; a falta de profissionais com experiência e a falta de apoio legal.

Por esta perspectiva, vê-se a clara referência entre os dois modelos de jornalismo: jornalismo de dados e o jornalismo colaborativo. Muitas vezes os dois andam de braços dados, são complementares e mais vezes ainda não podem existir um sem o outro.

2.4. Jornalismo Transnacional (*Cross-border journalism*)

O jornalismo transnacional é uma prática quase tão antiga quanto o próprio jornalismo (Hellmueller, 2017). No entanto, a emergência de uma sociedade conectada em rede, na era da informação, e de um capitalismo que após a década de 70 deixa para trás todos os resquícios de uma prática basicamente nacional para abraçar definitivamente a transnacionalização (ou globalização, ou mundialização) são os motores que alavancaram o jornalismo transnacional ao patamar de profissionalização que vivenciamos hoje (Artz, 2017; Handley, 2014).

Há que se clarificar o que é o jornalismo transnacional do qual nos ocupamos neste trabalho, pois, embora ele seja realizado há anos, assume um novo caráter e uma nova prática. Segundo Grieves (2012), este “novo” jornalismo transnacional é realizado a partir de uma conexão em rede colaborativa de entidades e jornalistas de diversos países: “For my definition of transnational journalism, I draw on the idea expressed by the definition of transnationalism as ‘multiple ties and interactions linking people or institutions across the borders of nation-states’” (Grieves, 2012, p.8)

A sociedade globalizada e conectada em rede desencadeou a necessidade de um jornalismo investigativo também globalizado: se o capital é global e as empresas são globais, também deve ser global o jornalismo que investiga e tenta garantir a prestação de contas das entidades globais, assim como das regionais, como é o caso da União Europeia, NATO, Mercosul e tantos outros blocos e assembleias económicas e políticas (Deuze & Witschge, 2017; Alfter, 2016). Daí a necessidade de colaboração além das fronteiras, pois, essencialmente, o jornalismo desenvolve-se a partir da sua posição nacional e prioriza

informações e recortes da realidade a partir da dinâmica das suas próprias sociedades, acima das propostas oriundas de outros países e/ou comunidades (Artz, 2017; Broersma, 2004).

A colaboração entre organizações, empresas dos média e jornalistas independentes de diversos países não é só uma característica do jornalismo transnacional, mas, sim, uma necessidade. A popularização da internet e os seus efeitos no mercado dos média significaram um forte avanço e consequente proliferação das investigações além das fronteiras (Heft, et. al, 2017).

2.5. Jornalismo Colaborativo

O jornalismo colaborativo é uma prática em ascensão. Embora a colaboração entre jornalistas não seja uma novidade, o que verificamos é que há poucos trabalhos académicos abordando o tema, menos ainda na forma como apresentamos neste trabalho.

Ao apresentar-se como uma rede, uma plataforma (as mais das vezes digital) e uma organização sem fins lucrativos do mercado dos média, o jornalismo colaborativo é baseada na ideia de interação entre jornalistas e outros profissionais, que investigam juntos um tema de importância para jornalistas individualmente e suas organizações mediáticas. Mais ainda, o jornalismo colaborativo é, antes de tudo, uma colaboração editorial entre organizações dos média, organizações não-governamentais, universidades, e outros atores, que em conjunto trazem a público histórias que não poderiam ser contadas de outras formas (Sambrook, 2017).

Adicionalmente, o jornalismo colaborativo pode ser feito a partir de qualquer parte do mundo. Muitas organizações viram nele a oportunidade de restaurar a credibilidade do próprio meio de comunicação social, a partir da oferta de uma produção investigativa de envergadura internacional, profunda, ampla e aproveitando a competência e habilidades de profissionais com os quais podem contar ao redor do mundo.

Diversos autores qualificam o jornalismo colaborativo como um fenómeno que se assemelha ao jornalismo participativo, ou seja, aquele que é realizado em parceria com o não profissional, o indivíduo não-jornalista que colabora na obtenção da informação, na realização e na produção da matéria jornalística (Spangenberg & Heise, 2014; Rublescki & da Silva, 2012; Zanotti, 2010; Belochio, 2010; Machado, Lohmann & Hagenauer, 2009). Já outros

teóricos salientam a colaboração entre empresas de média na definição do conceito de outros modelos de operação do jornalismo atual (Handley, 2014; Fowler-Watt & Allan, 2013; Rusbridger, 2010; Bruns, 2003) – assim contribuindo para um entendimento de jornalismo colaborativo como jornalismo participativo ou de parceria, não como um modelo em si.

O jornalismo colaborativo também pode ser confundido com o jornalismo em rede (*Networked Journalism*). Embora se assemelhem em grande parte, a seguinte definição pode ajudar-nos a compreender a distinção:

To some extent, a new professional figure has emerged, the networked journalist, as the subject of networked journalism. The role of the professional is still essential, both in going out to collect new facts on site, and in making sense of the information. There is still authorship of the report and the analysis, but it is driven by a networked practice dependent on sources, commentaries, and feedback, some of which are constantly accessible online. The actual product of journalistic practice now usually involves networks of various professionals and citizens collaborating, corroborating, correcting, and ultimately distilling the essence of the story that will be told (Van der Haak, Parks & Castells, 2012, p. 2927).

Podemos afirmar que os dois modelos conceituais não são excludentes e, no entanto, diferenciam-se. Enquanto o jornalismo em rede se foca no entendimento da mudança pela qual passa a produção jornalística no que se refere à recolha (digital) de informação, tratamento e circulação da mesma, ao considerar o jornalista em si o produtor de significado, um nó na rede de conexão composta por diversos atores não profissionais, o Jornalismo Colaborativo está mais preocupado com modelos de trabalho. Além disso, o jornalismo em rede não está tão preocupado com a sustentabilidade económica dos profissionais envolvidos, enquanto no jornalismo colaborativo é evidente a preocupação com o tema.

Outra distinção é o papel do próprio profissional. Enquanto no jornalismo em rede vemos uma diluição do papel do jornalista, no jornalismo colaborativo vemos um reforço e até mesmo uma aclamação da importância que jornalistas e imprensa têm para a sociedade.

Desta forma, acredita-se que a definição do *Center for Cooperative Media*, no qual o jornalismo colaborativo é considerado um empreendimento jornalístico resultado de um modelo de trabalho baseado numa abordagem multientidades, é a mais assertiva. Estas entidades são empresas jornalísticas, organizações e profissionais que atuam no campo dos média.

There are several different ways to look at collaborative journalism, but we define it broadly as the practice of executing journalistic endeavors using a cross-entity approach. This encompasses news organizations working together (and with other non-news entities) on reporting projects, partnering on audience engagement efforts, co-collecting and sharing data, or even teaming up to build technology that supports multiple organizations working toward a shared journalistic goal (CollaborativeJournalism.org, 2017).

Verifica-se que o conceito de jornalismo colaborativo identifica e caracteriza este modelo de jornalismo como sendo composto por diversas organizações mediáticas, tradicionais ou não, concorrentes ou não, que se juntam para investigar, produzir e distribuir matéria jornalística fruto do trabalho de investigação (Stonbely, 2017; Graves & Konieczna, 2015). Acrescenta-se a esta definição o fato de o produto jornalístico ser divulgado simultaneamente em todos os países, regiões e nos meios de comunicação das organizações participantes (Sambrook, 2017; Stonbely, 2017).

Em resumo, o presente trabalho operacionalizou a investigação com base na definição conceptual de que o jornalismo colaborativo é a prática do jornalismo usando uma abordagem de entidade cruzada ou de multientidades e que aqui entendemos como diversas organizações dos média ou meios de comunicação social (Serna, 2018; Stonbely, 2017).

Sabe-se que o Jornalismo Colaborativo se estabelece enquanto modelo no campo do jornalismo de partilha, muitas vezes radical, de informações, dados, fontes, ferramentas, tecnologia e formas de trabalho. Estabelece-se, portanto, como uma plataforma, uma rede, que pretende dar condições aos profissionais para realizarem o seu trabalho, acompanhando a evolução do próprio mercado, partilhando investigações, informações, contactos, dados e validação dos mesmos, mas também, e principalmente, como uma organização dos média sem fins lucrativos.

Em outubro de 2018, o Institute for Nonprofit News divulgou seu mais novo *INN Index 2018: The state of nonprofit news*, um extensivo estudo sobre as organizações jornalísticas sem fins lucrativos. Cerca de 40% das organizações estudadas são de jornalismo investigativo, entre elas o ICIJ.

Como mencionado, a quantidade de dados com os quais jornalistas em todas as práticas estão lidando é incomensurável (Lewis, 2017). O próprio advento de equipas colaborativas, antes mesmo do surgimento de plataformas e organizações especializadas, já

era uma realidade na redação. E, para lidar com a imensidão de dados, o bom faro investigativo é essencial.

Hoje, pensar em jornalismo investigativo, é pensar em fuga de informações e dados, é pensar em segurança pessoal e digital, é pensar em técnicas e tecnologias que possam maximizar o impacto da investigação e diminuir o tempo de realização, já que muitos meios de comunicação social abandonaram suas equipas de investigação em função do tempo e custo de processos naturalmente mais demorados. Portanto, é correto dizer que o jornalismo colaborativo também é uma resposta ao estrangulamento das equipas de investigação. É um modelo que, atualmente, o jornalista investigativo profissional não pode deixar de usar. Em suma, pensar em jornalismo é pensar em colaboração.

O modelo de jornalismo investigativo e colaborativo das organizações estudadas na presente investigação é essencialmente transnacional. Embora nem todo o jornalismo colaborativo seja transnacional, todo o jornalismo transnacional é colaborativo. Os casos aqui citados são de jornalistas, entidades ou órgãos de comunicação nacional ou global, comerciais ou não, e de jornalistas *freelancers*, que se juntam para realizar uma investigação não “encomendada” por uma empresa, por meio de uma rede colaborativa, que se configura sob ou é coordenada por uma organização dos média sem fins lucrativos e da qual os próprios jornalistas são membros, fundadores e decisores. Estamos a falar aqui de uma rede de jornalistas que investigam determinado tópico de vital importância para a sociedade, e que consideram este o seu dever enquanto profissionais e detentores de um código de ética que os obriga a prestar um serviço à sociedade.

Os jornalistas destas redes colaboram na extração, cruzamento, mineração, verificação de dados, que, muitas vezes, são de volumes jamais vistos (Obermayer & Obermaier, 2016; Stonbely, 2017) e necessitam do apoio de profissionais que muitas das redações não possuem (Sambrook, 2017).

Vale ressaltar ainda que estas redes colaborativas dão um suporte que vai além do técnico-profissional, o qual tange à garantia social do jornalismo de livre expressão. Estas redes asseguram apoio legal à investigação, dividindo riscos (Sambrook, 2017) e, muitas vezes, em casos de países com uma maior censura aos meios de comunicação, permitem até a realização da investigação em outro país, evitando assim possíveis ações legais e, ao mesmo tempo, assegurando o acesso do público ao resultado da investigação.

3. AS ORGANIZAÇÕES OBJETO DE ESTUDO

3.1. The International Consortium of Investigative Journalists (ICIJ)

O ICIJ é uma entidade global que reúne mais de 190 jornalistas de 65 países em campanhas e projetos de jornalismo investigativo. Desde a sua fundação em 1997, tem se dedicado a apoiar o jornalismo investigativo ao redor do mundo, além de conduzir investigações por si mesmo, como é o caso do *The Panama Papers*. Composto por jornalistas com conhecimento em investigação jornalística, o ICIJ também possui uma equipa de especialistas em dados, especialistas no desenvolvimento de tecnologia e *designers*, enfim, um time capaz de oferecer à rede formada os subsídios necessários para a comunicação segura dos jornalistas envolvidos.

A organização foi fundada como um projeto do Center for Public Integrity (CPI) e, após quase vinte anos sob as asas do CPI, o ICIJ se tornou uma organização sem fins lucrativos independente. Segundo Lewis (2017), fundador do centro, o ICIJ passou por um período de maturação de cinco anos até começar a conduzir investigações. Quase como um laboratório, esse período de exploração foi essencial para o sucesso do projeto. Lewis acrescenta que o empreendimento nunca poderia ter sido levado a cabo por organizações tradicionais do jornalismo, por estas serem tomadas pelo ego, orgulho e arrogância, que as impede de trabalhar em conjunto com outras organizações.

Em manifesto, publicado em seu *website*, o ICIJ afirma que a organização representa um novo paradigma do jornalismo, criado para enfrentar as adversidades da atualidade. Segundo o ICIJ, a verdade está sob ataque e a organização tem como missão trazer responsabilidade em escala global, de forma profissional e colaborativa.

3.2. Connectas

Como informa Carlos Eduardo Huertas, diretor da Connectas entrevistado no âmbito deste trabalho, a organização foi fundada há seis anos, como parte de um projeto que ele conduziu na *Nieman Foundation*, em Harvard, Estados Unidos da América, mas, em um ano, a organização já funcionava nos parâmetros pelos quais é conhecida: uma organização latino-

americana sem fins-lucrativos, que promove a produção, o intercâmbio, a capacitação e a difusão de informações importantes para o desenvolvimento do continente Americano.

Segundo Huertas, as similaridades, as tradições culturais e o compartilhamento da língua fazem com que a região latino-americana seja uma das mais coesas, tornando mais fácil e natural o trabalho colaborativo que a Connectas potencializa. A Connectas prioriza a parceria com meios de comunicação jornalísticos e funciona como um centro logístico de apoio técnico e profissional aos meios e aos jornalistas que conduzem investigações. Além disso, a Connectas possui um braço educacional, do qual, muitas vezes, saem as ideias de tópicos e assuntos a serem investigados.

Segundo Huertas, esse é um importante laboratório para a descoberta de talentos e suas ideias, que serão apoiadas financeira e tecnicamente pela Connectas. Há diversos formatos de parceria: com o jornalista de um meio de comunicação estabelecido; com o próprio meio de comunicação; com redes colaborativas de jornalistas de diversos países; por meio de produção própria com os jornalistas membros. Enfim, em termos de modelos de parceria, o céu é o limite para a Connectas.

3.3. Investigate Europe

A organização Investigate Europe se coloca um importante e desafiador objetivo: o de investigar em uma Europa em mudança, trazendo estruturas transnacionais e atores à responsabilidade. Paulo Pena, jornalista do *Diário de Notícias* (Portugal) e membro-fundador, entrevistado para esta investigação, classifica a organização como uma agência de notícias: “Somos uma agência que produz informação e a oferece aos média que existem. O nosso slogan comercial é esse mesmo: pesquisar uma vez, publicar 28 vezes”.

Segundo Pena, a organização sobrevive graças a doações privadas ou de fundações, pois a venda direta das reportagens ainda não paga o valor e dedicação dos jornalistas à investigação. No futuro, contudo, o Investigate Europe pretende depender cada vez menos dessas doações e mais do suporte financeiro direto de cidadãos e da venda dos produtos jornalísticos aos meios de comunicação do continente.

O *website* da organização sustenta que há uma falha ou falta de um entendimento transnacional das questões Europeias e, segundo Pena, a Europa não possui uma opinião pública continental. Para preencher essa lacuna, há necessidade de colaboração jornalística além das fronteiras, para que seja capaz de coletar dados e decifrar informações para o público local. Rainer Jung, porta-voz da Hans-Böckler-Stiftung, uma das fundações que apoiam financeiramente o Investigate Europe, afirma que a organização tem a missão de preencher esse hiato entre o que é reportado às comunidades locais e as questões que englobam toda a Europa. Até porque, como defende o Investigate Europe, o jornalismo colaborativo transnacional é mais do que necessário para explicar um mundo em constante mudança.

3.4. Breve estado da arte acerca das plataformas estudadas

Em uma pesquisa de artigos e livros académicos que citam as plataformas estudadas neste trabalho, foi possível identificar que a maior parte se refere ao ICIJ e às suas investigações, em especial ao *The Panama Papers*, mostrando uma clara diferença desta organização com relação às demais.

De uma forma geral, a maior parte dos artigos que citam o ICIJ refere-se tão somente aos projetos oriundos do seu trabalho enquanto associação ou organização dos média, mais do que à sua atuação no campo profissional e económico do jornalismo. Muitos dos artigos que citam o ICIJ no contexto do projeto *The Panama Papers* identificam a forma como o projeto trouxe à tona questões políticas e económicas do próprio capitalismo global, abordando temas como técnicas de investigação forense, mecanismos de transparência corporativa, auditoria e impactos regulatórios e tributários da investigação nas esferas públicas e privadas da sociedade (Ramamoorti et al., 2017; Lotti, 2016; Evertsson, 2016; Menkes, 2016).

Numa ótica das ciências políticas, a tese de mestrado de Veltman (2017) investiga o caso do *The Panama Papers* sob o quadro teórico da pós-democracia e da transparência como disputa política. Também na perspectiva de Engelen (2017), a disputa política na pós-democracia entre o discurso das elites e as práticas democráticas é baseada numa interpretação política do projeto.

No panorama mediático, uma investigação sobre a independência dos órgãos de comunicação na Rússia (Lippman & Akhrarkhodjaeva, 2017) utiliza o caso *The Panama Papers* para ilustrar a perseguição sofrida pelos jornalistas daquele país. Neste caso, com a substituição de toda uma equipa de profissionais de uma organização dos média que relatou a conexão do presidente russo com os papéis divulgados pelo ICIJ.

Entendendo o ICIJ como um expoente num modelo jornalístico, Birnbauer (2011) faz uma análise sobre a criação destas organizações não lucrativas e como elas estão a mudar a imagem do jornalismo mundialmente. Também Bradshaw (2014) usa o exemplo da organização numa discussão sobre ética para jornalistas digitais, especialmente sobre a questão das fontes. No caso do ICIJ, que é conhecido também pela sua prática de fonte compartilhada, explicita o seu entendimento acerca do uso ético de fontes e da pressão exercida por governos e força policial na obtenção de informações que podem colocar em risco fontes e informadores.

Gearing (2014) usa o exemplo do ICIJ para reforçar a importância dos modelos de jornalismo colaborativo e transnacional para a garantia da diversidade de vozes apresentadas e, também, dos assuntos cobertos pelo jornalismo atual.

Para finalizar essa pesquisa, não poderíamos deixar de aludir ao trabalho de Pitt e Green-Barber (2017) sobre como organizações dos média mensuram o impacto de seu trabalho. O ICIJ é apresentado como um exemplo através do qual outras organizações poderiam aprender com os desafios enfrentados pela plataforma. Pitt e Green-Barber descobriram, por exemplo, que as colaborações potencializam os impactos das investigações, mas é difícil medi-los a partir dos parceiros e ainda mais a partir das repercussões nas diversas esferas. (Pitt & Green-Barber, 2017)

Sobre o Investigate Europe, o artigo de Heft, Alfter e Pfetsch (2017) descreve a influência do jornalismo colaborativo na construção das narrativas e das coberturas da imprensa nos países europeus, avaliando a predominância de um discurso regional sobre o nacional. O artigo caracteriza ainda o tipo de trabalho desenvolvido por essas redes colaborativas do jornalismo em crescimento na Europa como tendo uma importante função “*watchdog journalism*”. Ou seja, de colocar a política Europeia e suas instituições sob escrutínio da população.

Ainda no artigo de Heft, Alfter e Pfetsch (2017), as redes de jornalismo colaborativo são apontadas como formando uma base que possibilita aos jornalistas e meios de comunicação participantes um ponto comum de observação acerca dos problemas e questões Europeias, além de garantir o compartilhamento de informações e fontes, entre outros aspetos. Segundo os autores, o desenvolvimento e o rápido crescimento das redes de colaboração estão associados à frustração com os média nacionais e tradicionais e à baixa qualidade das investigações que produzem.

Acerca da Connectas, encontra-se o artigo de García (2015), que faz uma investigação sobre padrões nas práticas de seis meios de comunicação nativos digitais, dentre eles a Connectas, para entender as transformações pelas quais passaram os veículos de comunicação social com o surgimento da internet e das novas tecnologias, que, segundo o autor, são um conjunto de fenómenos que transformaram o campo informativo (García, 2015).

Digno de nota também o trabalho de investigação científica de Muñoz e Acevedo (2017), que faz um estudo acerca da percepção do jornalismo investigativo dos estudantes de jornalismo e, embora a referência à Connectas seja bastante pequena, torna-se importante no sentido em que dá uma ideia de que os estudantes passam a ter um entendimento de um modelo de investigação conduzido pela organização, que, segundo o estudo, não poderia ser conduzido por um jornalista individualmente. Em contraposição a um entendimento de que o jornalista nativo digital seria um “eremita”, o estudo identifica um profissional hiperconectado, trabalhando em colaboração com outros profissionais (Muñoz & Acevedo, 2017).

Um informe investigativo acerca da pluralidade e diversidade de discursos das fontes de informação nas matérias jornalísticas dos meios de comunicação estudados cita a Connectas como fonte para afirmar a importância do uso de técnicas de *crowdsourcing* para gerar uma perspectiva múltipla acerca dos acontecimentos (Santisteban Casas, León Posada, & Visbal, 2016).

Por fim, uma importante publicação do destacado Knight Center for Journalism in The Americas, da Universidade de Texas, em Austin, Estados Unidos da América, traz um mapeamento da inovação no campo do jornalismo na América Latina. A publicação cita a Connectas como um dos exemplos do fértil campo para o jornalismo transnacional em que a região latino-americana se tornou nos últimos anos (Mioli & Nafria, 2017).

3.5. A inserção das organizações nos contextos mediáticos

Acredita-se que para um entendimento mais aprofundado do estado do jornalismo realizado mundialmente, em especial das organizações aqui estudadas e até para que possamos compará-las, é necessário realizar uma contextualização do ambiente político, histórico, económico e cultural em que se inserem. Segundo Blumler e Gurevitch (2002), os estudos comparados permitem-nos uma melhor compreensão dos sujeitos analisados, pois estabelecem uma visão mais precisa do sujeito, sem o risco de enfatizar ou subestimar questões nas quais o pesquisador, por falta de um conhecimento prévio ou mais aprofundado do contexto, poderia incorrer.

De Fleur e Ball-Rokeach (1989) afirmam que os sistemas são entidades abstratas que recorrem e agem de forma estruturada, direcionadas por uma cultura e por atitudes psicológicas. Os autores incluem na definição dos sistemas mediáticos análises de instituições de pesquisa, processos de distribuição, produtores e propaganda. Por exemplo, Hallin e Mancini (2010) estabelecem três modelos mediáticos baseados em critérios como história, cultura, economia e política – sendo eles o Modelo Mediterrânico, Modelo Liberal e Modelo Corporativista Democrático –, que nos ajudam a entender a aplicabilidade desta conceptualização baseada em sistemas.

Os estudos de sistemas comparados na comunicação têm um aspecto funcionalista e outro confrontacional, que permitem uma compreensão da função dos média no seu contexto. No entanto, a questão das fronteiras dos sistemas é um problema, pois não estão claramente delineados. Num mundo globalizado, como nos podemos referir a sistemas baseados em nações, países, estados? (Esser, 2013; Rantanen, 2013; Hardy, 2012; Norris, 2009). Os teóricos críticos questionam o paralelismo político dos sistemas e a falha numa compreensão mais profunda da complexidade cultural dos sujeitos.

Ainda assim, a teoria se mostra essencial para a realização de comparações e para obtenção de uma visão mais geral, mais contextualizada, do sujeito, sendo ainda uma ferramenta importante para análises. Hallin e Mancini notam que os sistemas só existem em comparação e confronto com outros sistemas com os quais interagem – são definidos por um sistema de *inputs* e *outputs*.

Partindo desta compreensão mais geral acerca dos estudos em sistemas comparados, é possível compreender também em que contexto as organizações aqui estudadas se posicionam, tendo em consideração, portanto, o seu contexto social, político, cultural e económico. Para tal efeito, foi escolhida a matriz desenhada por Hallin e Mancini (2010). A partir desta matriz, é possível concluir, por exemplo, quando nos referimos à importância do ICIJ e à sua transversalidade e poder para angariar tamanha força para a realização das investigações, que a sua posição económica, social, política e cultural no mercado mediático constitui uma vantagem comparativa, face às demais plataformas.

O ICIJ tem a sua sede localizada geograficamente nos Estados Unidos da América e, portanto, pode ser interpretado no contexto de uma organização integrada no sistema designado como Modelo Liberal. Esta classificação ajuda-nos a entender como a organização se posiciona, teoricamente, numa posição favorável para o trabalho de investigação jornalística, por estar dentro de um modelo conhecido pela histórica luta pelas liberdades individuais e liberdade de expressão, além de ter uma forte presença num sistema mediático livre e estruturado.

Já a plataforma Investigate Europe está contextualizada numa realidade europeia e, portanto, é uma organização integrada nos modelos Mediterrâneo e Democrático Corporativista. Segundo Hallin e Mancini (2010), o primeiro modelo se caracteriza por um sistema mediático dependente do poder estabelecido, grandes companhias, políticos e figuras públicas; e o segundo, embora se assemelhe em parte também com o Modelo Liberal por possuir um mercado mediático forte e desenvolvido, tem como característica o aberto apoio editorial a tendências políticas e religiosas. Segundo os autores, os países pertencentes a este modelo assemelham-se também por um certo grau de paralelismo político (que vem declinando nos últimos anos). Portanto, seria possível afirmar que a sua posição, embora ainda bastante favorável, não goza da mesma vantagem que o ICIJ do ponto de vista da independência e da autonomia.

Embora durante anos os sistemas de média europeus tenham evoluído na sua liberdade de associação e de expressão, segundo os autores, ainda são marcados pela influência da sua condição histórica.

A situação da plataforma Connectas não é tão fácil de ser classificada por esta matriz. A Connectas está localizada na América Latina, região não contemplada pela teoria de Hallin

e Mancini. Segundo Albuquerque (2011), os modelos desenhados pelos autores foram estabelecidos segundo similaridades de países que histórica, social, económica e politicamente são mais coesos do que os seus pares latino-americanos e ex-soviéticos, entre outros, mas servem como referência normativa, permitindo, portanto, análises comparativas.

Albuquerque (2011) usa como exemplo o caso do sistema mediático do Brasil, que se assemelha ao Modelo Liberal, mas a sua particularidade histórica, cultural, política e económica coloca-o numa situação distinta. Segundo o autor, há uma categorização, a que chama periférica, pela qual os países que estão fora do contexto central (dos modelos já estabelecidos) se posicionam à margem e, portanto, possuem características próprias que se assemelham em alguns pontos com os modelos desenhados e que os usam como referência ideal de comportamento e atividade, mas que possuem histórica, económica, política, social e culturalmente realidades diversas.

Neste contexto, a América Latina não possui, por assim dizer, um modelo único para que seja possível compará-lo diretamente com os estabelecidos por Hallin e Mancini. No entanto, é possível fazer uma comparação a partir do contraste, tendo em consideração os conceitos de modelos periféricos e centrais de Albuquerque (2011). “A media system is peripheral to the extent that it defines itself with reference to foreign models, and its central to the extent that it can be used as a reference for other systems” (Albuquerque, 2011, p. 73)

Em entrevista para a presente investigação, jornalistas e organizações da América Latina e Europa encaram o ICIJ como um modelo a se espelhar. Suas características de independência, reputação, credibilidade, autonomia e transparência são citadas como referências de boas práticas.

3.6. Os projetos objeto de estudo

3.6.1. *The Panama Papers*

O *The Panama Papers* teve início muito antes de sua divulgação em 3 de abril de 2016, quando o jornalista Bastian Obermayer, do jornal alemão *Süddeutsche Zeitung*, recebeu uma comunicação de um possível vazador (*whistleblower*), identificando-se como John Doe. Segundo contam Bastian Obermayer e Frederik Obermaier, um desconhecido interessado em trazer a público o obscuro mundo das *offshore* e dois jornalistas investigativos deram início ao

que viria a ser uma das maiores investigações do jornalismo no mundo (Obermayer & Obermaier, 2016).

O ICIJ foi o responsável por angariar apoio de outros jornalistas, organizações não-governamentais e organizações dos média ao redor do mundo, além de apoiar técnica e logisticamente a rede formada. Como explica o diretor do ICIJ, Gerard Ryle, o projeto *The Panama Papers* foi a maior investigação baseada em dados da história do jornalismo e isso só foi possível graças à colaboração de jornalistas em diversos países. Segundo Ryle, a investigação seria impossível sem a colaboração dos milhares de profissionais envolvidos (citado por Brinlee, 2016).

Diversos foram os impactos percebidos como resultados diretos da investigação conduzida pelo ICIJ e muitos outros mais devem ainda vir à tona no desenrolar das investigações que estão sendo conduzidas pelos governos dos países envolvidos, que, segundo os dados, são mais de 70 (Lewis, 2017).

3.6.2. Microsoft

O caso da Microsoft foi publicado em 9 de abril de 2017 e nos dias seguintes em meios de comunicação em 12 países da Europa. A investigação, que teve duração de três meses, envolveu nove jornalistas que entrevistaram mais de 100 especialistas, economistas, políticos e outros e coletaram documentos sobre a relação que os países europeus têm com a Microsoft e como isso pode estar afetando as leis de concorrência, os processos licitatórios, a inovação tecnológica e até mesmo como isso pode estar colocando em risco a autonomia política desses países.

Segundo o Investigate Europe, organização coordenadora da investigação, os programas de computador produzidos pela Microsoft são maioria nas administrações pública nos países europeus e até mesmo em função das inovações, e consequentes atualizações de programas e sistemas, a Europa tem se tornado cada vez mais dependente da empresa.

As reportagens oriundas dessa investigação usaram termos como “colónia digital”, “capturados” e “cavalo de Tróia” para demonstrar o nível das relações “maliciosas” que a

empresa mantém com diversos governos nacionais e entidades como a Comissão Europeia e até o Parlamento Europeu.

3.6.3. “América Latina, Región de Carteles”

A investigação “América Latina, Región de Carteles”, lançada em janeiro de 2018, é fruto da cooperação de Connectas com IDL Reporteros de Perú e contou com a participação de jornalistas de quatro países: Chile, Perú, Colômbia e México.

A investigação revelou que pelo menos 600 empresas de escala internacional, nacional, regional e local foram notificadas, entre os anos de 2012 e 2017 pela formação de cartel com seus competidores em casos de combinação de preços, divisão de mercados, licitações públicas e, até, para barrar a entrada de novos participantes no mercado de artigos de diversos tipos, como fraldas infantis, farinha, açúcar, cimento, gasolina, pão, veículos automotores, serviços de carga, remédios e construção.

Os dados foram coletados de relatórios de 14 instituições estatais responsáveis pelas políticas, fiscalização e regulação dos mercados dos países latino-americanos. Segundo cálculos oferecidos pela investigação de Connectas e IDL Reporteros de Perú, as multas geradas superam o valor de 2,6 milhões de dólares, sendo que quase 70% dos casos foram de sanções aplicadas no Brasil.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

4.1. Análise de conteúdo

4.1.1. Meios de comunicação e organizações abrangidos

Uma análise comparativa dos meios de comunicação abrangidos pelos projetos foi orientada, primeiro, para a escolha dos projetos a serem investigados (*The Panama Papers*, Microsoft e “América Latina, Región de Carteles”); e, segundo, para a escolha das peças de notícias, produto da investigação, tentando garantir a maior diversidade possível e um certo grau de comparabilidade.

O *corpus* de análise foi definido a partir das seguintes categorias:

- A) Macro-regiões – seguindo um modelo de referência misto para a classificação de macro-regiões nos países participantes dos projetos, acreditava-se ser possível organizar os meios de comunicação social e organizações participantes dos projetos sob análise por grupos. Para tanto, foi usada a metodologia das Nações Unidas para classificação dos países e suas regiões globais (United Nations, 2011);
- B) Tipo de meio – jornal, revista, rádio, ONG, jornalista *freelance*, agências ou uma combinação de diversos canais; neste caso, foi dada prioridade ao canal principal (aquele pelo qual a empresa é conhecida ou que tem maior relevância para seu mercado);
- C) Nível de profissionalização – para nos ajudar a identificar o nível de profissionalismo do meio de comunicação, um dos critérios avaliados é o composto oferecido por Hallin e Mancini (2017):

In the case of journalistic professionalism, for example, we put forward three central criteria – autonomy of journalism, consensus on ethics and standards of practice, and ideology of public service – as well as various institutional manifestations, like strength of press councils and of professional associations (Hallin & Mancini, 2017).

Em acréscimo, usamos como critério para a análise dos níveis de profissionalismo características apontadas por Singer (2003), Carlson e Lewis (2015) e Deuze (2001; 2005), que incluem as mudanças trazidas pela internet e pela digitalização dos média ao conceito de profissionalismo, ao apontarem, por exemplo, a conectividade, hipertextualidade e a introdução da utilização da internet em todos os processos da produção jornalística como um dos aspectos dos impactos das novas tecnologias de informação e comunicação no exercício da profissão. Essas e outras características somam-se à ideologia ocupacional que compartilham aqueles que identificam o jornalismo como uma profissão, cultural e socialmente identificada (Deuze, 2005; Singer, 2003).

É consensual que há mudanças culturais acerca do que pode ou não ser considerado jornalismo profissional após o advento da internet, como a reportagem assistida por computador (do inglês: Computer Assisted Reporting, CAR), mas também que a profissão de jornalista é guiada por preceitos como autonomia, independência, objetividade, transparência, ética, serviço público, credibilidade e clara separação entre as áreas editoriais e comerciais

dos meios de comunicação, aspectos que ainda são os parâmetros que estabelecem as fronteiras da profissão.

Por fim, neste quesito também foram analisados critérios de convergência gráfica e de conteúdo (Deuze, 2001), como os de navegabilidade do *website* do meio de comunicação, presença de recursos de multimédia e de interação, quantidade de informações dispostas, assim como transparência quanto à própria organização e aos códigos éticos.

4.1.2. As peças noticiosas

Para uma melhor compreensão do discurso teórico-prático das plataformas de jornalismo colaborativo, era necessária uma avaliação do produto das investigações coordenadas pelas plataformas. Para o efeito, o texto escrito pareceu ser a melhor opção.

Acerca da opção metodológica, a técnica aplicada foi a de análise de conteúdo em uma abordagem quantitativa. Entendeu-se que a análise de conteúdo seria a melhor técnica a ser aplicada tendo em vista sua importância para a interpretação e a inferência (Krippendorff, 2012; Bardin, 2009; Guerra, 2006).

Segundo Deacon, Pickering, Golding e Murdock (2007), a análise de conteúdo fornece um panorama para a análise de um fenómeno que está sendo estudado. Para verificar a incidência do fenómeno, a melhor maneira é a mensuração do mesmo.

A escolha das peças noticiosas foi realizada em base à garantia de representatividade do mais diverso e amplo grupo de meios de comunicação e mais completas peças noticiosas. No entanto, as escolhas tiveram como objetivo equilibrar a análise, para que a discrepância de tamanhos entre os projetos fosse minimizada.

Para tanto foi, em primeiro lugar, definido que o número de peças noticiosas fosse no máximo de dez e, em segundo, que a data de publicação fosse mais próxima da data do fim do embargo. O terceiro critério foi a localização geográfica: tentou-se escolher as mesmas regiões e/ou países quando foi possível. Em quarto lugar, escolheram-se as peças com mais elementos para análise, tais como gráficos, imagens, vídeos, etc.; em quinto, deu-se preferência a países com língua conhecida pela pesquisadora ou que pudessem ser facilmente

traduzíveis, sem grande perda de sentido – embora esse não seja um critério de exclusão, pois o que se analisa aqui são elementos constituintes de conjuntos e não singularidades, não palavras e expressões, mas antes elementos de fácil identificação e característicos do produto jornalístico.

No caso do ICIJ, foi escolhido o *The Panama Papers*, cujas organizações participantes e meios de comunicação dedicaram um ano à análise de mais de 11,5 milhões de documentos, a partir de uma fuga de informações do escritório de advocacia Mossack Fonseca, localizado no Panamá.

No caso do Investigate Europe, a opção recaiu no trabalho sobre o projeto Microsoft, publicado em 9 de abril de 2017. Durante três meses, nove jornalistas investigativos entrevistaram mais de 100 especialistas, economistas, políticos e outros.

No caso da Connectas, a análise foi realizada nos resultados obtidos pela investigação “América Latina, Región de Carteles”, lançada em janeiro de 2018. O projeto é fruto da cooperação de Connectas com IDL Reporteros de Perú e contou com a participação de jornalistas de quatro países: Chile, Perú, Colômbia e México.

As categorias, classificações e indicadores ajudaram a constituir um escopo mais profundo de análise, já que foram baseadas em características do jornalismo colaborativo observáveis nas peças noticiosas e no sentido de perceber como estas se apresentam em seu produto, a reportagem. As categorias são as seguintes:

1) Credibilidade – embora o conceito seja bastante amplo, é possível afirmar que parte importante da credibilidade de uma informação é o nível de fiabilidade da fonte desta informação, se esta é credível e permite o nível necessário de transmissão de confiança (Rodrigues, 1988; Serra, 2006).

2) *Crowdsourcing* – participação de outros atores externos à organização na elaboração da narrativa noticiosa (Onuoha, Pinder & Chaffer, 2015). Como Sambrook (2017) vai nos ajudar a entender, *crowdsourcing* no jornalismo colaborativo tem um papel mais importante do que simplesmente uma técnica de suporte financeiro que muitas organizações utilizam, que é o do *crowdsourcing* editorial. O *crowdsourcing* editorial tem como especificidade a integração à colaboração de outros atores sociais, não somente jornalistas,

como académicos, outras organizações sem fins lucrativos e não-governamentais, e mesmo o próprio público leitor, que agregam um valor às histórias, que de outra forma não teriam sido contadas.

3) Diversidade do discurso:

3 a) Heinrich (2011) afirma que a colaboração tem um impacto importante na diversidade de vozes apresentadas na imprensa, assim como assegura uma multiplicidade de ângulos sob os quais o material pode ser abordado.

3 b) Customização da investigação e/ou da peça noticiosa para o público local ou regional. Segundo Brigitte Alfter (2016), entre as definições de procedimentos do jornalismo colaborativo estão a checagem individual das informações angariadas e/ou coletadas por meio dos projetos de investigação e o ajuste, a adaptação e a customização dessas informações para seus públicos, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

4) Acessibilidade – como uma das características do jornalismo colaborativo é também a capacidade de aumentar a circulação do produto jornalístico, ou seja, sua capacidade de “espalhamento” da investigação para além das fronteiras nacionais e regionais, tornar acessível o conteúdo produzido por meio de traduções para línguas locais constitui um elemento importante de observação (Raetzsch, 2016).

5) Interatividade – como Bardoel e Deuze (2001) afirmam, o jornalismo produzido na internet tem como princípio o uso de alguns recursos que só o meio eletrónico é capaz de oferecer. Um desses recursos é a interatividade. Portanto, esse é um aspecto do jornalismo online, principalmente do meio nativo digital, que deve ser avaliado. O critério de interatividade foi adaptado de teorias de autores como McAdams (2005) e Garrand (2006), que dedicaram trabalhos ao entendimento das mudanças estéticas e estilísticas do jornalismo multiplataforma. Para representar mais objetivamente estas teorias, o critério interatividade foi dividido em dois níveis: o primeiro nível se relaciona com a interatividade da própria peça noticiosa e se ou como o leitor é empoderado, no sentido de poder alterar e manipular objetos fruto de recursos multimédia, como gráficos e galeria de fotos, entre outros; e o segundo nível está focado na disponibilização de um espaço para a postagem de comentários do público.

6) Plataformas de difusão – a utilização de recursos multimédia, necessidade premente do jornalismo realizado no ambiente digital, é um fator que leva muitos dos jornalistas a colaborarem com profissionais de outras áreas. Embora em muitos casos não seja possível a identificação de quais e se houve a participação direta de outros atores (não profissionais) na elaboração das peças noticiosas, é possível identificar quais os recursos e quais os mais usados. Foram levados em conta, portanto:

6 a) Jornalismo visual: transformação de conteúdo que era apenas textual em um material que usa diferentes tipos e formatos de jornalismo para contar uma história.

6 b) Estatísticas ou números em gráficos ou tabelas quantitativas.

7) Confiança e prestação de contas – para gerar a confiança do público na investigação a ser conduzida, as peças noticiosas devem apresentar elementos que justifiquem a confiabilidade da informação. Neste caso, a afirmação de Weinberger (2009) de que a transparência é a nova objetividade no jornalismo pode nos ajudar a entender como a transparência nos métodos e nos processos de investigação se mostra um importante fator a ser analisado.

8) Valor – embora seja perceptível a importância para os meios de comunicação das investigações conduzidas pelas organizações colaborativas, a própria classificação da peça noticiosa fruto da investigação em uma editoria ou outra do meio de comunicação – ou mesmo se é inserida na *homepage* ou no editorial – nos faz ter uma outra percepção do valor daquela notícia para o meio e para o seu público. Como os autores Faria e Zanchetta (2006) sustentam, a disposição da notícia no meio de comunicação demonstra a relevância que o assunto, segundo o próprio meio de comunicação, tem para o público.

9) Independência – uma das mais importantes características do jornalismo. No jornalismo realizado colaborativamente, o exercício de independência editorial é ainda mais valioso, para assegurar confiança entre os meios de comunicação e os jornalistas participantes dos projetos. Este também é um fator relevante para identificar possíveis conflitos de interesse, principalmente com financiadores (Sambrook, 2017). Portanto, verificar o quanto e de que forma a independência é garantida e mencionada na peça noticiosa mostra-se de grande valor analítico.

10) Desenvolvimento – uma característica do jornalismo investigativo é a sua capacidade de gerar efeitos de curto ou longo prazos em suas comunidades, levando por exemplo a mudanças regulatórias de políticas. Uma das formas de mensurar esses impactos é a própria repercussão da investigação pelo meio de comunicação. Neste caso, é possível realizar essa avaliação por meio da peça noticiosa, quando é uma peça única (um único artigo ou reportagem) ou quando é parte de uma cadeia de reportagens, artigos e/ou outros géneros jornalísticos.

Para que seja possível uma visualização da análise conduzida, a tabela 1 mostra cada um dos fatores de análise, seus conjuntos (categorias); subconjuntos ou subcategorias (classificações), entendidas como explicativos de em qual dimensão se colocam as categorias, e, por fim, indicadores.

Tabela 1: Fatores de análise – categorias, classificação e indicadores.

Categorias	Classificação	Indicador
Credibilidade	Tipos de Fontes de Informação	Nacional
		Internacional
		Oficial
		Não oficial
		Não observável
<i>Crowdsourcing</i>	Utilização	Observável
		Não observável
Diversidade	Customização	Parcial
		Integral
		Inexistente
Acessibilidade	Tradução	Parcial
		Integral
		Inexistente
Interatividade	Interatividade com o Público	Nível I
		Nível II
		Inexistente
Multimédia	Recursos	Texto
		Gráficos
		Design
		Vídeo
		Áudio

Confiança	Detalhamento da Investigação	Parcial
		Integral
		Não observável
Valor	Área do meio	<i>Homepage</i>
		Editorial
		Política
		Mundo
		Nacional
		Outros
Independência	Patrocínio	Nacional
		Internacional
		Não indicado
Desenvolvimento	Repercussão	Única
		Especial
		Não indicado

4.2. Entrevistas qualitativas

Adicionalmente às análises anteriores, o presente trabalho realizou uma pesquisa de abordagem qualitativa. Em uma perspectiva indutiva, baseada em entrevistas em profundidade, semiestruturadas, em uma posição empírica rigorosa e que deveria evitar assunções teóricas prematuras, e que, pelo contrário, buscava construir de baixo para cima interpretações sobre os objetivos geral e específicos desenhados para o atual trabalho de pesquisa, possibilitando captar pontos de vista subjetivos acerca dos conceitos e fenómenos aqui estudados.

As entrevistas foram realizadas a três personagens (atores) de cada uma das plataformas: administrador da plataforma, representante da entidade financiadora e jornalista participante. Acredita-se que a partir da visão destes três elementos foi possível realizar uma análise mais completa. A investigação de carácter qualitativo se deu em respeito ao modelo teórico de análise de Flick (2009), que, crê-se, está em linha com o proposto para esse trabalho.

No tocante à escolha do guião, ela foi baseada na ideia de que, por ser uma pesquisa realizada com sujeitos em diversos países, a entrevista deveria ser conduzida eletronicamente, como em seguida será explicado.

Segundo Usher (2016), além de uma visão do sujeito acerca dos tópicos abordados, a entrevista oferece observações com relação a outros sujeitos e objetos, promovendo um entendimento mais aprofundado e completo acerca de eventos e pessoas aos quais está interligado.

Interview work presents an important contribution to qualitative work (...) “How events occur or what an event produces”- in other words, process – may be better understood. In this case, interviews are used to form a backbone for understanding workflow in the newsroom. As interview data is combined across a variety of participants, the researcher can obtain the depth of multiple perspectives and understand how event and people are interrelated (Usher, 2016).

A entrevista semiestruturada é caracterizada por uma abertura do processo de entrevista, deixando tanto entrevistado quanto entrevistador livres para acrescentar mais questões conforme a necessidade de entendimento. A ideia é, portanto, não limitar as possibilidades de resposta (Bryman, 2012). A presente investigação seguiu os modelos de Weiss (1995) e Bryman (2012) de acordo com os quais a técnica é aplicada em pesquisas cujo objetivo é compreender a visão dos entrevistados acerca de seus comportamentos, atitudes, compromissos, crenças e valores.

Weiss (1995) guia-nos na discussão das diferenças entre entrevistas qualitativas e quantitativas, afirmando que as primeiras são mais bem-sucedidas em oferecer um mais completo e profundo cenário dos sujeitos entrevistados. O autor sustenta ainda que a entrevista pode ser considerada qualitativa a partir do momento em que a análise resultante estará muito mais calcada em uma avaliação interpretativa, resumida e integrada do que simplesmente na contabilidade de citações, palavras e expressões usadas pelo entrevistado. Weiss (1995) nos informa que uma entrevista qualitativa possui um número de perguntas menor, mas que compreende respostas além do mero sim ou não.

A impossibilidade de condução das entrevistas *in loco* nos fez acrescentar mais uma linha de condução às entrevistas. Para este propósito, foi escolhida a técnica de entrevista eletrônica baseada na orientação sugerida por Morgan e Symon (2004). Os autores explicam que a entrevista eletrônica, neste caso conduzida por e-mail, pode ser usada para complementar ou mesmo substituir uma entrevista face a face e ainda permite que o sujeito entrevistado e o entrevistador possam ter um momento de reflexão acerca do guião, oferecendo uma possibilidade maior de engajamento do sujeito em todo o processo de

pesquisa. Por fim, a técnica facilita a condução de pesquisas multinacionais, como é o caso do presente estudo (Morgan & Symon, 2004).

Adicionalmente, é importante clarificar que as perguntas foram endereçadas no corpo do e-mail e não anexadas, juntamente com uma breve apresentação da investigadora e sua filiação académica e uma explicação do objetivo do estudo. Esse modelo seguiu a indicação de Bryman (2012), que nos demonstra que entrevistas conduzidas eletronicamente com o questionário no corpo do e-mail asseguram um maior engajamento e retorno dos respondentes do que o conjunto de questões anexado.

Foram conduzidas sete entrevistas – algumas das quais por telefone, por escolha dos próprios entrevistados: duas do Investigate Europe (Paulo Pena, jornalista e co-fundador da organização, e Rainer Jung, porta-voz da fundação Hans-Böckler-Stiftung); duas da Connectas (Carlos Eduardo Huertas, diretor, e Suchit Chávez, jornalista e responsável pela Rede Norte da organização); e três do ICIJ (Amy Wilson-Chapman, ICIJ's community engagement editor, Merel Borger, gerente de programa da Adessium Foundation, e Guilherme Amado, jornalista e vice-presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – Abraji).

É importante ressaltar que Carlos Eduardo Huertas concedeu duas entrevistas, uma como diretor e co-fundador da Connectas e outra como jornalista responsável pelo trabalho da Connectas à frente da investigação *The Panama Papers*, do ICIJ, no Panamá e na Colômbia. Paulo Pena respondeu somente a uma entrevista, já que, pelo modelo de trabalho da organização, os jornalistas participantes também conduzem as investigações.

Outra questão importante é que apesar de ainda não ter participado ativamente em nenhuma investigação com o ICIJ, Guilherme Amado é membro da rede da organização e jornalista do jornal brasileiro *O Globo*, além de ter produzido diversos trabalhos colaborativos dentro e fora da redação do jornal, e de ser vice-presidente da Abraji. Amado trouxe à presente investigação não somente a sua experiência pessoal, mas também uma visão mais ampla de investigador e coordenador de projetos de investigação colaborativos.

Para análise das respostas obtidas nesta etapa da investigação, foi usada a técnica qualitativa, conforme proposto pelos autores citados. Primeiramente, para dar o correto entendimento das entrevistas coletadas para este trabalho, além do guião utilizado para a

realização das mesmas, faz-se necessário um apontamento acerca das vertentes e da relação existente entre os elementos identificados no discurso dos entrevistados e os identificados como características do jornalismo colaborativo, mas também, e principalmente, a relação existente entre o discurso e os objetivos geral e específicos desse estudo.

O esquema a seguir demonstra como a pergunta de partida e os objetivos geral e específicos desta investigação foram endereçados em vertentes de análise (Tabela 2).

Tabela 2: Guião de entrevista semiestruturada e vertentes de análise de acordo com os objetivos da investigação.

Pergunta de Partida	Vertentes
Qual o papel que desempenham na atualidade as plataformas de jornalismo colaborativo no exercício profissional?	1) Motivação – o que leva jornalistas a criarem organizações de jornalismo colaborativo e o que estas organizações tencionam alcançar.
	2) Recursos partilhados – as organizações e os jornalistas demonstram a importância de partilhar recursos para a condução das investigações.
Objetivo Geral	
Analisar, no que tange ao discurso teórico e prático, o impacto das plataformas de jornalismo colaborativo no exercício da profissão, enquanto novos espaços de média, que facilitam, medeiam, gerem e divulgam investigações.	3) Cultura – quais os aspectos culturais que ajudam ou dificultam as relações das organizações com os seus parceiros, seus membros jornalistas e com as organizações tradicionais dos média.
	4) A importância da colaboração – jornalistas, organizações do jornalismo colaborativo e patrocinadores demonstram a importância de colaborar.
Objetivos específicos	

1. Compreender o papel destas organizações na prática da profissão jornalística e no mercado dos média;	5) Proteção – quais os mecanismos, processos e tecnologias oferecidas pelas organizações do jornalismo colaborativo para garantir a proteção dos jornalistas, da investigação e das fontes.
	6) Relação com os média tradicionais – dada a importância do tema, abriu-se uma categoria para tentar perceber como e de que forma as organizações de jornalismo colaborativo se relacionam com os média tradicionais.
2. Identificar a diversidade de discursos que estas organizações conseguem (ou não) imprimir em contraposição ao discurso hegemónico do jornalismo tradicional;	7) Diversidade de discurso – como as organizações de jornalismo colaborativo e jornalistas membros demonstram a diversidade de discurso e de narrativas em suas investigações.
3. Verificar modelos, práticas e compromissos das plataformas com o jornalismo e com a profissão;	8) Processo de trabalho – em geral, como se organizam as organizações para realizarem as suas investigações.
	9) Compromisso – quais os compromissos das organizações, dos jornalistas e das organizações patrocinadoras para com a sociedade.
	10) <i>Compliance</i> – como organizações patrocinadoras garantem o <i>compliance</i> das organizações financiadas aos seus próprios compromissos éticos.
4. Analisar códigos de conduta explícitos e implícitos destas plataformas do ponto de vista da ética, transparência, integridade e credibilidade para com a profissão e para	11) Sustentabilidade – como as organizações se sustentam, como pretendem manter o seu trabalho no futuro, quais os desafios e soluções encontradas.

com a sociedade;	12) Independência – como as organizações do jornalismo colaborativo e as organizações patrocinadoras garantem a independência e a autonomia.
	13) Credibilidade – como as organizações de jornalismo colaborativo garantem a credibilidade do seu trabalho e a transparência.
5. Avaliar a importância e a necessidade destas plataformas em uma época de disrupção tecnológica e de crise do jornalismo.	14) Futuro – qual o futuro das organizações de jornalismo colaborativo.
	15) Tecnologia – como e qual o nível de importância da tecnologia na condução das investigações e na segurança de seus participantes.

5. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

5.1. Distribuição dos meios de comunicação

Nesta primeira parte da análise, são apresentados os dados referentes à posição geográfica dos meios de comunicação abrangidos em cada um dos projetos: ICIJ – *The Panama Papers*; Investigate Europe – Microsoft; e Connectas – “América Latina, Región de Carteles”. Nesta parte da análise, pouca interpretação foi realizada para que fosse possível obtermos uma mais próxima imagem real da distribuição destes meios de comunicação pelo globo.

Posteriormente, foi realizado um inventário dos tipos de meios de comunicação abrangidos – jornais, revistas, televisão ou rádio, *websites* de notícias, agências de notícias ou organizações não-governamentais (ONG) ou sem fins lucrativos. Em alguns casos, não foi possível observar a estrutura organizacional do meio de comunicação por este não possuir um *website* baseado na internet. No entanto, mesmo nestes casos, a localização geográfica foi estabelecida até para permitir um entendimento acerca deste elemento.

Em um terceiro momento, foi realizada uma avaliação acerca dos níveis de profissionalização dos meios de comunicação abrangidos. Em uma escala que varia de Alto a Baixo, os veículos foram classificados usando-se principalmente critérios de convergência gráfica e de conteúdo (Deuze, 2001), como os de navegabilidade do *website* do meio de comunicação, presença de recursos multimédia e de interação, quantidade de informações dispostas, como transparência quanto à própria organização, códigos éticos, separação clara entre áreas comerciais e editoriais, objetividade, autonomia e independência.

5.1.1. *The Panama Papers*

Os dados analisados aqui foram baseados na lista de parceiros do projeto *The Panama Papers*, fornecido pelo próprio ICIJ e disponível no *website* do projeto (ICIJ, 2016). À época da coleta dos dados, o número de organizações abrangidas era de 121 meios de comunicação de 78 países. Para possibilitar a análise e comparação, foi utilizada a lista de países e suas regiões e classificações das Nações Unidas (UN, 2011). No entanto, vale ressaltar que a contabilidade se deu a partir da quantidade de meios de comunicação e não de países. Ou seja, a classificação por país e região é meramente para efeitos de análise e comparação.

O caso do *The Panama Papers*, apresentado na tabela 3 e gráfico 1, possui um número muitas vezes maior de parceiros e, por isso, forneceu um número maior de variáveis para a construção de gráficos nesta parte da análise. Deste modo, o foco é conhecer a expansão geográfica do projeto. Percebe-se aqui que o ICIJ foi capaz de tornar o *The Panama Papers* um projeto realmente global. No entanto, verifica-se uma maior participação de meios de comunicação ocidentais, com mais de dois terços dos representantes.

Outro fator interessante de observação é a participação da região 1 (América Latina). Com 25% da amostra geral, a região está atrás apenas da região 3 (Europa Ocidental), na qual estão presentes países como França, Portugal, Espanha, Itália, Inglaterra e Alemanha. Países estes que tradicional e historicamente são mais ativos globalmente, até por causa da sua posição regional em função da União Europeia.

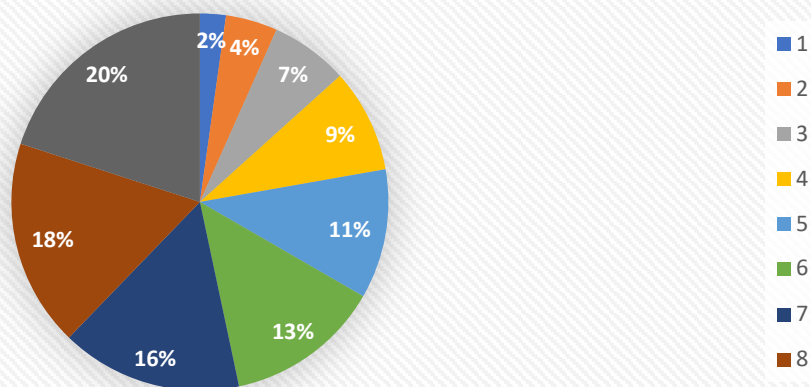
Outra observação fica por conta da participação das demais regiões, que praticamente se assemelham em quantidade de participantes, o que demonstra um equilíbrio, intencional ou não, da diversidade geográfica do projeto.

Um dado interessante, embora não esteja aparente nesta parte da análise (pode ser verificado nos apêndices) é a quantidade de meios de comunicação por país. Os Estados Unidos da América contam com nove participantes, quase o dobro da segunda colocada, a Venezuela (5) e mais do dobro da terceira, a Bélgica (4). Nas próximas colocações, temos Alemanha, Brasil, Argentina e Peru, com três participantes cada, e o restante com duas ou uma participação por país.

Tabela 3: Macro-regiões, regiões e meios de comunicação – *The Panama Papers*.

Número de Referência	Macro-regiões	Regiões	Meios de Comunicação
1	América Latina	América Central, Sul e Caribe	30
2	América do Norte	América do Norte	11
3	Europa Ocidental	Sul da Europa, Europa Ocidental, Norte da Europa	35
4	Europa Oriental	Europa Oriental	9
5	Norte da África	Norte da África e Oriental	8
6	Sul da África	Sul da África e Ocidental	11
7	Ásia Ocidental	Sul da Ásia e Ocidental	7
8	Ásia Oriental	Ásia Oriental e Sul Oriental	7
9	Oceania	Oceania	4

Gráfico 1 - Meios de Comunicação por Macro-região



Interessante observar, mediante a tabela 4 e o gráfico 2, que a maior parte dos participantes são jornais, totalizando 39 das ocorrências, enquanto os meios de comunicação nativos digitais os *websites* de notícias ficam em segundo lugar, com 24. Isso demonstra a importância que tais projetos têm para a imprensa tradicional. Embora não tenhamos coletado informações sobre a dimensão dos meios de comunicação, podemos afirmar, por observação, que a maior parte dos jornais são veículos grandes. A região que mostra uma maior participação desses meios de comunicação é a 3. Em segundo lugar, surge a região 1, e, em terceiro lugar, a 2.

A participação dos meios de comunicação nativos digitais, aqui apresentados como *websites* de notícias, embora seja menor do que a imprensa tradicional no cômputo geral, é visível em praticamente todas as regiões em menor ou maior grau, com exceção das regiões 9 e 4. A maior participação dos órgãos de comunicação digitais está nas regiões 1, em primeiro lugar, 3, em segundo lugar, e 6.

As agências de notícias tiveram uma participação menor do que a esperada – em função principalmente do tamanho destas organizações. Espera-se que uma organização maior e mais profissional tenha mais condições financeiras para dedicar equipas às investigações. Ainda assim, a região com o maior número de participantes do tipo agências de notícias é a 3 e, em segundo lugar, a 5.

Notadamente, as organizações não-governamentais (ONG) estão presentes em todas as regiões, com exceção da Oceania. A participação é mais importante nas regiões 1, 4 e 6.

As revistas não parecem ser o tipo mais comum de meio de comunicação, quando se trata de projetos de investigação. Apenas metade das regiões conta com a representação deste tipo e, ainda, com índices baixos de participantes. A TV e o rádio ganham destaque em diversas regiões, com índices equilibrados. A região com o maior número de meios de comunicação deste tipo é a 3 e, em segundo lugar, a 9.

O caso da região 9 é interessante, por ter entre os participantes do projeto somente meios de comunicação tradicionais (TV/rádio e jornais). Também levando em consideração o número de participantes na região, o tipo dos média TV/rádio ganha ainda mais em relevância, sendo três meios de comunicação deste tipo, contra um único jornal.

A região 8 é uma das com maior equilíbrio entre os tipos de meios de comunicação participantes. No entanto, os órgãos de comunicação nativos digitais (*websites* de notícias) são maioria. Todos os demais tipos aparecem com a mesma quantidade de participantes.

Um certo equilíbrio também é percebido na região 7. O que é de se espantar, já que esta região é composta por países tão distintos entre si, como Índia, Iraque, Paquistão e Israel.

A região 6 apresenta a mesma quantidade de participantes nativos digitais (*websites* de notícias) e organizações não-governamentais e apresenta também os únicos meios de comunicação que não foram passíveis de observação. Caracterizada por uma maior participação de agências de notícias e por TV/rádio, a região 5 difere em relação aos países do mesmo continente.

A região 4 apresenta uma dicotomia. Só dois tipos de meios de comunicação participaram do projeto na região: jornais e organizações não-governamentais. Um verdadeiro contraste com seus pares do lado Ocidental. Como demonstrado anteriormente, a região 3 é a que tem o maior número de participantes em valores gerais e a representatividade dos veículos tradicionais jornais supera os outros tipos, sendo o dobro de todos os demais individualmente. Se acrescentarmos TV/rádio ao escopo de meios de comunicação tradicionais, contamos com um total de 21 meios contra 14 de todos os outros tipos combinados (*websites* de notícias, agências de notícias, revistas e ONG).

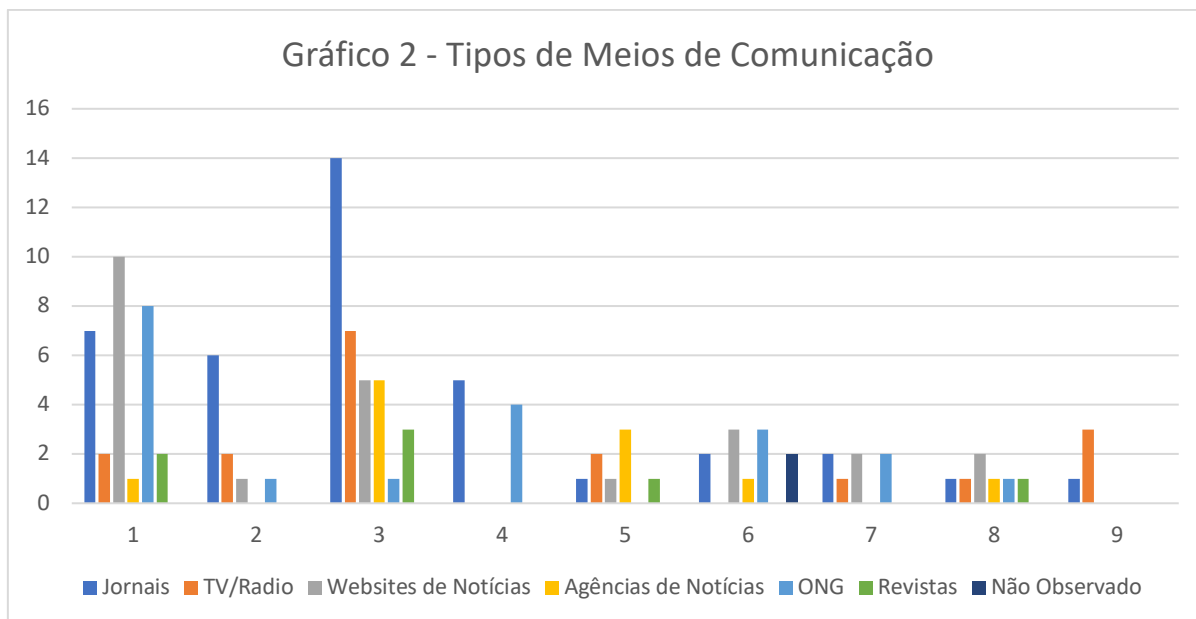
A região 2, embora em valores absolutos seja bem menor em representação do que a Europa Ocidental, Sul e Norte da Europa, apresenta números semelhantes. Nesta região, os

meios de comunicação tradicionais jornais e TV/rádio são maioria e o número de organizações não-governamentais é o mesmo da região 3, apenas um.

Para finalizar, a região 1 apresenta um maior número de participantes nativos digitais (*websites* de notícias) – aliás, é o maior entre todas as regiões. Esta também é a região com maior participação de ONG e de jornais, sendo o primeiro o maior dentre a totalidade das regiões e o segundo só perdendo em número de participantes para a região 3. A descrição pode ser observada na tabela 4 e no gráfico 2.

Tabela 4: Tipos de meios de comunicação por Macro-região – *The Panama Papers*.

Tipo	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Jornais	7	6	14	5	1	2	2	1	1
TV/rádio	2	2	7	0	2	0	1	1	3
<i>Websites</i> de notícias	10	1	5	0	1	3	2	2	0
Agências de notícias	1	0	5	0	3	1	0	1	0
ONG	8	1	1	4	0	3	2	1	0
Revistas	2	0	3	0	1	0	0	1	0
Não observado	0	0	0	0	0	2	0	0	0



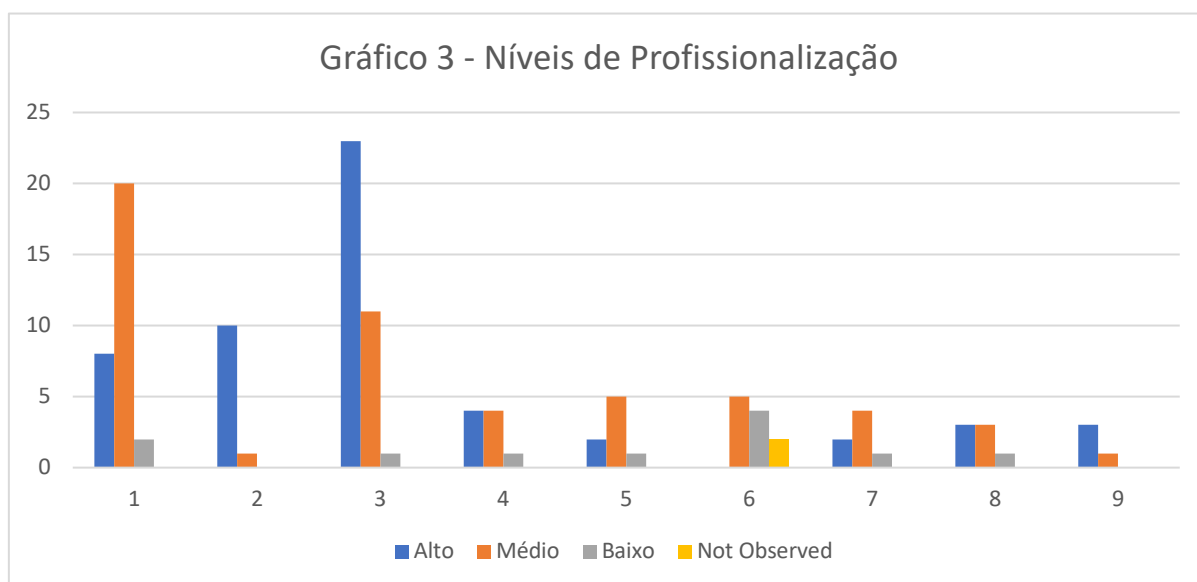
Partimos agora para a avaliação dos níveis de profissionalização por Macro-região. Como podemos observar na tabela 5 e no gráfico 3, a região com o maior número de participantes com altos níveis de profissionalização é a 3, seguida da 2 e da 1. A região 1 é também a que apresenta maior número de meios de comunicação com nível considerado médio de profissionalização.

A região 2 é a que tem o maior número de meios de comunicação com nível considerado alto de profissionalização em valores absolutos. Na relação proporcional, de novo a região 2 desponta como a que possui um maior número de participantes de alto nível de profissionalização, seguida pela região 9. A única que não apresenta nenhum meio de comunicação classificado com o nível alto de profissionalização é região 6.

Tabela 5: Nível de profissionalização por Macro-região – *The Panama Papers*.

Macro-região	Alto	Médio	Baixo	Não Observado
1 América Latina	8	20	2	0
2 América do Norte	10	1	0	0

3 Europa Ocidental	23	11	1	0
4 Europa Oriental	4	4	1	0
5 Norte da África	2	5	1	0
6 Sul da África	0	5	4	2
7 Ásia Ocidental	2	4	1	0
8 Ásia Oriental	3	3	1	0
9 Oceania	3	1	0	0



5.1.2. Investigate Europe – Microsoft

O projeto, publicado em 9 de abril de 2017, contou com nove jornalistas investigativos, que entrevistaram mais de 100 especialistas, economistas e políticos, entre outros, e coletaram documentos sobre a relação que os países europeus têm com a empresa. Como esperado, circunscreveu-se ao âmbito europeu, sendo a maioria dos países da União Europeia e todos membros da área Schengen (União Europeia, 2018). Portanto, a análise por Macro-região não se fez necessária.

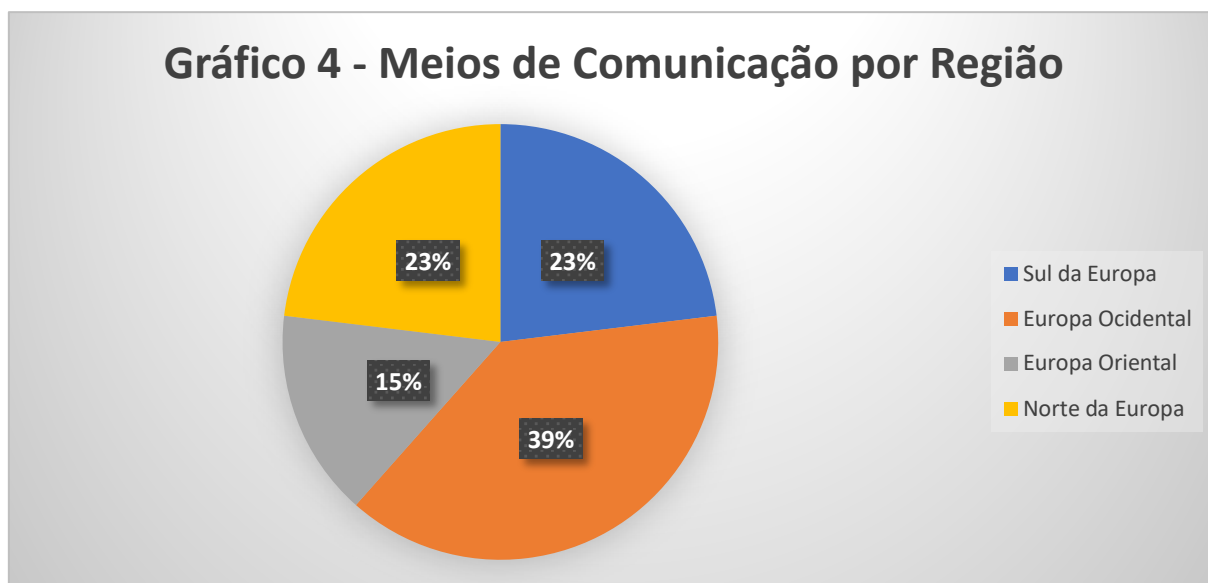
O projeto envolveu 13 meios de comunicação de 13 países, como é possível observar na lista divulgada na página do *website* da organização dedicada ao projeto (Investigate Europe, 2017) (Tabela 6 e Gráfico 4). Como os dados são em menor número do que no caso do projeto *The Panama Papers*, também foi possível ser mais concisa a quantidade de tabelas e gráficos dedicadas ao entendimento do projeto Microsoft.

É possível verificar que a maior parte dos tipos de meios de comunicação participantes do projeto são considerados tradicionais: os jornais representam mais de um terço da totalidade. Em segundo lugar, estão revistas, em terceiro, *websites* de notícias e em quarto Organizações Não-Governamentais (ONG), com somente um meio de comunicação cada. Em uma divisão por regiões, a participação dos países da Europa Ocidental é a maior em números absolutos, seguida pelas regiões Sul da Europa e Norte da Europa, com o mesmo número de participantes. Em relação ao nível de profissionalização, todos os meios de comunicação participantes apresentaram altos níveis (Tabela 6 e Gráfico 4).

Tabela 6: Regiões, meios de comunicação, Tipos e profissionalismo – Microsoft.

Região	País	Tipo	Nível de Profissionalismo
Sul da Europa	Portugal	Jornal	Alto
Europa Ocidental	Alemanha	Jornal	Alto
Sul da Europa	Itália	Jornal	Alto
Europa Ocidental	Áustria	Revista	Alto
Europa Ocidental	Suíça	Jornal	Alto
Europa Ocidental	Bélgica	Jornal	Alto
Europa Oriental	Polónia	Revista	Alto
Europa Oriental	República Checa	ONG	Alto
Norte da Europa	Noruega	Jornal	Alto
Norte da Europa	Reino Unido	<i>Website</i> de Notícias	Alto

Norte da Europa	Noruega	Jornal	Alto
Europa Ocidental	França	Revista	Alto
Sul da Europa	Grécia	Jornal	Alto



5.1.3. “América Latina, Región de Carteles”

A investigação “América Latina, Región de Carteles”, lançada em janeiro de 2018, é um projeto fruto da cooperação da Connectas com o IDL Reporteros de Perú e contou com a participação de jornalistas de quatro países: Chile, Perú, Colômbia e México. A maioria dos meios de comunicação que publicaram peças noticiosas do projeto são da América do Sul, com 6 dos 10 exemplos classificados nesta etapa da análise. A região com menor representação é a América Central, com apenas quatro veículos.

Infelizmente, os dados podem não ser representativos do verdadeiro impacto da investigação, já que não foi possível identificar o número ideal de meios de comunicação que tenham participado da disseminação do projeto – pelo menos não de forma digital. Para equilibrar os dados com os demais projetos, foi necessário acrescentar duas peças, ao invés de uma única das organizações realizadoras da investigação: Connectas e IDL Reporteros.

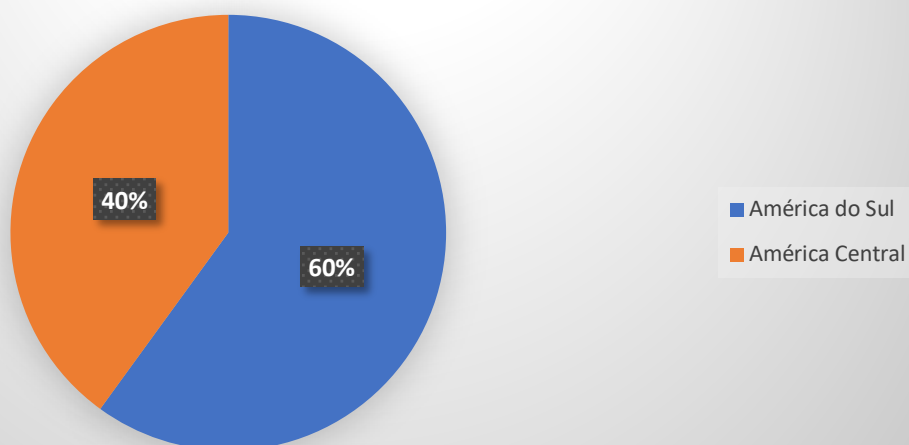
Neste projeto, identificamos também apenas dois veículos com níveis médios de profissionalização, ambos na América Central, e um com nível baixo de profissionalismo, também na América Central.

Como foi possível observar pelos resultados apurados, uma boa parte dos meios de comunicação parceiros do projeto de investigação são órgãos de imprensa tradicionais, grandes e com uma importância considerável em seus países de origem. Uma das explicações para esse fenómeno vem de Stefan Candea, do *Romanian Center for Investigative Journalism*. Candea afirma que a grande imprensa tem um papel importante na ampliação do impacto das investigações realizadas pelas organizações e plataformas e tem bastante interesse em publicar material jornalístico de qualidade. Por outro lado, as organizações também são beneficiadas com essa ampliação, para atingir um público maior e não deixar que suas investigações fiquem circunscritas a um grupo pequeno de pessoas (tabela 7 e gráfico 5).

Tabela 7: Regiões, meios de comunicação, tipos e profissionalismo – “América Latina, Región de Carteles”.

Região	País	Tipo	Nível de Profissionalismo
América do Sul	Colômbia	ONG	Alto
América do Sul	Peru	ONG	Alto
América Central	El Salvador	Revista	Alto
América do Sul	Colômbia	Jornal	Alto
América do Sul	Peru	Jornal	Alto
América Central	México	<i>Website</i> de Notícias	Baixo
América Central	México	<i>Website</i> de Notícias	Médio
América do Sul	Colômbia	ONG	Alto
América do Sul	Peru	ONG	Alto
América Central	México	<i>Website</i> de Notícias	Médio

Gráfico 5 - Meios de Comunicação por Região



5.2. Análise de conteúdo das peças noticiosas

A análise de conteúdo foi aplicada em 30 peças noticiosas (10 peças de cada projeto). As peças foram escolhidas, prioritariamente, segundo critérios de expansão geográfica e, secundariamente, pela quantidade disponível nas próprias peças noticiosas de elementos característicos do jornalismo colaborativo e investigativo passíveis de análise.

A primeira categoria de análise foi a da credibilidade das peças noticiosas. A partir da quantificação das fontes utilizadas pelos jornalistas em suas reportagens, tratou-se de apurar se eram nacionais, internacionais, oficiais ou não. Foi possível observar que 19 das 30 peças analisadas apresentaram fontes nacionais e 23 também fontes oficiais. Como esse não é um dado excludente, é possível verificar que na maior parte das peças foram utilizadas fontes de ambas esferas (nacional e internacional). Infelizmente, o uso de fontes não-oficiais foi menor do que o esperado: 12 peças deram conta de incluir outras vozes. Somente 5 peças não contaram com uso de fontes, quaisquer que fossem. Esses casos são, geralmente, de editoriais ou peças relacionadas com explicações gerais acerca dos projetos de investigação.

Em uma avaliação projeto a projeto, o que demonstrou mais equilíbrio no uso de fontes nacionais e internacionais, oficiais e não-oficiais foi o projeto Microsoft, do Investigate Europe. O projeto *The Panama Papers* utiliza mais de fontes oficiais e nacionais e o projeto

“América Latina, Región de Carteles” também se utiliza mais de fontes oficiais, mas, ao contrário do *The Panama Papers*, as fontes são geralmente internacionais.

O critério seguinte de avaliação tinha como objetivo identificar o uso de *crowdsourcing*, uma das características do jornalismo colaborativo. Esse modelo mostrou-se ainda pouco utilizado ou compreendido pelos jornalistas, já que só metade das peças noticiosas faz-lhe referência. O projeto Microsoft, do Investigate Europe foi o que menos se utilizou do *crowdsourcing*, pelo menos no produto apresentado ao público. O que mais utilizou foi o “América Latina, Región de Carteles”.

Para identificar a diversidade, foi avaliado o nível de customização das peças noticiosas para os públicos nacionais. A maioria (17) apresentou customização integral das peças para o público nacional. Os que mais se utilizaram desse expediente foram os projetos *The Panama Papers* e Microsoft.

É possível explicar a “falta” de customização do projeto “América Latina, Región de Carteles” pelo próprio processo de investigação desse projeto, que foi totalmente realizado por uma equipa de jornalistas suportados pelo Connectas e pelo IDL Reporteros e parcial ou integralmente publicado, em formato de parceria, por meios de comunicação da região.

Na categoria acessibilidade, que tinha como objetivo perceber se as peças haviam sido traduzidas para mais de uma língua, com vista a aumentar o acesso às investigações, constatou-se que a estratégia foi utilizada por uma parte relevante dos meios envolvidos. Nesta categoria, 16 peças foram integralmente traduzidas e 2 parcialmente. O projeto que menos traduziu foi o “América Latina, Región de Carteles”. Esse dado também pode explicar-se pelo formato da investigação, mas principalmente por ser investigação conduzida para um público da região da América Latina que fala a mesma língua.

A categoria que mostrou alto grau de adesão foi o da Interatividade. Das 30 peças, 17 se utilizam da interação Nível II, no qual há pelo menos um espaço para o público comentar a peça. Outras 14 mostraram interação do Nível I, no qual o público pode construir a sua própria narrativa, a partir de hipertextos, gráficos e animações de diversos tipos. O projeto Microsoft é o que contém mais peças com o Nível II de interação, e o *The Panama Papers* é o que tem o maior número de peças com o Nível I de interação.

Verificou-se que o *The Panama Papers* é que possui o maior nível de interação em geral e isso pode ser explicado pela própria fonte primária de informação da investigação, que se trata de 11,5 milhões de documentos processados e incluídos em uma plataforma digital que possibilita ao público em geral a busca de nomes e histórias. No entanto, o mesmo poderia ter sido feito com os documentos do “América Latina, Región de Carteles”, já que a investigação foi conduzida a partir da análise de relatórios produzidos por 12 entidades governamentais responsáveis pelas notificações às empresas nos processos contra os cartéis na região.

Outro dado analisado foi o tipo de recurso utilizado pelos jornalistas e seus meios de comunicação para apresentar as investigações. Todas as peças analisadas têm como base o texto jornalístico. Pouco mais da metade destas (16) acrescentam ao texto elementos visuais, de *design*, mas nenhuma recorre a áudio. O projeto “América Latina, Región de Carteles” foi o que usou mais vezes o recurso de vídeo em suas narrativas.

Adicionalmente, uma das categorias analisadas foi a da confiança, cujo objetivo era apurar se os meios de comunicação e os jornalistas abrangidos contam ao seu público como a investigação foi realizada, seus processos, entre outros, na própria peça jornalística. A grande maioria das peças apresentou informações detalhadas acerca das investigações realizadas, ao todo 22. Somente 6 peças apresentaram informações parciais, sendo que 4 destas são peças resultantes do projeto “América Latina, Región de Carteles”.

Em geral, verifica-se pouca explicação acerca dos métodos de investigação do projeto “América Latina, Región de Carteles”. Mesmo nas peças noticiosas dos especiais nas páginas criadas pelas organizações parceiras Connectas e IDL Reporteros as informações não são tão óbvias, abrindo, desta forma, questionamentos aos motivos, interesses e valores como ética e transparência.

Por outro lado, o *The Panama Papers* possui todo o tipo de informação à disposição, além da própria plataforma digital contendo todos os dados processados pelos mais de 300 jornalistas envolvidos no processo de investigação. Acredita-se, no entanto, que, até mesmo pela grandiosidade do projeto, em comparação com os demais projetos estudados nesta investigação, o fato de o *The Panama Papers* ter mais e mais profundas informações acerca dos processos da investigação se justifica.

Para analisar o valor que os meios de comunicação atribuíram às investigações, a categoria “Valor” teve como objetivo analisar em que parte ou em que editoria do meio de comunicação a peça noticiosa foi divulgada. Pouco mais de um terço das peças (12) estão dispostas na *homepage*, demonstrando grande relevância da investigação para o meio de comunicação. Somente 5 peças foram alocadas na editoria Mundo (ou Internacional), demonstrando um certo distanciamento do assunto. Uma minoria (2), foram de editoriais dos próprios meios de comunicação. Tanto o projeto *The Panama Papers*, como o “América Latina, Región de Carteles” foram os que mais ganharam destaque na *homepage* dos meios de comunicação.

Vale ressaltar também que nos casos do *The Panama Papers* e “América Latina, Región de Carteles” as organizações patrocinadoras (do primeiro, o ICIJ; e do segundo, Connectas e IDL Reporteros) e alguns dos meios de comunicação abrangidos pelos projetos construíram *websites* dedicados às investigações, como é o caso do *Süddeutsche Zeitung* e do *The Guardian*.

No caso do Investigate Europe, verificaram-se somente séries de reportagens dedicadas à investigação, mas não *websites* inteiros. O que se pode explicar pela própria natureza da investigação, que não possui documentos em larga escala a serem disponibilizados e, também, pela natureza do processo de trabalho da própria organização, que escreve a reportagem estrutural praticamente a 18 mãos, como afirmou ao presente estudo Paulo Pena, co-fundador da organização e jornalista.

A grande maioria das peças noticiosas não revela as fontes de financiamento das investigações, ao todo 23. O projeto que mais apresenta peças com esta informação é o Microsoft, com 3 referências aos financiamentos internacionais que permitiram a realização da investigação.

Esse é um dado relevante, já que todas as organizações proclamam independência em relação aos seus patrocinadores e nada melhor do que a transparência para confirmar tal compromisso. No entanto, há que compreender que até mesmo por uma questão de logística ou de autonomia, se tenha optado por não “dar nomes aos bois” quando se trata de revelar qual o exato patrocinador está associado a cada reportagem ou investigação.

No entanto, acredita-se que uma forma de remediar essa questão seria acrescentar essa informação tão valiosa nas explicações dos processos de investigação que geralmente acompanham cada um dos projetos.

Por fim, também foi possível observar que a maioria das peças é parte de um trabalho maior, ou seja, estão inseridas em um contexto mais vasto de investigação da própria organização jornalística abrangida pelos projetos. Das 30 peças, 20 são reportagens dentro de um contexto de “Especial”, de uma série de reportagens acerca do mesmo tema, dando a entender que o meio de comunicação dedicou tempo, esforços e equipa ao projeto.

Em contraposição, o projeto que apresenta o maior número de matérias únicas é o “América Latina, Región de Carteles”. Credita-se isso ao formato da investigação, cujas características já foram explicitadas.

5.3. Entrevistas qualitativas

Resgatando os objetivos desta etapa da pesquisa, vale ressaltar que as entrevistas foram realizadas com jornalistas participantes dos projetos de investigação conduzidos por organizações de jornalismo colaborativo, assim como com diretores, fundadores e membros administrativos das organizações e, por fim, com os representantes dos patrocinadores e financiadores dos projetos. O objetivo geral era compreender qual o papel que desempenham estas organizações no exercício da profissão de jornalismo e no mercado dos média como um todo.

Para isto, buscou-se entender: as motivações, compromissos, processos de trabalho, modelos de sustentabilidade, motivações e questões culturais, uso das novas tecnologias de comunicação, independência em relação a entidades que proporcionam apoio financeiro, proteção às fontes e aos jornalistas, uso de recursos compartilhados, relações com os média tradicionais, importância da colaboração para a realização de certas investigações, assegurando um trabalho de qualidade em um estado de crise no jornalismo, *compliance* ético com os financiadores, e, por fim, como estas organizações garantem a sua credibilidade. Acredita-se que a compreensão deste conjunto de questões só seria possível por meio de uma análise dos discursos dos próprios envolvidos.

A motivação do ICIJ, por exemplo, expressa em seu manifesto, é trazer à reponsabilidade os atores sociais em escala global. A mesma motivação orienta o trabalho da Connectas, que tem como um dos principais objetivos expor os abusos de poder: “Quando grupos empresariais abusam de sua posição dominante para ‘furar’ as leis de mercado, ou regimes semidemocráticos violando direitos, ou grupos guerrilheiros ou do crime organizado que participam em atividade de desflorestamento, de exploração ilegal de madeira, é o que move a organização”, afirma Carlos Eduardo Huertas, diretor da Connectas.

Percebe-se também o alto grau de compromisso das organizações do jornalismo colaborativo, das organizações patrocinadoras e dos jornalistas participantes dos projetos de investigação acerca de garantias da democracia, de questões regionais e de valores seculares do jornalismo. Um exemplo de clara identificação da importância do jornalismo colaborativo para endereçar questões regionais, são os compromissos expressos por Paulo Pena que acredita na necessidade da construção de uma opinião pública Europeia e afirma: “O papel do jornalismo é esse: aproximar, desvendar, contextualizar”.

A mesma preocupação fez com que a Hans-Böckler-Stiftung, que apoia financeiramente o Investigate Europe, decidisse pelo apoio à organização. Segundo Rainer Jung, porta-voz da fundação, a Hans-Böckler-Stiftung é de opinião que a Europa necessita de uma esfera pública e os meios de comunicação nacionais estão subordinados a uma audiência também nacional: “Investigate Europe tenta fechar esta lacuna com sua abordagem transfronteiriça”.

Embora o foco das investigações da Connectas sejam também questões regionais da América Latina, não é só isso o que motiva centenas de jornalistas a colaborarem em suas investigações. Segundo Carlos Eduardo Huertas, o que faz a organização ser tão bem-sucedida é a natural disposição dos latino-americanos de trocar, por compartilharem da mesma cultura e tradição: “Na América Latina temos uma língua comum, tradições e histórias similares e uma simpatia natural que permite colegas de diferentes lugares se encontrem de maneira muito espontânea e que podem gerar químicas, boas relações e nosso objetivo é converter esse *pari-factor* em um *working-factor*”.

O fator cultura domina o discurso dos entrevistados latino-americanos. Esse parece ser um elemento que une, como afirmado por Huertas, mas que também é um desafio para jornalistas e organizações do jornalismo colaborativo. Há dois fatores de preocupação: o

primeiro, citado por Guilherme Amado, diretor da Abraji e membro do ICIJ – há ainda a necessidade de divulgação e entendimento acerca da cultura da colaboração, principalmente nas redações dos meios de comunicação tradicionais; o segundo, por Suchit Chavéz, da Connectas: os jornalistas de diferentes países devem ter humildade e disciplina para encontrar um modelo comum de trabalho.

Humildade também é citada por Guilherme Amado como um fator-chave para jornalistas trabalharem juntos em projetos colaborativos. O jornalista confirma a importância das organizações do jornalismo colaborativo para servirem como filtro e garantirem a coordenação, para suavizar as diferenças culturais e fazer o trabalho acontecer.

Segundo Heinrich (2011), a colaboração tem um impacto importante na diversidade de vozes apresentadas na imprensa, assim como assegura uma multiplicidade de ângulos sob os quais o material pode ser abordado. O ICIJ dá um exemplo: “Histórias fiscais são como um quebra-cabeça com peças faltantes. Um repórter da Estônia pode entender um fim da história; um repórter brasileiro pode se deparar com o outro lado. Junte-os e você chegará mais perto da imagem completa” (Romera & S. Gallego, 2018).

Carlos Eduardo Huertas ressalta a importância da diversidade dos projetos: “A importância é que isso permite juntar saberes, fortalezas, perspectivas sobre as realidades que são cada mais complexas”.

Como mencionado na parte teórica do presente estudo, um aspecto importante da colaboração diz respeito à maneira como essas redes fornecem suporte jurídico para a investigação, dividindo riscos. O vice-presidente da Abraji confirma que as redes de colaboração ajudam nos casos de ameaças a jornalistas, a partir da comunicação e do acionamento das organizações nacionais. No entanto, essa é ainda uma questão desafiadora para jornalistas e organizações. O diretor da Connectas, explica: “Há três dimensões dessa questão: a dimensão física, a digital e a legal. E, realmente, temos tido muito mais atenção à segurança física e a segurança digital, que graças a programas que temos com ICIJ nos têm permitido contar com os especialistas em casos específicos de atenção”.

Paulo Pena tem uma visão mais pessimista sobre o tema: “Os jornalistas estão desprotegidos, e uma equipa como a nossa ainda mais. Seria urgente e democraticamente necessário criar um enquadramento para a protecção do jornalismo de investigação na Europa,

em cada Estado, mas também a nível regional, que não ponha em risco a existência de projectos de colaboração transfronteiriços”.

A jornalista da Connectas, Suchit Chávez, afirma ainda que um dos maiores desafios para os jornalistas está dentro das próprias organizações dos média, pois são submetidos a pressões comerciais e até a vigilância por parte dos próprios órgãos de comunicação.

Um ponto que deve ser salientado nesta parte da investigação é a relação das organizações com o mercado dos média. Embora, como citado por Guilherme Amado, ainda falte uma cultura de colaboração nos média tradicionais, as organizações do jornalismo colaborativo em geral têm tido êxito em suas relações com estes meios. Para a Connectas, os são aliados: “nessa articulação, terminamos facilitando que histórias de valor jornalístico, com sentido, se instalem em meios tradicionais e que se utilizem desses canais massivos para chegar a um maior público”.

Paulo Pena é categórico na relação do Investigate Europe com os média da região: “O nosso *slogan* comercial é esse mesmo: pesquisar uma vez, publicar 28 vezes”. No entanto, nem tudo são flores, como alerta Suchit Chávez acerca da relação de Connectas com os meios na América Latina: “É verdade que a colaboração entre os meios de comunicação dentro do mesmo país ainda é difícil, pois eles continuam a ser vistos como concorrência. Nesse sentido, pode haver a percepção de que a Connectas pode ser constituída como ‘competição’ ao colaborar com alguns meios e não com outros”. Mas a própria jornalista da Connectas diz que o caso não é frequente e isso pode ser explicado pela credibilidade que estas organizações alcançaram nos últimos anos. Segundo Huertas, as investigações conduzidas pelas organizações, como o *The Panama Papers*, por exemplo, aumentam, a reputação das organizações participantes e, por consequência, a sua credibilidade frente aos pares. O ICIJ é peremptório: “Revelar a sua metodologia (de Investigação) e disponibilizar material de reportagem é essencial para jornalistas que enfrentam crise de credibilidade” (Nakhlawi, 2018).

Um fator que está diretamente relacionado à credibilidade de uma organização jornalística é sua independência. Nas entrevistas aqui coletadas, o conceito de independência nem sequer é questionado. Para todos esse é um fator-chave, sem o qual o trabalho colaborativo não poderia acontecer. Paulo Pena explica: “A nossa garantia para com os leitores é que, desde o primeiro dia, sempre separámos os doadores da escolha de temas.

Aliás, o nosso modelo inclui uma separação física: uma ONG belga, o Journalism Fund, colabora conosco para tratar de todos os aspectos relacionados com o financiamento e com as fundações que apoiam o Investigate Europe”.

O diretor da Connectas afirma que nunca teve qualquer caso de imposição de pauta na organização. O próprio modelo editorial evitaria essa situação. Segundo Huertas, as decisões editoriais são tomadas em conjunto, em discussões abertas, respeitando o interesse jornalístico dos temas.

As fundações apoiadoras confirmam a independência das organizações. Afirma Rainer Jung, porta-voz da Hans-Böckler-Stiftung: “Temos regras para nosso financiamento de pesquisas acadêmicas que dizem, por exemplo, que não vamos influenciar o processo de pesquisa. O nosso financiamento ao Investigate Europe segue os mesmos princípios”. Merel Borger, *program manager* da Adessium Foundation expõe idênticos princípios: “Valorizamos o valor jornalístico chave da independência, sem independência não é jornalismo. Nós nunca nos envolvemos, não queremos nos envolver, na parte editorial. A principal parte que contribuimos é o apoio financeiro”.

A horizontalidade dos processos de decisão e trabalho das organizações do jornalismo é uma das características da colaboração. Paulo Pena exemplifica com o caso do Investigate Europe: “O grupo decidiu que funcionaria com uma equipa fixa de jornalistas que cooperam na pesquisa, partilham resultados das suas investigações e constroem um resultado comum”.

No caso da Connectas, Huertas explica a metodologia de comando “360 graus”, na qual a primeira parte é a identificação de talentos, por meio do programa de formação da organização, a segunda um acompanhamento editorial das propostas jornalísticas e, por último, a formação da comunidade Connectas, na qual a organização se empenha em patrocinar e apoiar as propostas surgidas nos debates entre os membros da comunidade.

O modelo do ICIJ não difere muito daquele, mas há uma predominância das questões tecnológicas: “Primeiro, é jornalismo em rede, é plano, é horizontal, não é vertical. A segunda diferença é que é colaborativo, não é competitivo. Em terceiro lugar, é verdadeiramente global. Havia correspondentes estrangeiros, mas nada como um verdadeiro jornalismo internacional transfronteiriço. E, quarto, o uso de tecnologia para comunicação segura e compartilhamento de grandes quantidades de dados” (Coronel, 2018).

A tecnologia aparece para todas as organizações como suporte técnico, mas também de segurança, como nos explica Paulo Pena: “Temos um *chat*, seguro, para mensagens rápidas e urgentes; temos uma ‘nuvem’ onde armazenamos e acedemos a documentos mais pesados; temos um sistema partilhado de edição e partilha de textos e imagens”.

Para o ICIJ, a tecnologia é começo, meio e fim: “Nos consideramos líderes globais em jornalismo de dados e tecnologia de jornalismo. Nossas inovações digitais, nossa rede internacional segura e nosso acesso, por meio de denunciante, a conjuntos de dados gigantescos que não existem em nenhum outro lugar nos permitem extrair informações que, de outra forma, ficariam ocultas” (The ICIJ Team, s. d.).

A tecnologia é o que vai tornar possível também o compartilhamento de recursos entre os participantes das redes. O ICIJ foca-se nas plataformas digitais para o compartilhamento de todas as informações. Como afirma Huertas, trata-se do “conceito de *Radical Sharing*, no qual toda a informação é um ativo da investigação, todos os membros tiram dessas mesmas informações e são responsáveis pelo que publicam”.

Na Connectas, no entanto, o compartilhamento de recursos está focado nas pessoas. Como explica o diretor da organização: “Temos um grupo de editores que fazem parte da equipa, são ao todo seis; temos também uma equipa que apoia a visualização das histórias (...). Depois disso as pessoas começam a fazer parte da comunidade jornalística de Connectas, que é um espaço de cumplicidade jornalística, na qual as pessoas passam a receber uma série de benefícios, quanto mais aportes, mais benefícios”.

No entanto, para suportar as investigações e as próprias organizações, o desafio é a sustentabilidade. Carlos Eduardo Huertas afirma que as organizações de jornalismo colaborativo, por serem menores e mais ágeis para se adaptarem às mudanças do mercado, acabam por ter mais facilidade para captar recursos. Paulo Pena, contudo, admite que o Investigate Europe também terá que no futuro buscar outras formas de financiar-se: “Numa análise mais vasta, creio que o atual momento de crise no modelo de negócio do jornalismo nos obrigará a descobrir formas alternativas de garantir qualidade jornalística, ainda que sem a garantia de um negócio lucrativo”.

No geral, o futuro é promissor para as organizações de jornalismo investigativo colaborativo. Guilherme Amado afirma: “Eu acho que vem crescendo, principalmente nos

países desenvolvidos, a certeza de que o jornalismo é fundamental para a democracia e para um bom ambiente de investimentos, é um defensor da democracia e a democracia traz dinheiro, traz investimentos, então você tem muitas fundações colocando dinheiro no jornalismo”.

6. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O resgate de valores e compromissos éticos do jornalismo para com a sociedade e para com a democracia se mostram as grandes motivadoras para que jornalistas se juntem e construam ou participem de organizações do jornalismo colaborativo, principalmente em investigações, que, como afirmado pelos autores Kaplan (2013) e Hunter (2011), trazem à responsabilidade os entes públicos.

As organizações do jornalismo colaborativo, são menores, mais ágeis e estão realizando cada vez mais investigações de verdadeiro impacto social, político, cultural e económico, resultando, assim, em ganho reputacional e de credibilidade frente ao público. E isso pode ser observado na capacidade que estas organizações têm demonstrado em captar recursos de fontes diversas, desde de *crowdfunding* até a venda direta de conteúdo, mas principalmente por meio do patrocínio de fundações, programas de suporte ao jornalismo.

Sem essas organizações e a sua capacidade de adquirirem recursos que sustentam investigações transnacionais, jornalistas e outros profissionais que colaboram na extração, coleta, organização e produção de informações não poderiam desenvolver o seu trabalho. Por isso, podemos dizer que jornalismo colaborativo é também jornalismo *big data*.

As organizações do jornalismo colaborativo são híbridas, do ponto de vista da assunção de diversas facetas: são organizações dos média, são agências de notícias, são organizações sem fins lucrativos, são universidades, laboratórios e, principalmente, como afirmado por Jenkins, Ford e Green (2013), elas têm um foco na circulação da matéria jornalística, no uso de tecnologias que ajudam o entendimento e que compõem uma nova forma de apresentação da narrativa, muito mais interativa, usando como afirmou Huffington (2013) o melhor do jornalismo desta nova época com o tradicional.

O jornalismo colaborativo também é jornalismo em rede, pois se baseia em um entendimento de que todos colaboram com a construção da investigação, que os diversos pontos de vista proporcionados pelas redes de colaboração acrescentam à narrativa. E, como foi verificado aqui, por meio da análise das três organizações, o jornalismo colaborativo é transnacional. Embora, como também assinalámos, nem todo o jornalismo colaborativo seja necessariamente transnacional, o que é demonstrado por experiências como o Convoca, no Brasil, que trouxe jornalistas e meios de comunicação para trabalharem juntos na checagem de informações relativas às últimas eleições do país, em outubro de 2018.

De fato, o componente transnacional é forte nas organizações que investigamos nesse estudo e é fonte de frutos inestimáveis, mas também de desafios, como afirmaram os entrevistados que citaram a importância das organizações do jornalismo colaborativo para a diluição e filtro de diferenças culturais.

Segundo Heft, Alfter e Pfetsch (2017), uma das razões de estes jornalistas decidirem pela colaboração é a frustração com a cobertura jornalística nacional e isso se comprova principalmente na fala de Paulo Pena, do Investigate Europe, e nas peças noticiosas publicadas durante o projeto Microsoft: “há falta de compreensão Europeia das questões que assolam todos os países individualmente e a comunidade como um todo”.

No entanto, não há que se esquecer das comunidades locais, nacionais ou regionais. Uma observação de Gerard Ryle, diretor do ICIJ, diz muito sobre o nível de liberdade que os jornalistas envolvidos tiveram no tratamento da investigação. Ele aconselhou: “go crazy, but tell us what’s in the public interest for your country” (Greenberg, 2016).

Segundo o próprio time do ICIJ, eles usaram uma metodologia que chamam de *radical sharing* (Guevara, 2016), que consiste basicamente na disponibilização total da documentação da investigação dos jornalistas em uma plataforma *open source* que viabiliza a busca por texto.

A horizontalidade é a característica máxima das organizações do jornalismo colaborativo. Para Connectas, ICIJ e Investigate Europe, a colaboração não seria possível em um ambiente hierárquico. Os jornalistas, representantes ou não de meios de comunicação, devem ser humildes para trabalharem juntos.

CONCLUSÕES

Para iniciar as conclusões, foram resgatadas a questão de partida e os objetivos geral e específicos, para responder ponto a ponto. Relembremos a pergunta de partida: Qual o papel que desempenham na atualidade as plataformas de jornalismo colaborativo no exercício profissional? Foi possível perceber ao longo do percurso dessa investigação que as chamadas plataformas de jornalismo colaborativo são mais do que um recurso tecnológico. Na verdade, o jornalismo colaborativo hoje se caracteriza por uma institucionalização dos processos de investigação transnacionais.

As organizações aqui investigadas são identificadas como entidades dos média sem fins lucrativos e que, como os demais entes desse mercado, possuem suas próprias estruturas administrativas, captam recursos para a realização do seu trabalho e, acima de tudo, produzem e divulgam suas próprias investigações jornalísticas. Mas, ao mesmo tempo, promovem uma rede de colaboração que permite realizar investigações jornalísticas que seriam inexecutáveis no altamente competitivo modelo do mercado tradicional.

Quanto ao objetivo geral – analisar, no que tange ao discurso teórico e prático, o impacto das plataformas de jornalismo colaborativo no exercício da profissão, enquanto novos espaços dos média, que facilitam, medeiam, gerem e divulgam investigações – foi alcançado. As organizações do jornalismo colaborativo permitem ao profissional a realização de um importante trabalho, que não necessariamente encontra eco nas organizações dos média tradicionais, tendo acesso a informações antes inacessíveis, compartilhando de recursos técnicos e fontes de informação que de outra forma não estariam disponíveis. Tudo isso com uma rede de apoio que também assegura um mais alto nível de segurança.

O primeiro objetivo específico consistia em compreender o papel destas organizações na prática da profissão jornalística e no mercado dos média. O que diferencia as organizações do jornalismo colaborativo das demais organizações dos média são os modelos de trabalho, muito mais horizontais; os processos, mais democráticos e que envolvem todos os participantes jornalistas e profissionais de outras áreas; a motivação, preceitos democráticos, transparência e uma lógica não-comercial; a sustentabilidade, graças a recursos oriundos de diversas fontes de financiamento (não somente publicidade e assinaturas) e o compartilhamento de recursos e fontes de informação, proteção e segurança.

É possível afirmar que o jornalismo colaborativo exerce um papel fundamental na manutenção e propagação de investigações jornalísticas com crescente impacto social, político, cultural e económico.

Do ponto de vista da relação das organizações do jornalismo colaborativo com as dos média tradicionais, a falta de uma cultura de colaboração foi apontada como um dos maiores problemas, principalmente pelos entrevistados da América Latina. Já em uma visão mais global, o ICIJ toma o cuidado de ter entre seus parceiros organizações dos média que não são diretamente concorrentes. Desta forma, podemos afirmar que a relação entre as organizações é boa, mas precisa avançar.

O objetivo específico de identificar a diversidade de discursos que estas organizações conseguem (ou não) imprimir em contraposição ao discurso hegemónico do jornalismo tradicional pôde ser entendido de duas formas, durante a pesquisa realizada para este trabalho: a primeira leva em consideração a importância dos temas dos projetos de investigação para os média tradicionais; a segunda está mais associada à diversidade na própria construção da peça noticiosas. Desta forma, foi verificado que:

a) Na análise de conteúdo das peças noticiosas, os temas das investigações não foram considerados “quentes” pelas organizações dos média nas regiões da América Latina, na qual se encontra a Connectas, e na Europa, o Investigate Europe. Embora seja difícil generalizar, pois os dados recolhidos não representam a realidade de todas as investigações, projetos e organizações do jornalismo colaborativo no mundo, é possível inferir pelos casos estudados que os média tradicionais não têm tanto interesse em temas de investigação que o jornalismo colaborativo está sendo capaz de realizar e, acima de tudo, com a participação de personagens que, por não serem fontes oficiais, em alguns casos, não teriam o mesmo apelo para os órgãos tradicionais;

b) Nas entrevistas, Carlos Huertas foi claro ao afirmar que as investigações conduzidas pela Connectas muitas vezes são projetos que os média tradicionais da região não têm interesse em realizar.

Quanto ao terceiro objetivo específico – verificar modelos, práticas e compromissos das plataformas com o jornalismo e com a profissão – concluiu-se que, basicamente, os modelos de investigação são os mesmos que o jornalismo investigativo conduz há décadas. O

que diferencia a sua operação são o estado dos documentos, hoje maioritariamente digitais, a condução do processo, que muitas vezes é feito por meio eletrônico, e a distribuição, que também, mais do que nunca, é digital. É também diferente a prática, apoiada no compartilhamento de toda e qualquer informação com uma rede de jornalistas e profissionais de outras áreas que ajudam a promover uma investigação mais aprofundada e com a integração de mais diversos pontos de vista.

No tocante aos compromissos, também não diferem dos assumidos pelo jornalismo tradicional. Há, isso sim, uma reafirmação, um resgate de compromissos seculares.

No que diz respeito ao objetivo de analisar códigos de conduta explícitos e implícitos destas plataformas do ponto de vista da ética, transparência, integridade e credibilidade para com a profissão e para com a sociedade, conseguimos comprovar, através desta pesquisa, os compromissos das organizações do jornalismo colaborativo, principalmente com questões éticas de independência, autonomia e garantias democráticas. Tais compromissos foram confirmados pelos apoiadores financeiros e pelos próprios jornalistas integrantes das redes.

Quanto à credibilidade e à integridade, como afirmado pelos jornalistas em entrevistas a própria participação das organizações dos média nestas investigações gera uma imagem de credibilidade e alça a reputação do meio a um patamar mais elevado, embora esse seja um dado que merece mais investigação.

Já do ponto de vista da transparência, todas as organizações foram capazes de demonstrar alto grau de adesão a um modelo de transparência acerca de seus recursos e financiamento. No entanto, nem todas foram bem sucedidas em apresentar uma maior transparência acerca da produção efetiva de investigações e projetos. Esse é um ponto de melhoria que merece consideração.

O modelo *radical sharing* do ICIJ pode ser considerado de transparência total. No entanto, considerações acerca da contextualização e da interpretação que somente o jornalismo seria capaz de prover ficam em aberto para futura investigação.

Finalmente, acerca do quinto objetivo específico – avaliar a importância e a necessidade destas plataformas em uma época de disrupção tecnológica e de crise do jornalismo – deve ser sublinhado que, como mencionado no capítulo acerca do estado atual do

jornalismo, a profissão enfrenta um momento de disrupção tecnológica, enxugamento de redações e, principalmente, redução do investimento em investigações mais prolongadas, como é o caso do jornalismo investigativo. Como pudemos comprovar, sem a participação de organizações do jornalismo colaborativo e organizações dos média sem fins lucrativos, principalmente nas regiões com baixa literacia mediática e nas quais a democracia não é madura, investigações como as pesquisadas neste trabalho não teriam sido conduzidas e transmitidas ao público. Até porque estas organizações promovem redes de colaboração, mas, principalmente, viabilizam técnica e logisticamente as investigações, ao serem capazes de oferecer aos integrantes ferramentas e apoio técnico, legal e processual.

Algumas questões que o presente estudo não foi capaz de responder ficarão a cargo de futuras investigações, como os impactos das investigações conduzidas por essas organizações, os modelos de transparência referenciais, os níveis de compartilhamento de informação e os recursos e efeitos na reputação e na credibilidade dos meios de comunicação participantes dos projetos de colaboração, bem como o real impacto e o compromisso das organizações em suas comunidades.

Acredita-se que o jornalismo colaborativo é inescapável e inevitável, como sugerido pelo vice-presidente da Abraji, Guilherme Amado, e pelo jornalista do *Diário de Notícias*, Paulo Pena, durante as entrevistas para esta dissertação. Acima de tudo, como quase a totalidade dos entrevistados desta pesquisa afirmou, para lidar com as complexidades dessa nossa nova realidade, o que o jornalismo tem de fazer é colaborar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alfter, B. (2016). Cross-border collaborative journalism: Why journalists and scholars should talk about an emerging method. *Journal of Applied Journalism & Media Studies*, 5(2), 297-311.
- Anderson, C.W., Bell, E. & Shirky, C. (2012). *Post-industrial journalism: Adapting to the present*. New York: Tow Center for Digital Journalism.
- Artz, L. (2017). Commentary: Transnational Capitalism and the New Political Economy of Transnational Media. *The Political Economy of Communication*, 5(2).
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo (Edição revista e actualizada)*. Lisboa: Edições, 70.
- Bardoel, J., Deuze, M., (2001). Network Journalism: Converging Competences of Media Professionals and Professionalism. In: *Australian Journalism Review* 23 (2), pp.91-103.
- Beckett, C., & Ball, J. (2012). *Wikileaks: News in the networked era*. Cambridge: Polity.
- Beckett, C., & Mansell, R. (2008). Crossing boundaries: New media and networked journalism. *Communication, culture & critique*, 1(1), 92-104.
- Bell, E. (2012, September 5). Journalism by numbers. Columbia Journalism Review. Acessado em: http://www.cjr.org/cover_story/journalism_by_numbers.php?pageDall
- Belochio, V. (2010). O movimento Pro-Am e a prática da colaboração nos meios informativos: especificidades do jornalismo colaborativo em redes digitais. *Verso e Reverso*, 24(57), 134-144.
- Birnbauer, B. (2018). *The Rise of NonProfit Investigative Journalism in the United States*. New York: Routledge.
- Blumler, J., & Gurevitch, M. (2002). Comparative research: The extending frontier. In *The Crisis of Public Communication* (pp. 81-93). New York: Routledge.
- Bradshaw, P. (2014). Data Journalism. In L. Zion, & D. Craig, *Ethics for Digital Journalists: Emerging Best Practices* (pp. 202-219). New York: Routledge.
- Brinlee, M. (2016, Abril 5). *The Organization Behind The Panama Papers Is A Dedicated Group Of Journalists*. Acessado em Novembro 2018, Bustle: <https://www.bustle.com/articles/151990-the-organization-behind-the-panama-papers-is-a-dedicated-group-of-journalists>
- Broersma, M. (2004). Transnational journalism history. *Contemporary European History*, 13, 211-222.

- Bruns, A. (2003). Gatewatching, not gatekeeping: Collaborative online news. *Media International Australia Incorporating Culture and Policy*, 107(1), 31-44.
- Bryman, A. (2012). *Social research methods*. New York: Oxford University Press.
- Carlson, M., & Lewis, S. C. (Eds.). (2015). *Boundaries of journalism: Professionalism, practices and participation*. New York: Routledge.
- Castells, M. (2010). The information age. *Media Studies: A Reader*, 2(7), 152.
- Chadwick, A. (2017). *The hybrid media system: Politics and power*. Oxford University Press.
- Chadwick, A., & Collister, S. (2014). Boundary-Drawing Power and the Renewal of Professional News Organizations: The Case of The Guardian and the Edward Snowden NSA Leak. *International Journal of Communication*, 8, 22.
- CollaborativeJournalism.org. (2017, 01). CollaborativeJournalism.org. Acessado em Center for Cooperative Media: <https://collaborativejournalism.org/what-is-collaborative-journalism/>
- Convoca. (2017, Junho 4). *Investiga Lava-Jato*. Acessado em Convoca.pe: <http://convoca.pe/investigacion/un-proyecto-colaborativo-de-periodistas-de-america-latina-y-africa-sobre-el-caso-de>
- Coronel, S. (2018, Outubro 18). Blog. *The International Consortium of Investigative Journalists*. (R. Nakhlawi, Interviewer) Acessado em Novembro 2018, em International Consortium of Investigative Journalists: <https://www.icij.org/blog/2018/10/dangerous-situations-collaboration-and-humility-highlights-from-safeguarding-the-truth/>
- De Albuquerque, A. (2011). On Models and Margins. *Comparing Media Systems Beyond the Western World*, 72-95.
- De Fleur, M. L., & Ball-Rokeach, S. J. (1989). *Teorías de la comunicación de masas masiva*. Barcelona: Paidós.
- Deacon, D., Pickering, M., Golding, P., Murdock, G. (2007). *Researching communications: A practical guide to methods in media and cultural analysis*. London: Bloomsbury Academic.
- Deuze, M., & Witschgel, T. (2017). Beyond journalism: Theorizing the transformation of journalism. *Journalism*, [online]: 1-17.
- Deuze, M (2005). What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. *Journalism* 6(4): 443–465.

- Deuze, M. J. (2001). Understanding the impact of the Internet: On new media professionalism, mindsets and buzzwords. *EJournalist*, online.
- Esser, F. (2013). The emerging paradigm of comparative communication enquiry: Advancing cross-national research in times of globalization. *International Journal of Communication*, 7, 113-128.
- Facet, P. (2015, No info No info). *Collaborative Journalism Workbook*. Acessado em Agosto 2018, Project Facet: <https://www.projectfacet.org/collaborative-journalism-workbook/>
- Faria, M. A., & Zanchetta Jr, J. (2006). *Para ler e fazer o jornal na sala de aula*. Editora Contexto.
- Fairfield, J., & Shtein, H. (2014). Big data, big problems: Emerging issues in the ethics of data science and journalism. *Journal of Mass Media Ethics*, 29(1), 38-51.
- Fink, K., & Anderson, C. W. (2015). Data Journalism in the United States: Beyond the “usual suspects”. *Journalism Studies*, 16(4), 467-481.
- Flick, U. (2009). *An introduction to qualitative research (Fourth Edition)*. London: Sage.
- Fowler-Watt, K., & Allan, S. (2013). *Journalism: new challenges*. CJCR: Centre for Journalism & Communication Research. Dorset: Bournemouth University. Consultado a 22 de março de 2018 em: <http://eprints.bournemouth.ac.uk/20937/>.
- García, K. A. (2015). Principios organizadores en seis medios periodísticos emergentes en Internet. *Revista Nexus Comunicación*, 112-129.
- Garrand, T. (2006). *Writing for multimedia and the Web: a practical guide to content development for interactive media*. Flórida: CRC Press.
- Gearing, A. (2014). Investigative journalism in a socially networked world. *Pacific Journalism Review*, 20(1), 61-75.
- Graves, L., & Konieczna, M. (2015). Sharing the News: Journalistic Collaboration as Field Repair. *International Journal of Communication*, 1966–1984.
- Gray, J., Chambers, L., & Bounegru, L. (2012). *The data journalism handbook: How journalists can use data to improve the news*. " O'Reilly Media, Inc."
- Greenberg, A. (2016, Abril 4). *How Reporters Pulled Off the Panama Papers, the Biggest Leak in Whistleblower*. Acessado em Novembro 2018, Wired: <https://www.wired.com/2016/04/reporters-pulled-off-panama-papers-biggest-leak-whistleblower-history/>
- Grieves, K. (2012). *Journalism across boundaries: The promises and challenges of transnational and transborder journalism*. New York: Springer.

- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Estoril: Príncipeia.
- Guevara, M. (2016, Dezembro 7). *Radical sharing: Breaking paradigms to achieve change*. Acessado em 2018 Novembro, International Consortium of Investigative Journalists: <https://www.icij.org/blog/2016/12/radical-sharing-breaking-paradigms-achieve-change/>
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2017). Ten Years After Comparing Media Systems: What Have We Learned? *Political Communication*(34), 155-171.
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2010). *Sistemas de Media: Estudo Comparativo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Hallin, D. C. (1992). The passing of the “high modernism” of American journalism. *Journal of Communication*, 42(3), 14-25.
- Handley, R. L. (2014). Cross-and extra-national journalistic partnerships: And the national outlook. *Journalism Studies*, 15(2), 138-153.
- Hanitzsch, T., Hanusch, F., Mellado, C., Anikina, M., Berganza, R., Cangoz, I., & Virginia Moreira, S. (2011). Mapping journalism cultures across nations: A comparative study of 18 countries. *Journalism Studies*, 12(3), 273-293.
- Hardy, J. (2012). Comparing media systems. *The handbook of comparative communication research*, 185-206.
- Heft, A., Alfter, B., & Pfetsch, B. (2017). Transnational journalism networks as drivers of Europeanisation. *Journalism*, [online]: 5-17.
- Heinrich, A. (2011). *Network journalism: Journalistic practice in interactive spheres*. New York: Routledge.
- Hellmueller, L. (2017). Gatekeeping beyond geographical borders: Developing an analytical model of transnational journalism cultures. *International Communication Gazette*, 79(1), 3-25.
- Huffington, A. (2013). Bezos, Heraclitus, and the Hybrid Future of Journalism. Huffington Post. Consultado a 30 de abril de 2018 em: https://www.huffingtonpost.com/arianna-huffington/future-of-journalism_b_3756207.html
- Hunter, M. L. (2011). *Story-Based Inquiry: A manual for investigative journalists*. França: UNESCO.
- Imprensa, O. d. (2018, Agosto 8). *Atlas da Notícia*. Acessado em Agosto 2018, Observatório da Imprensa: <http://observatoriodaimprensa.com.br/atlas-da-noticia/conheca-a-primeira-fase-do-atlas-da-noticia-2/>

- Jarvis, J. (2006). Networked journalism. *Buzz Machine*, 5. Consultado a 4 de maio de 2018 em: <https://buzzmachine.com/2006/07/05/networked-journalism/>
- Jenkins, H., Ford, S., & Green, J. (2013). *Spreadable media: Creating value and meaning in a networked culture*. New York: NYU press.
- Kaplan, D. E. (2013). *Global investigative journalism: Strategies for support*. Washington, D. C., EE.UU.: Center for International Media Assistance/National Endowment for Democracy.
- Krippendorff, K. (2012). *Content analysis: An introduction to its methodology*. London: Sage.
- Lewis, C. (2017). Case Study: The International Consortium of Investigative Journalists. In R. Sambrook, *Global Teamwork: The rise of collaboration in investigative journalism* (pp. 5-25). Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism.
- Lewis, S. C. (2012). The tension between professional control and open participation: Journalism and its boundaries. *Information, Communication & Society*, 15(6), 836-866.
- Lipman, M., & Akhrarkhodjaeva, N. (2017). Media. *Russian analytical digest (RAD)*, 197.
- McAdams, M. (2012). *Flash journalism: how to create multimedia news packages*. Flórida: CRC Press.
- McNair, B. (2009). Journalism and democracy. *The handbook of journalism studies*, 237-249.
- Machado, M. M., Lohmann, A. F., & Haguenaer, C. J. (2009). Journalism in the Web 2.0. *Revista EducaOnline*, 3(1).
- Meijer, I. C. (2001). The public quality of popular journalism: Developing a normative framework. *Journalism Studies*, 2(2), 189-205.
- Mioli, T., & Nafria, I. (2017, Abril 12). *Innovative Journalism in Latin America*. Acessado em Novembro 2018, Knight Center for Journalism in the Americas at the University of Texas at Austin: <https://knightcenter.utexas.edu/books/IJENGLISH1.pdf>
- Morgan, S., & Symon, G. (2004). Electronic Interviews in Organizational Research. In C. Cassell, & G. Symon, *Essential Guide to Qualitative Methods in Organizational Research* (pp. 23-33). London: Sage.
- Muhlmann, G. (2010). *Journalism for democracy*. Cambridge: Polity.
- Muñoz, M., & Acevedo, N. (2017). Percepción del Periodismo Investigativo de los estudiantes de Periodismo de las universidades de la Región de Valparaíso, desde sus planes de estudio.

- Nakhlawi, R. (2018, Outubro 18). *ICIJ Blog*. Acessado em ICIJ: <https://www.icij.org/blog/2018/10/dangerous-situations-collaboration-and-humility-highlights-from-safeguarding-the-truth/>
- Norris, P. (2009). Comparative political communications: common frameworks or Babelian confusion?. *Government and Opposition*, 44(3), 321-340.
- Obermayer, B., & Obermaier, F. (2016). *The Panama Papers: breaking the story of how the rich and powerful hide their money*. Cologne: Oneworld Publications.
- Onuoha, M., Pinder, J., & Chaffer, J. (2015, Novembro 20). *Guide to Crowdsourcing*. Acessado em Tow Center for Digital Journalism: <https://towcenter.org/research/guide-to-crowdsourcing/>
- Pitt, F., & Green-Barber, L. (2017). The Case for Media Impact: A Case Study of ICIJ's Radical Collaboration Strategy.
- Powers, M., & Vera-Zambrano, S. (2018). The Universal and the Contextual of Media Systems: Research Design, Epistemology, and the Production of Comparative Knowledge. *The International Journal of Press/Politics*, 23(2), 143-160.
- Raetzsch, C. &. (2016). Journalism and the Circulation of Communicative Objects. *TECNOSCIENZA: Italian Journal of Science & Technology Studies*, 129-148.
- Rantanen, T. (2013). A critique of the systems approaches in comparative media research: A Central and Eastern European perspective. *Global Media and Communication*, 9(3), 257-277.
- Rodrigues, Adriano Duarte. O Acontecimento. In: *Revista de Comunicação e Linguagens*. Vol. 8, 1988.
- Rogers, S., Schwabish, J. D., Data Journalism In 2017: The current state and challenges facing the field today. Google News Lab. 2017 Disponível em: <https://newslab.withgoogle.com/assets/docs/data-journalism-in-2017.pdf>, acessado 25/10/2017.
- Romera, P., & S. Gallego, C. (2018, Julho 3). *Blog*. Acessado em Novembro 2018, The International Consortium of Investigative Journalists: <https://www.icij.org/blog/2018/07/how-icij-deals-with-massive-data-leaks-like-the-panama-papers-and-paradise-papers/>
- Rubleski, A., & da Silva, A. R. (2012). Liquid journalism: trends in amplification of the field. *Brazilian Journalism Research*, 8(1), 114-127.
- Rusbridger, A. (2010). The splintering of the fourth estate. *The Guardian*, v. 19.
- Sambrook, R. (2017, No info No info). *Global Teamwork: The rise of collaboration in investigative journalism*. Acessado em Março 2018, Reuters Institute:

<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/global-teamwork-rise-collaboration-investigative-journalism>

- Santisteban Casas, M. X., León Posada, F., & Visbal, M. (2016). Pluralidad y diversidad de las fuentes de información en los informativos Noticias RCN, Noticias Capital, Noticias Uno y Caracol Noticias.
- Schudson, M. (2008). *Why democracies need an unlovable press*. Cambridge: Polity.
- Serna, C.M., (2018). Collaboration and the creation of a new journalism commons. *The Tow Center for Digital Journalism at Columbia's Graduate School of Journalism*. Consultado a 30 de março de 2018 em: https://www.cjr.org/tow_center_reports/collaboration-and-the-journalism-commons.php#introduction.
- Serra, J. M. P. (2006). O princípio da credibilidade na selecção da informação mediática. *Animus. Revista Interamericana da Comunicação Midiática, N° 1, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, 2003, pp. 37-49., (1)*.
- Singer, J. B. (2015). “Out of Bounds: Professional Norms as Boundary Markers.” In *Boundaries of Journalism: Professionalism, Practices and Participation* (M. Carlson & S. C. Lewis, editors), pp. 21-36; New York: Routledge.
- Singer, J. B. (2003). Who are these guys? The online challenge to the notion of journalistic professionalism. *Journalism, 4*(2), 139-163.
- Spangenberg, J., & Heise, N. (2014). News from the crowd: Grassroots and collaborative journalism in the digital age. In *Proceedings of the 23rd International Conference on World Wide Web* (pp. 765-768). ACM.
- Stonbely, S. (2017, Setembro No info). *Comparing models of Collaborative Journalism*. Acessado em Março 2018, Center for Cooperative Media: <https://collaborativejournalism.org/wp-content/uploads/2017/09/Models-for-Collaborative-Journalism-research-paper.pdf>
- Team, T. I. (n.d.). *About*. Acessado em The International Consortium of Investigative Journalists : <https://www.icij.org/about/icijs-manifesto/>
- Usher, N. (2016). *Interactive journalism: Hackers, data, and code*. Chicago: University of Illinois Press.
- Van der Haak, B., Parks, M., & Castells, M. (2012). The future of journalism: Networked journalism. *International journal of communication, 6*(16), 2923–2938.
- Wahl-Jorgensen, K. (2014). WikiLeaks! Is WikiLeaks challenging the paradigm of journalism? Boundary work and beyond. *International Journal of Communication, 8*, 12.

- Wahl-Jorgensen, K., & Hanitzsch, T. (Eds.). (2009). *The handbook of journalism studies*. New York: Routledge.
- Weinberger, D. (2009). Transparency is the new objectivity. *Joho: The Blog*. Link: <http://www.kmworld.com/Articles/Column/David-Weinberger/Transparency-the-new-objectivity-55785.aspx>
- Weiss, R. (1995). *Learning from strangers: The art and method of qualitative interview studies*. New York: Simon and Schuster.
- Westergaard, P., & Søren, J. (2018, Julho 11). *Nieman Lab*. Acessado em Nieman Lab: <http://www.niemanlab.org/2018/07/54-newsrooms-9-countries-and-9-core-ideas-heres-what-two-researchers-found-in-a-yearlong-quest-for-journalism-innovation/>
- Zanotti, C. A. (2010). Jornalismo colaborativo, gêneros jornalísticos e critérios de noticiabilidade. *Comunicação Midiática*, 5(1), 28-41.

APÊNDICES

Apêndice I – Guião de Entrevista

<div>Perguntas aos administradores / representantes da plataforma</div>	<ul style="list-style-type: none">• Como surgiu a organização, qual era sua missão e valores?• Como definir o papel da plataforma no panorama do mercado dos média (especialmente relacionado à média local e regional)?• Quem patrocina a organização e qual a relação do patrocinador com o trabalho realizado, as decisões editoriais e a divulgação dos resultados?• Quais mecanismos a organização usa para garantir a transparência, integridade, credibilidade, diversidade e sustentabilidade dos projectos?• Quais são os prós e contras da colaboração no jornalismo?• Como a plataforma escolhe os assuntos a serem investigados? Que processos e pessoas estão envolvidas?• Quais mecanismos são usados para garantir apoio legal para jornalistas e fontes?• Como a organização (e outras como ela) está impactando o trabalho do jornalista da redação?
---	--

<p>Perguntas para a organização patrocinadora</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quantas plataformas (organizações) ligadas ao jornalismo e aos média sua organização financia e / ou patrocina? 2. O que levou sua organização a financiar a plataforma (nome da plataforma em questão)? 3. Qual o nível de participação da sua organização nas decisões (editorial, financeira, ética) da plataforma? 4. Sua organização possui regras ou códigos de conduta que garantam a liberdade e independência da (s) plataforma (s) financiada (s)? 5. Quais são as maneiras pelas quais o nível de conformidade das plataformas financiadas é medido de acordo com as regras e valores de sua organização?
<p>Perguntas para jornalistas participantes</p>	<p>Como começou o seu relacionamento com a plataforma?</p> <p>Você pode nos contar um pouco sobre a experiência de um projecto em particular?</p> <p>Quais são os prós e contras deste tipo de projecto?</p> <p>Como você avalia o suporte legal? Você acha que o seu trabalho e a fonte com a qual trabalha nos projectos estão protegidos?</p> <p>Como delinear os papéis das organizações colaborativas e do jornalismo tradicional?</p> <p>Qual o futuro dessas organizações no que diz respeito às garantias de democracia, liberdade e diversidade, bem como a sobrevivência do jornalismo?</p> <p>Qual a importância de plataformas como estas para o jornalismo e para os projetos em que você participou?</p> <p>Em sua perspectiva como jornalista, o que muda (ou mudou) na prática jornalística a participação em projetos realizados em colaboração?</p>

Apêndice II – Compilação e Transcrição das Entrevistas

Plataforma: Investigate Europe

Respondente: Paulo Pena

Posição na Organização: Jornalista Investigate Europe

Meio de Comunicação: Diário de Notícias – Portugal

[Pesquisadora] Como começou o seu relacionamento com o Investigate Europe?

Um ano depois, o Harald telefonou-me e disse-me que estava a tentar fazer isso mesmo. Em janeiro de 2016, reunimo-nos pela primeira vez. A reunião foi em Berlim e eu participei, por teleconferência, de Lisboa. Dos membros actuais da equipa estiveram nessa reunião, além de mim, Harald Schumann, Elisa Simantke, Nikolas Leontopolous, Maria Maggiore e Ingeborg Eliassen. Seis meses depois, de 8 a 10 de julho de 2016, reunimo-nos em Bruxelas, presencialmente. Juntou-se à equipa que reunira em Berlim Wojciech Ciesla. Aí discutimos um plano de trabalho em equipa, com regras de funcionamento, periodicidade das reuniões, formas de abordagem e escolha de temas. Escolhemos também o nome do grupo - naquela que foi a mais longa discussão de todas as reuniões que tivemos. Ganhou Investigate Europe. Nessa reunião, o grupo decidiu que funcionaria com uma equipa fixa de jornalistas que cooperam na pesquisa, partilham resultados das suas investigações e constroem um resultado comum (em inglês, a nossa língua técnica de trabalho). Depois, cada um de nós constrói a sua própria história, com base na pesquisa comum, dando destaque aos temas que, em conjunto, consideramos mais relevantes. Nessa altura, também, contámos com as primeiras doações, por parte de fundações, para que os gastos da equipa fossem assegurados. Decidimos, nessa reunião em Bruxelas, qual seria o primeiro tema a abordar: a nova política de fronteiras na Europa e a sua relação com a afluência de migrantes e refugiados às fronteiras da União Europeia. Esse trabalho iniciou-se em outubro de 2016, e foi o arranque do trabalho de equipa do Investigate Europe.

[Pesquisadora] Você pode nos contar um pouco sobre a experiência de um projecto em particular?

Fizemos, até agora, seis grandes pesquisas - Política de fronteiras da UE, dependência dos Estados europeus de software de marca, precariedade laboral na UE, a influência na Europa do gigante financeiro *BlackRock*, o alçapão jurídico no controlo de passageiros de avião e a situação dos transportes rodoviários. Vamos agora preparar a publicação, em dezembro de 2018, do nosso sétimo grande tema. Cada um destes trabalhos origina, como é natural, vários outros. No primeiro de todos (a política de fronteiras), publicámos várias outras histórias e reportagens sobre a forma como os refugiados chegavam a Grécia ou a Itália; o papel da política militar naval no Mediterrâneo, o financiamento da investigação militar na UE, a utilização de drones no controlo de fronteiras. É normal que cada tema dê origem à publicação de vários trabalhos, em cada um dos órgãos de comunicação social com quem trabalhamos. Talvez o nosso projecto mais interessante tenha sido, mesmo, o primeiro. Nessa altura ainda estávamos todos a percorrer um caminho desconhecido. Não só mal nos conhecíamos, como cada um de nós transportava uma cultura jornalística diferente, como é natural. À medida que tentávamos comunicar uns com os outros, diariamente, em inglês, tentávamos também conhecer a complexa máquina informática que nos ajuda a trabalhar em conjunto. Temos um chat, seguro, para mensagens rápidas e urgentes; temos uma “nuvem” onde armazenamos e acedemos a documentos mais pesados; temos um sistema partilhado de edição e partilha de textos e imagens. E temos ainda uma reunião semanal por videoconferência e uma reunião bimensal, presencial. Tudo isso acontece, como é óbvio, enquanto investigamos o tema. No caso da nova política de fronteiras da UE, estávamos a investigar algo que se preparava para acontecer - como a aprovação do pacote “*smart borders*” que ditava a utilização de dados biométricos dos cidadãos; a nova política de bases de dados; o financiamento de projectos de pesquisa relacionados com segurança; a batalha dos lobbistas do setor militar em Bruxelas; a atividade dos comissários responsáveis pelas áreas das migrações, da segurança e da investigação científica. Mas, ao mesmo tempo, cada um de nós tinha de pesquisar, e partilhar com os outros, a sua realidade concreta, nacional. Em Portugal, por exemplo, funcionava a EMSA, a autoridade marítima que ganhou a competência de assegurar a vigilância do tráfego de barcos no Mediterrâneo, por onde se fazia a maior parte da entrada de migrantes e refugiados. Eram também portugueses os consórcios que ganharam os primeiros concursos públicos para o fornecimento de drones à EMSA. Um dos momentos em que percebemos que este projeto fazia todo o sentido deu-se no início da pesquisa. Numa das reuniões por videoconferência deparámo-nos com uma agência europeia de que nunca ouvíamos falar, que dispunha de sedes e equipas em cada um dos países.

Decidimos ir, cada um de nós, visitar o EUROSUR local. Eu fui a Lisboa, o Harald foi a Berlim, a Maria foi a Roma... Chegámos todos à mesma conclusão: a agência que custou centenas de milhões de euros, e tinha uma responsabilidade formal por assegurar a coordenação na política de fronteiras, mais não era do que um serviço sem qualquer relevância ou actividade. Esse é o tipo de informação que só uma equipa pan-Europeia consegue obter. De outra forma, a imprensa portuguesa, ou a italiana, ou a alemã, só poderiam descrever o que se passa na sua proximidade. Não conseguiria ter uma visão abrangente da dimensão europeia do problema. É isso que tentamos fazer, desde que nos apercebemos de que essa é a melhor forma de dar aos nossos leitores uma informação mais completa e sem qualquer tipo de viés nacional.

[Pesquisadora] Quais são os prós e contras deste tipo de projecto?

Este é um projecto difícil, em termos estruturais, por funcionar como uma redacção multilíngue e multicultural. Quer os debates, quer o desenvolvimento das ideias, quer as realidades concretas nacionais, muitas vezes exigem uma paciência maior da parte de cada um de nós. Um exemplo: nos países do norte da Europa é comum, e fácil, obter informações oficiais desconhecidas através da apresentação de *Freedom of Information Acts*. Nos países do sul, e do leste, esse mecanismo quase nunca funciona. Outra das nossas dificuldades tem origem na nossa diferente situação profissional. Eu, por exemplo, trabalho num jornal português (o Diário de Notícias, agora, e trabalhei no Público, até maio de 2018). Posso pedir tempo para me dedicar em exclusivo ao Investigate Europe e tenho a certeza de que o meu trabalho será publicado. Alguns membros da equipa são *free-lancers*, pelo que têm de assegurar que, no fim, o seu trabalho será publicado, sem partirem com essa certeza inicial. Apesar dessas dificuldades, trabalhar no Investigate Europe é a melhor experiência jornalística que tenho. Aqui podemos cooperar para dar um sentido amplo aos temas que nos afectam a todos os europeus. A dimensão europeia, política, económica, social e cultural, dos temas é, em si, um factor decisivo da sua importância. Os problemas estão globalizados, mas os media nacionais não dispõem de meios para aprofundar essa dimensão maior. Isso cria um viés: muitos cidadãos portugueses, gregos, espanhóis, pensam que as suas crises são apenas suas. Não dispõem de informação verificada que lhes permita perceber a dimensão global de cada um dos seus problemas locais. Dito de outra forma: não há uma opinião pública europeia, e ela é indispensável. Muito do que se passa nas nossas vidas tem origem numa dimensão política que desconhecemos, consideramos demasiado distante. O papel do jornalismo é esse:

aproximar, desvendar, contextualizar. Um outro ponto que considero fundamental é que o Investigate Europe é um projeto de jornalismo que vai à procura dos temas que quer tratar. Todos os nossos trabalhos resultaram de ideias e debates nossos.

[Pesquisadora] Qual a importância de organizações como esta para o jornalismo e para os projetos em que você participou?

Creio que será cada vez mais indispensável, no mundo em que vivemos, mostrar a realidade geral. Com o recente crescimento de forças políticas nacionalistas, a dimensão internacional, regional, cooperativa, é a melhor forma de, jornalisticamente, mostrarmos que não estamos condenados ao isolamento e que a simplificação absoluta dos problemas à escala local, ou nacional, é apenas uma forma de impor um viés, uma realidade falsa.

[Pesquisadora] Como delinear os papéis das organizações colaborativas e do jornalismo tradicional?

O nosso ponto de partida é sempre de cooperação. Nós não queremos, e nunca quisemos, fundar um meio de comunicação social. Somos uma agência que produz informação e a oferece aos media que existem. O nosso slogan comercial é esse mesmo: pesquisar uma vez, publicar 28 vezes.

[Pesquisadora] Qual é o futuro dessas organizações no que diz respeito às garantias de democracia, liberdade e diversidade, bem como a sobrevivência do jornalismo?

Lançámos, recentemente, uma campanha de *crowdfunding*, para tentar complementar as nossas fontes de rendimento. Até agora, apenas 5% do nosso rendimento vem das vendas de trabalhos. Muitas vezes, os media não têm capacidade para pagar um preço razoável por uma investigação jornalística que nos levou 4 meses a realizar. Por isso, a grande maioria dos nossos fundos vêm de doadores privados, como fundações. A nossa garantia para com os leitores é que, desde o primeiro dia, sempre separámos os doadores da escolha de temas. Aliás, o nosso modelo inclui uma separação física: uma ONG belga, o Journalism Fund, colabora connosco para tratar de todos os aspetos relacionados com o financiamento e com as fundações que apoiam o Investigate Europe. Numa análise mais vasta, creio que o actual momento de crise no modelo de negócio do jornalismo nos obrigará a descobrir formas alternativas de garantir qualidade jornalística, ainda que sem a garantia de um negócio

lucrativo. Por isso, o Investigate Europe optou por avançar como uma equipa apoiada por fundações (com um registo público dos nomes e montantes doados, no nosso site www.investigate-europe.eu) ao mesmo tempo que desenvolvia a tentativa de se manter no médio-longo prazo como um projecto auto-suficiente do ponto de vista financeiro. O nosso objectivo é tentarmos reduzir a dependência das doações de fundações, seja através do financiamento direto dos cidadãos, seja através das vendas do nosso trabalho aos media europeus.

[Pesquisadora] De sua perspectiva nacional, quais são os prós e contras da colaboração no jornalismo?

Só vejo prós, como expliquei acima. A colaboração pan-europeia é a única forma que conheço de abordar alguns dos temas mais importantes das nossas sociedades.

[Pesquisadora] Como você avalia o suporte legal? Você acha que o seu trabalho e a fonte com a qual trabalha nos projectos estão protegidos?

O quadro legal na União Europeia é francamente mau. Não só existem várias leis nacionais com impacto sobre o nosso trabalho de investigação, como existem algumas armadilhas jurídicas que tornam a colaboração jornalística arriscada. Até agora, nenhum dos nossos trabalhos motivou nenhum processo judicial. Mas temos consciência que um trabalho pode ser processado, de formas diferentes, em cada um dos nossos países, com consequências para o trabalho da equipa. Mais: em França, o mesmo trabalho pode ser processado em comarcas diferentes; uma versão inglesa do nosso trabalho publicado na Roménia pode ser processada no Reino Unido, entre outras bizarras legais que conhecemos. Os jornalistas estão desprotegidos, e uma equipa como a nossa ainda mais. Seria urgente e democraticamente necessário criar um enquadramento para a proteção do jornalismo de investigação na Europa, em cada Estado, mas também a nível regional, que não ponha em risco a existência de projectos de colaboração transfronteiriços.

Organização Patrocinadora: Hans-Böckler-Stiftung - Patrocinador Investigate Europe

Respondente: Rainer Jung

Posição na Organização: Spokesman

[Pesquisadora] Quantas plataformas (organizações) ligadas ao jornalismo e aos média sua organização financia e/ou patrocina?

Um, Investigate Europe. O jornalismo de financiamento normalmente não está no foco de nossas atividades; financiamos principalmente pesquisas acadêmicas sobre questões de condições de trabalho, economia, participação no local de trabalho, direitos dos funcionários, distribuição de riqueza, etc.

[Pesquisadora] O que levou sua organização a financiar o *Investigate Europe*?

A Hans-Böckler-Stiftung é da opinião de que a Europa precisa de uma esfera pública europeia. Os meios de comunicação nos países membros reportam principalmente para audiências nacionais, assim eles fornecem a informação que estes públicos estão interessados e compartilham até certo ponto de vista de seu público e/ou política nacional etc. Investigate Europe tenta fechar esta lacuna sua abordagem transfronteiriça.

[Pesquisadora] Qual o nível de participação da sua organização nas decisões (editorial, financeira, ética) da plataforma?

Nós fornecemos principalmente financiamento inicial. Quando o projeto começou, a Investigate Europe apresentou uma moção descrevendo o projeto e anunciando que as questões das condições de trabalho (transnacionais) teriam um papel substancial em suas reportagens. Isso nos convenceu. Nós não participamos nem no planejamento detalhado das histórias nem na sua realização.

[Pesquisadora] Sua organização possui regras ou códigos de conduta que garantam a liberdade e independência da plataforma financiada?

Sim. Temos regras para nosso financiamento de pesquisas acadêmicas que dizem, por exemplo, que não influenciaremos o processo de pesquisa (https://www.boeckler.de/pdf/leitlinien_wissenschaftlicher_politikberatung.pdf). O nosso financiamento da Investigate Europe segue os mesmos princípios

[Pesquisadora] Quais são as maneiras pelas quais o nível de conformidade das plataformas financiadas é medido de acordo com as regras e valores da sua organização?

Recebemos relatórios da Investigate Europe que informam sobre suas atividades e publicações. Além disso, nosso controle verifica se o dinheiro que financiamos é usado de acordo com a aplicação Investigate Europe arquivada. Isso é o que fazemos em nosso financiamento de pesquisa também.

Plataforma: The Internacional Consortium of Investigative Journalists (ICIJ)

Respondente: Amy Wilson-Chapman

Posição na Organização: ICIJ's Community Engagement Editor

[Respondente] Assista ao nosso Q & A com Gerard Ryle + Marina Walker – (<https://www.icij.org/blog/2017/11/tax-havens-legal-letters-sticky-questions-answered-icij/>) isso foi depois dos *Paradise Papers* foi liberado. Tocamos em muitas das perguntas que você fez.

[Respondente] Nossa equipe fez várias *Ted Talks* - incluindo Gerard: https://www.ted.com/talks/gerard_ryle_how_the_panama_papers_journalists_broke_the_biggest_leak_in_history

[Pesquisadora] Como surgiu a organização, qual é a sua missão e valores?

Nossa sobre a página deve cobrir isso: <https://www.icij.org/about/> O ICIJ é uma organização única. Uma organização sem fins lucrativos sediada nos EUA, somos uma redação pequena e cheia de recursos com nossa própria equipe de reportagem, bem como uma rede global de repórteres e organizações de mídia que trabalham juntos para investigar as matérias mais importantes do mundo. Nossa rede de membros confiáveis engloba mais de 220 dos melhores repórteres investigativos de 83 países e territórios. Também fazemos parcerias com mais de 100 organizações de mídia, dos pontos mais renomados do mundo, incluindo a *BBC*, o *New York Times*, o *Guardian* e o *Asahi Shimbun*, até pequenos centros regionais de investigação sem fins lucrativos. Com base na experiência e alcance de nossa rede, colaboramos em investigações inovadoras que expõem a verdade e responsabilizam os poderosos, ao mesmo tempo em que aderem aos mais altos padrões de justiça e precisão. A equipe principal do ICIJ é pequena, mas ambiciosa. Queremos capacitar nossos leitores para se envolverem com suas comunidades locais sobre questões de importância global, como sistemas quebrados e abusos

de poder. E queremos fazer isso aproveitando a enorme força de nossa extensa rede. Além de nossa equipe nos EUA, temos membros da equipe na Austrália, França, Costa Rica, Espanha, Hungria, Alemanha e Inglaterra. Somos apaixonados pelo poder do jornalismo e fornecemos as ferramentas e orientações necessárias para obter com êxito colaborações de relatórios sem precedentes. Ao longo dos anos, o ICIJ liberou dezenas de investigações - incluindo os *Panama Papers* vencedores do Prêmio *Pulitzer* - e ganhamos muitos prêmios por nosso trabalho. O ICIJ é totalmente financiado por doações. Você pode ler mais sobre nossos apoiadores aqui e explorar o impacto do nosso trabalho aqui. O ICIJ incentiva dicas, vazamentos e ideias de histórias do público, denunciante, bem como de destacados jornalistas investigativos interessados em colaborar conosco. Não hesite em nos contatar com suas ideias. Mas também publicamos nosso manifesto no início deste ano, o que explica muito sobre o que o ICIJ significa: <https://www.icij.org/about/icijs-manifesto/>

Salvaguardando a verdade - manifesto do ICIJ

A verdade está sob ataque. A hora de defendê-la é agora.

Em todo o mundo, todos os dias, os fatos são negados ou suprimidos. A propaganda do governo e os exércitos de mídia social inundam a esfera pública com pretensões falsas e mensagens partidárias, enquanto difamam uma imprensa livre já atacada. A desinformação está em toda parte; prestação de contas ausente.

A brutal realidade dos últimos anos é que os jornalistas rotineiramente arriscam suas vidas apenas por fazerem o seu trabalho, mesmo em países considerados seguros.

O Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos representa um novo paradigma de jornalismo para os nossos tempos conturbados. Sua missão: trazer responsabilidade em escala global. Somos transfronteiriços, em rede, colaborativos e totalmente profissionais. Reunimos jornalistas de todo o mundo para salvaguardar a verdade e uns aos outros. Ao longo do caminho, trazemos um novo tipo de escrutínio para eventos mundiais e problemas complexos - usando dados e fatos suportados por documentos que não podem ser facilmente descartados.

Acreditamos que é tarefa dos jornalistas armar o público com informações, capacitar os cidadãos para fortalecer as instituições democráticas e a própria democracia. Acreditamos que a verdade é a melhor arma da sociedade contra a corrupção, a injustiça e a desigualdade.

Reunindo grandes equipes de jornalistas de todo o mundo para trabalhar juntos em grandes projetos de investigação, o ICIJ é capaz de expor as falhas em instituições nacionais e internacionais que deveriam nos proteger - mas muitas vezes estão falhando. Trabalhando juntos, podemos alcançar resultados e impacto que nenhuma saída única poderia alcançar sozinha, e podemos fornecer aos cidadãos em todo o mundo o conhecimento necessário para responsabilizar os poderosos.

Nos consideramos líderes globais em jornalismo de dados e tecnologia de jornalismo. Nossas inovações digitais, nossa rede internacional segura e nosso acesso, por meio de denunciante, a conjuntos de dados gigantescos que não existem em nenhum outro lugar, nos permitem extrair informações que, de outra forma, não seriam vistas.

Nosso modelo colaborativo baseia-se na ideia de que muitos jornalistas trabalhando juntos podem revelar uma verdade global, uma verdade que é descoberta, questionada, verificada e verificada novamente - não por um único repórter, mas por equipes de jornalistas talentosos e organizações de notícias que trabalham em direção a uma comunidade comum. Objetivo. Ao deixar de lado as rivalidades e bloquear as pressões comerciais, podemos nos dedicar a encontrar e compartilhar histórias verdadeiras de significado genuíno para o mundo.

Esta é a nossa contribuição para a democracia, para a igualdade, para a transparência. Acreditamos que este é o objetivo final da grande reportagem investigativa.

E assim como acreditamos na colaboração entre jornalistas, também sabemos que o jornalismo é uma forma de colaboração com as comunidades que pretende servir. Nesse momento crucial, o grande jornalismo precisa ser apoiado, defendido e celebrado.

A verdade precisa ser defendida por jornalistas e cidadãos. Todos nós podemos desempenhar um papel na salvaguarda da verdade. E nós devemos.

[Respondente] Você também pode ler sobre a história do ICIJ e nosso conselho aqui: <https://www.icij.org/about/icijs-story/>

A história do ICIJ

O Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos foi fundado em 1997 pelo jornalista americano Charles "Chuck" Lewis. Foi lançado como um projeto do Centro de Integridade

Pública. Sob essa administração, o ICIJ investigou questões que não pararam nas fronteiras nacionais, incluindo criminalidade transfronteiriça, corrupção e responsabilização dos poderosos.

Essas investigações expuseram o contrabando de empresas multinacionais de tabaco e de sindicatos do crime organizado; as transações de cartéis militares privados, companhias de amianto e lobistas da mudança climática; e abriu novos caminhos divulgando detalhes dos contratos de guerra no Iraque e no Afeganistão. Nossas investigações mais recentes sobre a economia *offshore* global, incluindo os *Panama Papers* vencedores do Prêmio *Pulitzer* 2017, provocaram renúncias, prisões e mudanças de políticas em dezenas de países.

Para ampliar ainda mais seu alcance e impacto, o ICIJ se separou do Centro e tornou-se uma organização noticiosa totalmente independente no início de 2017.

Em julho de 2017, o ICIJ recebeu o status 501 (c) (3) sem fins lucrativos pelas autoridades fiscais dos EUA.

Fiel ao estilo colaborativo de trabalho do ICIJ, a organização é governada por três comitês: uma diretoria tradicional com um papel fiduciário; um comitê consultivo formado por apoiadores e jornalistas investigativos experientes; e o Comitê da Rede do ICIJ, que serve aos membros da rede global do ICIJ.

Também publicamos a carta de Gerard para nossos leitores que ele enviou quando lançamos nosso programa de associação ICIJ *Insiders* - <https://www.icij.org/blog/2018/06/become-icij-insider-help-us-stay-fearless-independent/> - o que explica um pouco mais sobre o ICIJ. Uma versão disso sai para cada novo assinante que recebemos também.

O ICIJ foi fundado em 1997 com a premissa de que os abusos de poder não param nas fronteiras e que a melhor maneira de responsabilizar os poderosos é através de parcerias de relatórios globais.

O ICIJ está empenhado em expor a verdade e responsabilizar os poderosos através de colaborações de relatórios sem precedentes.

Espero que você aproveite esta oportunidade emocionante para se juntar à nossa comunidade hoje. Suas doações permitirão que nossos repórteres acompanhem a história ainda mais, para

aprofundar e garantir que nossas colaborações tenham um impacto maior do que nunca. Mas mais do que isso, seu apoio garantirá que o ICIJ permaneça completamente independente e totalmente dedicado a contar as histórias mais importantes do mundo.

Nossas investigações transnacionais capacitam as comunidades locais a se envolverem em conversas globais sobre sistemas quebrados e abusos de poder.

[Pesquisadora] Como definir o papel da organização no cenário do mercado de mídia (especialmente relacionado à mídia local e nacional)?

[Pesquisadora] Quem patrocina a organização e qual a relação do patrocinador com o trabalho realizado, as decisões editoriais e a divulgação dos resultados?

Você pode ler sobre nossos apoiadores aqui - <https://www.icij.org/about/our-supporters/>. Você verá abaixo nossa política de doações, que explica que a independência editorial é sempre mantida.

Também publicamos uma série regular sobre a nossa editora chamada "*Meet the funders*", que é relativamente nova, mas pode ajudar

O Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos é uma organização sem fins lucrativos. Nós damos nosso trabalho de graça.

Mas o jornalismo investigativo transfronteiriço está entre os mais caros e mais arriscados do mundo. Dependemos fortemente de fundações beneficentes e do apoio financeiro do público. Sem sua ajuda, não podemos existir.

Congratulamo-nos com doações individuais em apoio ao nosso trabalho. Você pode fazer um presente *online* aqui. Qualquer ajuda, por menor que seja, é bem-vinda.

Somos incrivelmente gratos aos nossos apoiadores que tornam este trabalho possível. A lista a seguir (em vigor a partir de 1º de julho de 2018) inclui doadores institucionais e individuais importantes que prestaram apoio em 2017-2018:

- Adessium Foundation
- Aftenposten

- Bay and Paul Foundations
- David and Helen Gurley Brown Institute for Media Innovation
- Ford Foundation
- Franklin Philanthropic Foundation
- Fritt Ord Foundation
- Fund for Nonprofit News at The Miami Foundation (NewsMatch)
- Green Park Foundation
- Hollywood Foreign Press Association
- Hurd Foundation
- John and Florence Newman Foundation
- Jonathan Logan Family Foundation
- Laura and John Arnold
- Luminate
- KCIJ Newstapa
- Moses Lubash Family Fund
- Neo4j
- Open Society Foundations
- Phalarope Foundation
- Rutgers Presbyterian Church
- Swedish Postcode Foundation

Também estamos gratos por termos recebido apoio em espécie do filantropo e empresário australiano Graeme Wood.

O ICIJ também é um participante do Programa de Associados da *Amazon Services LLC*, um programa de publicidade de afiliados projetado para fornecer um meio para que possamos ganhar taxas vinculando à Amazon.com e sites afiliados.

Política de Doação

O financiamento vai para apoiar as operações gerais, tecnologia e ferramentas do ICIJ e projetos investigativos. O ICIJ mantém uma barreira rígida entre nosso julgamento editorial e

a captação de recursos. Todas as decisões editoriais são tomadas de forma independente, e nenhum doador ou instituição influencia a cobertura do ICIJ.

O ICIJ adota a Carta de Direitos de Doadores, desenvolvida pela Associação de Profissionais para Angariação de Fundos (AFP), pela Associação para a Filantropia no Sector da Saúde (AHP), pelo Conselho para o Progresso e Apoio à Educação (CASE) e pelo Instituto de Doações.

[Pesquisadora] Quais mecanismos a organização utiliza para garantir a transparência, integridade, credibilidade, diversidade e sustentabilidade dos projectos?

[Pesquisadora] Como a organização escolhe os assuntos a serem investigados? Quais processos e pessoas estão envolvidos?

Algumas dicas sobre por que recentemente fizemos os vazamentos na África Ocidental: <https://www.icij.org/investigations/west-africa-leaks/decided-dig-west-africas-offshore-links/>

Por que decidimos explorar os *Links Offshore* da África Ocidental?

A África Ocidental estava no topo da nossa lista de necessidade quando o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos lançou o *Panama Papers* em abril de 2016.

Embora houvesse mais de 370 jornalistas de cerca de 80 países trabalhando juntos, compartilhando ideias e oferecendo ajuda, ainda havia muitas partes do mundo que exigiam mais cobertura.

Desde então, o ICIJ mergulhou na solicitação, treinamento e trabalho com jornalistas de novos países - incluindo os da África Ocidental. Faz parte do que fazemos: reunir jornalistas e criar parcerias de reportagem transnacionais para ajudar a iluminar todos os cantos de todos os continentes do mundo.

Nos *Panama Papers*, o ICIJ havia encontrado e relatado anteriormente que empresas e indivíduos de 52 dos 54 países da África estavam nos dados. Quase todos os países tinham uma história em potencial.

Então, tivemos um pressentimento de que a África Ocidental, uma família de 15 países que fala francês, inglês, português e centenas de idiomas locais, teria muitos segredos para revelar.

O ICIJ se uniu no ano passado com uma organização regional sem fins lucrativos especializada na produção de investigações na África Ocidental, a Célula *Norbert Zongo* para o Jornalismo Investigativo (Cenozo).

A organização leva o nome de um dos repórteres mais famosos da África Ocidental, Norbert Zongo, de Burkina Faso, que foi morto em circunstâncias não resolvidas.

Em fevereiro, o ICIJ e o Cenozo realizaram um evento no Senegal. Ajudamos os jornalistas a cada passo do caminho, desde a configuração com criptografia de e-mail, para que pudessemos nos comunicar com segurança, para rastrear documentos no Reino Unido, nos Estados Unidos, na Itália e em outros lugares que tivessem uma conexão com a África Ocidental. Quando necessário, telefonamos dos Estados Unidos para políticos que anteriormente se recusaram a falar com repórteres africanos locais.

Esta investigação usa a tecnologia colaborativa do ICIJ para que os jornalistas possam procurar por histórias de interesse público em quase 30 milhões de registros que vêm de quatro conjuntos de dados diferentes: *Offshore Leaks*, *Swiss Leaks*, *Panama Papers* e *Paradise Papers*.

A África Ocidental é importante demais para ser deixada de fora deste relatório, porque o impacto da evasão fiscal, do crime financeiro e da corrupção é enorme. O produto interno bruto per capita seria 15% mais alto em toda a África, se o dinheiro não tivesse sido desviado do continente, dizem os especialistas.

A região é uma das menos desenvolvidas do mundo. Em 2016, teve o crescimento mais lento de qualquer uma das cinco regiões da África, de acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento.

Dinheiro não rastreável proveniente da África Ocidental é responsável por mais de um terço de todo o dinheiro que sai de todo o continente africano a cada ano, segundo as Nações Unidas.

O ICIJ queria ajudar a trazer mais histórias do *offshore* da África Ocidental à luz, e sabíamos que o conhecimento e a expertise local seriam fundamentais.

Mas os desafios para o jornalismo investigativo na África Ocidental, como em muitos países da África, são assustadores. Os jornalistas ganham pouco dinheiro, trabalham sob extrema pressão e são frequentemente desconectados do resto do mundo.

Contar histórias sobre os indivíduos e empresas mais poderosas de um país nunca é fácil. Mas é muito mais difícil ignorar uma comunidade global de repórteres do que um jornalista investigativo trabalhando sozinho.

Esse é o poder da colaboração.

Faz parte da missão do ICIJ que nenhuma pedra seja descartada na busca da verdade e que nenhum jornalista investigativo, se tiver paixão e tiver as habilidades, trabalhe sozinho. É por isso que tivemos que estar lá.

[Pesquisadora] Quais mecanismos são usados para garantir apoio legal para jornalistas e fontes?

[Pesquisadora] Você poderia nos contar um pouco sobre como a organização (e outras como ela) está impactando o trabalho do jornalista na redação?

Um pouco de percepção de nossa equipe de dados sobre como lidamos com grandes vazamentos de dados, como nossas últimas investigações: <https://www.icij.org/blog/2018/07/how-icij-deals-with-massive-data-leaks-like-the-panama-papers-and-paradise-papers/>

Vice fez um documentário sobre Documentos do Paraíso que dá algumas dicas sobre isso: <https://www.icij.org/investigations/paradise-papers/watch-vice-news-paradise-papers-investigation/> - Mais uma vez muitos dos nossos funcionários são citados lá.

Como o ICIJ lida com vazamentos massivos de dados como os *Panama Papers* e *Paradise Papers*?

O Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos enfrentou o desafio de vasculhar quantidades gigantescas de dados.

Por exemplo, recentemente compartilhamos com os parceiros um novo tesouro de 1,2 milhão de documentos vazados do mesmo escritório de advocacia no centro da pesquisa *Papers Panama*, a Mossack Fonseca. Isso foi em cima dos 11,5 milhões de arquivos do *Panama Papers* trazidos para nós em 2015 pelo jornal alemão *Süddeutsche Zeitung* e 13,6 milhões de documentos que serviram de base para a subsequente investigação da *Paradise Papers*.

Se um único jornalista passasse um minuto lendo cada arquivo nos Documentos do Paraíso, levaria 26 anos para passar por todos eles. Obviamente, isso não é realista. Então, nos perguntamos, como podemos encontrar um atalho? Como podemos tornar a pesquisa mais eficiente e menos demorada?

1. Recursos Humanos: Envolve-se com parceiros

Jogar o sistema fiscal global é melhor investigado por uma rede mundial de jornalistas. E esse é o modelo do ICIJ. Reunimos os melhores repórteres nos cinco continentes para otimizar os esforços de pesquisa e conectar os pontos de dados de um país a outro.

Histórias fiscais são como um quebra-cabeça com peças faltantes. Um repórter da Estônia pode entender um fim da história; um repórter brasileiro pode se deparar com o outro lado. Junte-os e você chegará mais perto da imagem completa. O trabalho do ICIJ é conectar esses repórteres e garantir que eles compartilhem tudo o que encontram nos dados.

Nós chamamos a nossa filosofia de compartilhamento radical. Os parceiros do ICIJ comunicam suas descobertas enquanto trabalham, não apenas com seus colegas de trabalho imediatos, mas também com jornalistas que podem estar do outro lado do mundo.

Para promover a colaboração, o ICIJ fornece uma plataforma de comunicação chamada *Global I-Hub*. Ele foi descrito por seus usuários como um “Facebook privado” e permite o mesmo tipo de compartilhamento direto de informações que ocorre em uma redação física. Repórteres se juntam a grupos que seguem assuntos específicos - países, esportes, artes, litígios ou qualquer outro tópico em que estejam interessados. Dentro desses grupos, eles podem postar tópicos ainda mais específicos, como um político que eles encontraram nos

dados ou uma transação específica que estão investigando. É aí que a maior parte da discussão acontece, onde os jornalistas cruzam informações e compartilham notas e documentos interessantes.

O ICIJ precisou de vários projetos para deixar os repórteres confortáveis com o *I-Hub*. Para facilitar a entrada na plataforma e lidar com questões técnicas, os coordenadores regionais do ICIJ oferecem apoio. Isso é fundamental para garantir que os repórteres atendam ao padrão de segurança exigido.

2. Comunicações seguras: Criptografe tudo

Quando você conduz uma investigação envolvendo 396 jornalistas, precisa ser realista quanto à segurança: cada indivíduo é um alvo em potencial para os invasores, e o risco de violação é muito alto. Para mitigar esse risco, o ICIJ usa várias defesas.

É obrigatório, ao ingressar em uma investigação do ICIJ, configurar um par de chaves PGP para criptografar e-mails. O princípio do PGP é simples. Você possui duas chaves: uma é pública e é comunicada a qualquer correspondente em potencial que possa usá-la para enviar e-mails criptografados. A segunda chave é privada e nunca deve sair do seu computador. A chave privada serve apenas uma finalidade: descriptografar e-mails criptografados com sua chave pública.

Pense no PGP como um cofre onde as pessoas podem armazenar mensagens para você. Só você tem a chave para abri-lo e ler as mensagens.

Como toda medida de segurança, o PGP possui vulnerabilidades. Por exemplo, pode ser facilmente comprometido se o *spyware* estiver sendo executado em seu computador, gravando palavras enquanto você digita ou farejando todos os arquivos em seu disco. Isso destaca a importância de acumular várias camadas de segurança. Se uma dessas camadas quebrar, esperamos que as outras camadas reduzam o impacto de uma violação.

Para garantir a identidade de seus parceiros, o ICIJ implementa autenticação de dois factores em todas as suas plataformas. Essa técnica é muito popular entre os principais sites, incluindo *Google*, *Twitter* e *Facebook*. Ele fornece ao usuário um segundo código temporário

necessário para efetuar *login*. Esse código, uma série de números, geralmente é gerado em um dispositivo diferente, por exemplo, seu telefone, e desaparece rapidamente.

Em algumas plataformas sensíveis, adicionamos até autenticação de terceiro factor: o certificado do cliente. Basicamente, é um pequeno arquivo de repórteres armazenado e configurado em seus *laptops*. Nosso sistema de rede negará o acesso a qualquer dispositivo que não tenha este certificado.

Um outro mecanismo notável que o ICIJ usa para melhorar sua segurança é o *Ciphermail*. Este é um *software* que funciona como um proxy na frente de todos os e-mails enviados por nossas plataformas para criptografá-los usando o PGP. Este é um *software* que é executado entre nossas plataformas e as caixas de correio de nossos usuários. Ele identifica a chave PGP associada a um endereço de e-mail para criptografar e-mails automaticamente quando eles são enviados através de nossas plataformas. Então, em resumo: qualquer repórter que receba do ICIJ é criptografado.

3. Refinar dados brutos

The Paradise Papers foi um cache de 13,6 milhões de documentos. Um dos principais desafios em explorá-los veio do fato de que o vazamento veio de uma variedade de fontes: *Appleby*, *Asiaciti Trust* e 19 registros corporativos nacionais. Quando você dá uma olhada mais de perto nos documentos, percebe rapidamente seu conteúdo e caráter diversificados e a grande presença de formatos não legíveis pela máquina.

E-mails, PDF, arquivos Excel - esses documentos refletem as atividades internas dos dois escritórios de advocacia *offshore* investigados pelo ICIJ. Naturalmente, este material não foi originalmente estruturado de forma a facilitar uma investigação por jornalistas. O ICIJ precisava encontrar o melhor caminho para seus parceiros se aprofundarem nos dois maiores vazamentos da história.

Os engenheiros do ICIJ criaram uma estrutura complexa e poderosa para permitir que os repórteres pesquisem esses documentos. Usando a capacidade expansível da computação em nuvem, os documentos foram armazenados em um disco criptografado que foi submetido a um *pipeline* de extração, uma série de sistemas de *software* que extrai texto de documentos e os converte em dados que nosso mecanismo de pesquisa pode usar.

A maioria dos arquivos eram PDFs, imagens, e-mails, faturas e afins. Nenhum deles era facilmente pesquisável. Tivemos que encontrar uma maneira de facilitar o acesso a esses arquivos. Usando tecnologias como *Apache Tika* (para extrair metadados e texto), *Apache Solr* (para construir mecanismos de busca) ou *Tesseract* (para transformar imagens em texto), a equipe construiu um *software* de código aberto chamado *Extract* com a única missão de transformar documentos brutos em pesquisáveis, conteúdo legível por máquina. Essa ferramenta foi particularmente útil para distribuir os dados agora acessíveis em até 30 servidores - todos administrados pelo ICIJ para entregar os dados a seus jornalistas.

Com eficiência e acessibilidade, o ICIJ teve que construir uma interface de usuário para permitir que os jornalistas explorassem as informações refinadas extraídas de “dados não estruturados”, a miscelânea de diferentes tipos de documentos de várias fontes. Mais uma vez a escolha foi reutilizar uma ferramenta de código aberto chamada *Blacklight* que oferece um portal da *web* de fácil utilização, onde os jornalistas podem pesquisar documentos e usar consultas de pesquisa avançadas (como a correspondência aproximada de cadeias) para identificar leads ocultos no vazamento.

4. Explorar dados estruturados

Embora o ICIJ tenha o compromisso de publicar informações de interesse público, somos obrigados a fazê-lo sem divulgar informações que possam comprometer o anonimato de nossas fontes. Por essa razão, decidimos recriar os registros corporativos que vazaram para nós, em vez de usar os próprios registros. Para isso, tivemos que vasculhar os registros dos nomes de entidades e funcionários.

Os dados do *Panama Papers* e *Paradise Papers* parecem muito semelhantes. No entanto, o segundo é muito mais complexo, pois inclui dados de 21 fontes diferentes. Dessas fontes, o ICIJ concentrou seus esforços para extrair dados de apenas sete registros corporativos e um banco de dados *Appleby*. Cada fonte teve que ser tratada com ferramentas específicas. Para fazer isso, criamos uma série de raspadores, um exército de pequenos sistemas de software que têm apenas uma missão: transformar dados não estruturados em formatos reais de banco de dados legíveis por máquina.

Para construir esse banco de dados, o ICIJ contou com o Neo4j, uma tecnologia incrível que nos ajudou a converter dados em gráficos. A maioria das pessoas já usa bancos de dados

regulares, nos quais os dados podem ser entendidos como tabelas. Em um banco de dados gráfico, suas informações são armazenadas como pontos de intersecção (nós) e *links* (arestas), informações que explicam como empresas e indivíduos podem se cruzar - por exemplo, um indivíduo pode ser o acionista de uma ou várias empresas, conectando-as.

Como todos os dados foram importados de uma grande variedade de documentos, era essencial para o ICIJ garantir a integridade e a qualidade das informações. Para isso, os desenvolvedores usaram uma ferramenta chamada *Talend*, que funciona como um intermediário entre as fontes de dados. *Talend* ajudou a estruturar, transformar e executar testes em dados para garantir que fosse uniforme e pesquisável, mas não fundamentalmente alterado. Por exemplo, a maioria dos documentos obtidos pelo ICIJ utilizou diferentes formatos de data. *Talend* nos ajudou a transformar todos eles em um único formato.

Finalmente, quando importamos esse banco de dados para o *Linkurious*, uma ferramenta de visualização que explora os dados refinados e estruturados e cria visualizações, o ICIJ pôde publicá-los no site do Banco de Dados de *Offshore Leaks*.

Criar atalhos para a pesquisa nos levou a um longo caminho.

Quer começar a explorar o Banco de Dados de *Offshore Leaks* do ICIJ? Aqui está uma maneira útil de.

[Pesquisadora] Quais são os prós e contras da colaboração no jornalismo?

Há tanta informação sobre colaboração por aqui que algumas coisas podem ajudar:

Nosso Q & A com o CPJ recentemente. Marina fala sobre a colaboração e o poder disso no vídeo: <https://www.icij.org/blog/2018/10/dangerous-situations-collaboration-and-humility-highlights-from-safeguarding-the-truth/>

Uma visão geral do nosso projecto Datashare para ajudar na colaboração - <https://www.icij.org/blog/2018/05/icijs-datashare-project-will-help-journalists-breach-borders/>

Um documento sobre colaboração segura (olhando os *Panama Papers*): <https://www.usenix.org/system/files/conference/usenixsecurity17/sec17-mcgregor.pdf>

O GJIN recentemente fez uma reportagem sobre os benefícios financeiros de investigações como a nossa: <https://www.icij.org/blog/2018/09/the-financial-benefits-of-major-investigations-including-the-panama-papers/>

Um *podcast* com Gerard Ryle deste ano - <https://a16z.com/2018/05/26/journalism-tech-global-icij-panama-papers/>

LIBERDADE DE IMPRENSA (<https://www.icij.org/blog/2018/10/dangerous-situations-collaboration-and-humility-highlights-from-safeguarding-the-truth/>)

Situações perigosas, colaboração e humildade: os destaques da "salvaguarda da verdade"

Do poder de trabalhar em conjunto através da proteção de repórteres vulneráveis, aqui estão algumas dicas importantes do nosso recente painel de discussão.

Como você protege a verdade quando jornalismo - e jornalistas - estão na mira de forças poderosas que querem acabar com eles?

Um painel que incluiu a vice-diretora do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos Marina Walker Guevara e outros enfrentaram o desafio em 10 de outubro em uma ampla discussão sobre “Salvaguardar a verdade: liberdade de imprensa e a luta pela prestação de contas” patrocinada pela *Hollywood Foreign Press*. Associação e organizada pela Escola *Annenberg* de Comunicações e Jornalismo da Universidade do Sul da Califórnia. Aqui estão cinco principais conclusões do evento:

1. O melhor relatório é feito frequentemente nas condições mais perigosas

O correspondente estrangeiro Ramzi Malouki, que também é membro do HFPA, falou sobre como ele desenvolveu um grupo de contribuintes que estavam na Tunísia para ajudar a cobrir a Primavera Árabe depois que ele foi arrastado pela polícia para interrogatório durante as férias na Tunísia.

Eles suspeitavam que Malouki, então baseado na França, estava trabalhando em vez de estar de férias. A polícia o soltou, mas Malouki imediatamente alertou sua redação na França, insistindo para que não enviassem ninguém para a Tunísia, o que poderia desencadear suspeitas policiais de que eles estavam denunciando. E então ele foi trabalhar no

desenvolvimento de alternativas - indivíduos que já estavam no meio do conflito que estariam dispostos a reportar sobre isso.

Todo o tempo que ele estava ajudando essas pessoas a cobrir os eventos que se desdobram, ele continuou postando nas redes sociais como um visitante em férias.

Quando retornou a Paris, continuou a construir essa rede de jornalistas cidadãos para ajudar sua redação a cobrir a revolta.

“Criamos uma célula dentro do nosso canal de notícias com todos esses blogueiros, que estavam enviando imagens do avião do [ex-presidente da Tunísia] Ben Ali decolando. [Tivemos] pela primeira vez algum tipo de colaboração com esses novos jornalistas emergentes”.

Joel Simon, diretor executivo do Comitê de Proteção aos Jornalistas, e Sheila Coronel da Escola de Jornalismo da Columbia (e membro do conselho do ICJ) destacaram o *Rappler*, uma organização de notícias filipina, conhecida por suas duras investigações sobre o governo do presidente Rodrigo Duterte que enfrentou pressão contínua e tentativa de censura do governo.

"Eles foram assediados de todas as formas possíveis, é como uma enciclopédia: assédio *on-line*, trollagem, desinformação, ameaças físicas, ameaças regulatórias, ações judiciais", disse Coronel. "Quando você é atacado por um governo autocrático, eles jogam tudo em você."

2. Repórteres precisam de mais proteção à medida que as ameaças aumentam

“Há 267 jornalistas presos em todo o mundo, esse é o maior número que o CPJ já registrou. Existe uma estrutura consistente para a repressão, encorajada por líderes autocráticos”, disse Simon, ao abordar os reais perigos enfrentados pelos repórteres.

Simon citou o suposto assassinato de Jamal Khashoggi, colunista do *Washington Post* e exílio saudita, e a prisão de dois jornalistas da *Reuters* cobrindo o massacre de muçulmanos Rohingya em Mianmar como dois casos notórios que chamaram a atenção do público.

O número de repórteres presos sob acusações de "notícias falsas" mais do que dobrou desde que o presidente dos EUA, Donald Trump, foi eleito em 2016, de acordo com Simon.

As regiões de preocupação também mudaram nos últimos anos. O membro do ICIJ e repórter do *Süddeutsche Zeitung*, Bastian Obermayer, disse que lhe perguntaram se ele estava com medo de divulgar os *Panama Papers*:

“Naquela época eu disse: 'Estou realmente preocupado com os colegas na Rússia, na África e na América do Sul porque há muitos problemas com a liberdade de imprensa, mas nenhum na União Européia' e eu teria dito a mesma frase há um ano, mas depois que um colega com quem trabalhamos antes, Daphne Caruana Galizia foi assassinado em Malta e outro colega dos *Panama Papers*, Jan Kuciak foi assassinado na Eslováquia e agora outro caso na Bulgária.

"Esta é uma mudança traumática na minha vida e como vejo o mundo do jornalismo".

3. O novo modelo de jornalismo colaborativo está aqui para ficar

“O bem público é o principal motivador (das colaborações), não o bem proprietário”, o jornalismo colaborativo pode ajudar a mantê-lo funcionando? Era uma pergunta que Gordon Stables da *Annenberg School*, que estava moderando o painel, posou.

Existe um forte argumento comercial para trabalhar e publicar de forma colaborativa, disse Walker, que gerenciou várias das investigações globais do ICIJ.

Embora as redações tenham mais audiência, receita e impacto, ela admitiu: "Tivemos que mostrar a elas, não só é bom para a história, mas é bom para seus negócios".

Obermayer, que trabalhou em várias investigações do ICIJ antes dos *Panama Papers*, admitiu que ele ainda tinha que trabalhar para convencer seus editores a compartilhar o vazamento do *Panama Papers* porque temiam perder o furo.

Obermayer tentou argumentar com seus superiores, dizendo-lhes: "Claro, do bolo de atenção, teremos um pedaço menor, mas o bolo inteiro será muito maior."

Coronel, da Columbia, disse que o "novo modelo" tinha quatro pontos distintos:

“Primeiro, é jornalismo em rede, é plano, é horizontal, não é vertical. A segunda diferença é que é colaborativo, não é competitivo. Em terceiro lugar, é verdadeiramente global. Havia

correspondentes estrangeiros, mas nada como um verdadeiro jornalismo internacional transfronteiriço. E, quarto, o uso de tecnologia para comunicação segura e compartilhamento de grandes quantidades de dados”.

4. A mídia deve admitir seus erros - e comer uma torta humilde

Os membros do painel também notaram o papel que a própria mídia tem desempenhado na criação de parte da desconfiança.

"Precisamos ser um pouco mais humildes", disse Walker. "Não esqueçamos no processo de nos afirmarmos em um momento de ataque, as coisas que também fizemos de errado. "Profissionais de mídia contribuíram para uma abordagem rápida e frouxa da verdade e agora estão pagando por isso, disse Coronel da Columbia. “Nossa audiência está preparada para [desinformação] em parte por causa dos erros da grande mídia e do jornalismo profissional.”

Simon argumentou que uma combinação de fatores levou à situação atual: jornalismo defeituoso e aqueles que esperam tirar proveito das áreas fracas da mídia.

"Há muitas falhas na forma como a mídia se apresentou e há uma relação entre isso e a confiança do público", disse Simon.

“Mas também há atores malévolos que estão abanando os incêndios estabelecidos pelo próprio desempenho da mídia para alcançar um objetivo político.”

Walker disse que a mídia tem sido "arrogante" no tratamento de grupos desprivilegiados e que os jornalistas precisam mudar isso.

"As pessoas que se sentem invisíveis hoje, sentem que não as vemos", disse ela. "Nós provavelmente não os vimos, e provavelmente ainda não os vemos."

5. Transparência vai ajudar a recuperar a confiança do público

"É uma oportunidade", disse Walker sobre a crescente desconfiança da mídia. "É uma oportunidade de fazer um trabalho melhor, mais profundo, mais colaborativo (trabalho) ... e ser transparente sobre como conseguimos a história".

Revelar a sua metodologia e disponibilizar materiais de divulgação é uma situação vantajosa para jornalistas que enfrentam uma crise de credibilidade.

“Aqui estão os documentos, venha examiná-los, olhe para eles, faça sua própria história”, disse ela.

Mas não é tão fácil. Obermayer falou de sua luta para introduzir mais transparência no *Süddeutsche Zeitung*. “É muito difícil convencer os editores de que temos que mostrar abertura, porque eles estão acostumados a ser os guardiões”, disse Obermayer.

Essa mentalidade é uma “preocupação comercial histórica”? Perguntou Stables, citando um membro do corpo docente de Annenberg que enviaria pedidos de Lei de Liberdade de Informação a órgãos do governo em uma tentativa de descobrir o que as organizações de notícias dos concorrentes estavam investigando.

Obermayer disse que a resistência tradicional provavelmente se baseia no medo.

"Não queremos mostrar como nossa salsicha é feita", disse Obermayer sobre o processo de elaboração de relatórios. “Muitas vezes, isso acontece porque há um problema com a salsicha. Eu tenho muitos colegas na Alemanha que trabalham mais com os advogados do que deveriam”.

Organização Patrocinadora: Adessium Foundation - Patrocinador The Internacional Consortium of Investigative Journalists (ICIJ)

Respondente: Merel Borger

Posição na Organização: *Program Manager*

[Pesquisadora] Quantas plataformas (organizações) ligadas ao jornalismo e aos média sua organização financia e/ou patrocina?

Nós estamos falando sobre o que estamos financiando atualmente, então não são organizações que nós financiamos no passado. Estamos falando de organizações que estão envolvidas em um sentido amplo no cenário do jornalismo investigativo colaborativo, elas podem produzir um papel, no sentido de que fazem ou fazem jornalismo real, ou têm um papel de rede,

significando que organizam conferências, treinamentos, oficinas para jornalistas colaborativos. Então, no total, estamos falando de 23, 25 organizações.

[Pesquisadora] O que levou sua organização a financiar essas organizações?

O jornalismo está relacionado ao Programa de Interesse Público e o objetivo deste programa é trabalhar em prol de uma sociedade democrática aberta. Queremos promover a disponibilidade e acessibilidade da informação de qualidade e salvar o interesse público em uma sociedade democrática aberta. Por isso, consideramos o jornalismo investigativo colaborativo um pilar de uma sociedade democrática. Escolhemos há muitos anos para nos concentrarmos no gênero ou na prática específica do jornalismo colaborativo de investigação transfronteiriço, porque pensamos que esse lado do jornalismo tem a capacidade de contar histórias através das fronteiras e entre nações e grupos, porque as histórias ou questões da sociedade, que enfrentamos não param na fronteira, então o jornalismo tem que acompanhar isso. O jornalismo é um dos (...) do nosso portfólio ou do nosso programa. (...).

[Pesquisadora] Qual o nível de participação da sua organização nas decisões (editorial, financeira, ética) da plataforma?

Valorizamos o valor jornalístico chave da independência sem independência não é jornalismo. Nós nunca nos envolvemos, não queremos nos envolver, na parte editorial. A principal parte que contribuímos é o apoio financeiro. Muitas vezes, porque chamamos essa abordagem financeira, contribuímos para questões ou perguntas relacionadas à administração da organização. Temos o prazer de ajudar, disponibilizando fundos, por exemplo, para consultoria, para melhorar as operações técnicas ou outras questões, para ajudar no departamento de captação de recursos, ajudando a organização a encontrar a experiência que considera, mas nunca nos envolvemos com a substância o jornalismo, é claro, a parte editorial.

[Pesquisadora] Sua organização possui regras ou códigos de conduta que garantam a liberdade e independência da (s) organização (ões) financiada (s)?

Este é o ponto de partida. Também está no acordo que temos com as organizações jornalísticas. Para proteger sua independência, nós saímos com este acordo, e as organizações pedem para estar neste acordo também para proteger sua imagem de independência. É uma

boa solução ter este contrato. Também oferecemos às organizações o suporte de cursos para iniciantes, pois é bom para a organização decidir por si mesma como o dinheiro é melhor alocado. Isso também garante independência, porque eles podem decidir como o dinheiro é gasto.

[Pesquisadora] Quais são as maneiras pelas quais o nível de conformidade das plataformas financiadas é medido de acordo com as regras e valores da sua organização?

Antes de entrarmos em acordo, pedimos que a organização apresente sua solicitação de fundos e, com isso, podemos garantir que a organização cumpra nossas prioridades, que o jornalismo investigativo colaborativo mais transfronteiriço, como a organização funciona, como vai a arrecadação de fundos. Somos necessários? Nosso fundo é necessário? E então, se entrarmos em um acordo, antes das mãos, nós escrevemos o que chamamos de estrutura lógica, no que a organização vai trabalhar nos próximos três anos, e na maioria das vezes há três áreas que eles querem trabalhar. Isso poderia ser: o primeiro é o que chamamos de editorial, ou seja, queremos ter publicações de alta qualidade, as cinco a cada ano. O segundo queremos melhorar nossa colaboração internacional. E terceiro, queremos melhorar a estabilidade da organização. Algo assim. Podemos juntos concordar sobre quais são os marcos visíveis e realistas que devem ser alcançados em um período de três anos. Este quadro é tudo para as bases para as combinações que temos duas vezes por ano com a organização. O relatório que eles fazem duas vezes por ano é uma atualização do quadro lógico e da combinação por telefone ou reunião física que temos com eles.

Plataforma: Connectas

Respondente: Carlos Eduardo Huertas

Posição na Organização: Jornalista ICIJ, Director Connectas, Chief of Party of the Investigative Reporting Initiative in the Americas of ICFJ

[Pesquisadora] Como começou o relacionamento do Connectas com *Panama Papers*?

O ICIJ é composto por jornalistas, não são meios de comunicação e nem plataformas. Eu sou membro do ICIJ há onze anos e temos desenvolvido diferentes histórias em diferentes

momentos, histórias sobre temas ambientais, sobre tema de saúde, de corrupção. E quando o consórcio começa a trabalhar na filtragem nos documentos do jornal alemão nos papéis de Panama, nos convidaram a participar como um dos aliados para revisar essa informação e nós tivemos responsáveis pelos capítulos de Colômbia e de Panamá.

[Pesquisadora] Você pode nos contar um pouco sobre a experiência?

Foi desafiador porque é um trabalho emblemático, que significa como é o jornalismo do novo milênio e temos muitas dessas características, um trabalho colaborativo de grande escala, mais de 300 jornalistas. Foi muito valioso que o consórcio tem esse conceito de *Radical Sharing*, conceito de que toda a informação é um ativo da investigação, todos os membros tiram dessas mesmas informações e são responsáveis pelo que publicam. Então isso permitiu avançar muito interessante, que se replicou na segunda entrega do *Panama Papers* e outros projetos.

[Pesquisadora] Quais são os prós e contras deste tipo de projecto?

Contras: São exigentes, demandam muito tempo e temos ritmos que não são os habituais de uma investigação em uma redação. Benefícios: é que permitem te participar de projectos diferentes, com uma diferente perspectiva, e são projectos que beneficiam a reputação de quem participa, e adicionalmente, é divertido.

[Pesquisadora] Qual a importância de organizações colaborativas, como jornalismo e projectos de pesquisa?

A importância é que isso permite juntar saberes, fortalezas, perspectivas sobre realidade que são cada mais complexas. E com isso temos diferentes visões de colaboração. O mais básico é um editor de um país a ver as informações de outro país e esse olhar, de diferentes culturas, enriquece a visão dos temas, principalmente quando são jornalistas de diferentes países trabalhando em cima de temas comuns. Para que isso funcione é preciso que haja humildade, esse é um ativo que não é comum no mercado jornalístico tradicional, mas que é essas novas organizações estão marcando a agenda dos trabalhos jornalísticos.

[Pesquisadora] Qual é o futuro dessas organizações em termos de garantias de democracia, liberdade e diversidade, bem como a sobrevivência do jornalismo?

Os modelos de negócios actuais fracassam, as estruturas pesadas e custosas, contar com estruturas ligeiras e adaptáveis, faz que por si, por natureza, tenha uma possibilidade de sobrevivência diferentes das indústrias tradicionais. Há muitas coisas que resolver do ponto de vista de sustentabilidade, no mundo empreendedor é uma das variáveis fundamentais e ninguém resolveu. Nós fomos inteligentes ao nos movermos em diferentes linhas. Temos que estar muito ativos. Temos que encontrar fórmula.

Plataforma: The Internacional Consortium of Investigative Journalists (ICIJ)

Respondente: Guilherme Amado

Posição na Organização: Jornalista ICIJ, Vice-presidente Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)

[Pesquisadora] Como delinear os papéis das organizações colaborativas e do jornalismo tradicional?

O grande pulo do gato, o que torna a colaboração transnacional mais fácil do que a colaboração nacional, dentro de um mesmo estado é o fato de serem leitores diferentes e, portanto, a concorrência ser muito menor. *O Globo* definitivamente não concorre com o *New York Times*. O jornal alemão do vazamento do *Panama Papers* não concorre com o *Le Monde*. O fato de a concorrência ser menor torna mais fácil a colaboração. A questão do consórcio como ICIJ, e outros, colaborar com um veículo comercial, eu não vejo necessariamente como uma complementariedade, eu vejo uma facilidade maior quando você tem um *Hub* como ICIJ e OCCRP, de quando você está colaborando veículo a veículo directamente, porque no início desse ano eu estive com o CEO do *Financial Times* e perguntei a ele como eles viam a colaboração e ele falou que é muito difícil, que eles tentaram fazer uma colaboração com o *Los Angeles Times* e eram culturas muito diferentes, nós somos um jornal quatrocentão, muito conservador, e eles são um jornal da Califórnia, uma cultura muito mais moderna, achamos muita dificuldade em fazer a colaboração dar certo e acabamos que nós desistimos. Isso é muito comum, pois quando você pega dois veículos de culturas muito diferentes, se eles não tiverem muito dispostos a ceder pra fazer a coisa dar certo, você tem problemas. Quando você tem um anteparo entre eles, como o ICIJ, o OCCRP, esses organismos servem como filtro entre as diferenças entre os participantes da colaboração. Então, eles diluem essas diferenças, eles organizam, eles coordenam o trabalho. Porque em grandes colaborações, por exemplo, a

coordenação é muito trabalhosa. Você tem que ter alguém ali de xerife, você tem que ter alguém cobrando prazo, no pé, pra coisa sair. E, se você tem um organismo desse, uma pessoa neutra, cumprindo esse papel, é muito mais fácil.

[Pesquisadora] A preocupação é, por exemplo, o *The NY Times* não vai reduzir equipe por que tem uma equipe de jornalistas ali cobrindo a investigação, agora, no Brasil, eu tenho uma preocupação de que isso possa gerar um corte de postos de trabalho, pois estas organizações podem ver nas colaborações uma forma de economizar dinheiro com investigações. O que você pensa sobre isso?

Acho que o problema é anterior, o problema é a falta de interesse em colaborar. Eu estou escrevendo um texto para o anuário *Farol Jornalismo* sobre colaboração e vou falar sobre isso. A grande questão nossa ainda é fomentar a cultura de colaboração, é mostrar para as pessoas os benefícios da colaboração. Hoje você tem as redações ainda muito reativas, muito sem entender o potencial disso, então elas nem chegam a passar por esse problema que você está falando. Por exemplo, *O Globo* esse ano não teve nada em colaboração. A maior colaboração que nós tivemos esse ano, eles não fizeram parte, foi o Comprova. E a gente está falando do maior grupo de mídia, responsável por uma porcentagem bem alta do mercado de mídia brasileiro. E a realidade do grupo *Globo* é um pouco a realidade dos outros. Eu acho muito bom você ter *Folha*, *Estadão*, *Veja*, *SBT* no Comprova, e você começa difundir essa cultura que é inescapável, pois com a situação financeira que a gente tem, você não vai conseguir fazer bem o seu trabalho se você não colaborar. Os jornais *Folha*, *Estadão*, *O Globo*, hoje eles não têm, quando eles têm é tipo um repórter para o nordeste inteiro, nenhum deles tem um repórter em cada capital. E vários deles, se não me engano, não tem repórter em Minas Gerais. Acho que nenhum deles têm repórter no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e são jornais que se pretendem nacionais. Então porque não haver uma colaboração entre um deles e o *Zero Hora*, em que o *ZH* tivesse o direito de pedir uma vez por semana uma reportagem sobre Rio de Janeiro, ou São Paulo, com uma complexidade como de dois ou três dias de dedicação do repórter, e eles tivessem o mesmo direito em relação a um repórter do *ZH*. Óbvio que os jornais ficariam mais porque teria mais reportagens sobre o Rio Grande do Sul e vice-versa. Isso para mim é uma coisa tão óbvia, mas quando você entra, quando você fala nisso, você fala com uma cultura arraigada de anos, super centrada na coisa das redações grandes, que não existe mais e de competição que muitas vezes não faz sentido.

[Pesquisadora] Qual é o futuro dessas organizações de suporte ao jornalismo colaborativo no que diz respeito às garantias de democracia, liberdade e diversidade, bem como a sobrevivência do jornalismo?

O futuro é muito positivo, acho que elas aumentam a proteção dos jornalistas, aumentam a capacidade de comunicação dos jornalistas, então, por exemplo, no ICIJ, nós temos uma rede de que se algum integrante, de qualquer país do mundo sofre qualquer tipo de ameaça, fala nessa rede, pede ajuda da rede inteira, todos falam e tuitam, cobram e muitos de nós somos organizados também com as associações em nossos países, colocamos essas associações para trabalhar, então eu acho o futuro muito bom. Eu acho que vem crescendo principalmente nos países desenvolvidos a certeza de que o jornalismo é fundamental para a democracia e para um bom ambiente de investimentos, é um defensor da democracia e a democracia traz dinheiro, traz investimentos, então você tem muitas fundações colocando dinheiro no jornalismo. O ICIJ recebeu ótimas doações nos últimos anos em função de uma publicidade por conta do trabalho deles. O OCCRP está indo pelo mesmo caminho, a tendência é que eu acho que se reproduza ao redor do mundo.

[Pesquisadora] De sua perspectiva nacional, quais são os prós e contras da colaboração no jornalismo?

Isso é o que eu tentei explorar durante esse ano que estive em Stanford. Eu não consegui encontrar nada negativo. Existe um risco de quando a colaboração não tem volta, ou seja, você só doa o seu trabalho, só faz pelo o outro e não recebe nada em troca, isso é ruim para você, mas se você faz isso em algum trabalho ou por algum tempo, naturalmente você vai perceber que aquele não é um parceiro confiável, não é um parceiro que vale. Então eu acho que esse não é um problema da colaboração, é um problema do ser humano, e cabe um par dar limite ao outro.

Plataforma: Connectas

Respondente: Carlos Eduardo Huertas

Posição na Organização: Diretor

[Pesquisadora] Como surgiu a organização, qual é a sua missão e valores?

Connectas é uma organização jornalística sem fins lucrativos que busca promover o intercâmbio de informações sobre temas chave para o desenvolvimento das Américas e este ano completou 5 anos de actividades contínuas e seis anos desde o momento em que começou como fundação, a partir de um projecto que foi gestado na bolsa de estudos em Newman em Harvard que tive oportunidade de participar e que depois foi consolidado na região pelas mãos do centro internacional para jornalistas. Meu trabalho como jornalista tem sido principalmente em investigação e tive oportunidade de estar por pouco mais de 12 anos na Revista Semana e acredito que foi minha principal atividade profissional, fui diretor de investigações. E este é um dos principais objetivos da organização, que é desenvolver histórias em profundidade e histórias investigativas, mas talvez um dos aspetos que mais que movem a organização é expor abusos de poder, quando grupos empresariais abusam de sua posição dominante para “furar” as leis de mercado, ou regimes semidemocráticos violando direitos democráticos, ou grupos guerrilheiros ou de crime organizado que participam em actividade de desflorestamento, de madeira, ou professores inescrupulosos que abusam de sua posição para patrocinar actividades de assédio sexual. E o que vemos que as outras características da organização é a colaboração, por isso se chama Connectas, que nos permite aproveitar oportunidade que estão naturalmente na região, como nenhuma outra região. Na América Latina temos uma língua comum, tradições e histórias similares e uma simpatia natural que permite colegas de diferentes lugares se encontre de maneira muito espontânea e podem gerar químicas, boas relações e nosso objetivo é como converter isso que é um fator natural na região, como converter o *pari-factor* em um *working-factor*. E sobretudo levando a discussão sobre temas que estão transformando a realidade da América Latina e que a imprensa tradicional não está cobrindo. Na região há muitas iniciativas de integração política e um pode ver isso com desconfiança, mas é isso o que está acontecendo e decisões que afetam a vida cotidiana dos cidadãos na região. E muitas delas estão em evidência por questões políticas, por exemplo, as alianças político-econômicas em torno do Mercosul, à ALBA, à Aliança do Pacífico. Por outro lado, o mundo empresarial está cada vez muito mais transnacional, uma evidência são as chamadas empresas multilatinas, que tem suas origens na América Latina e seus principais mercados e cada vez figuram cada vez mais de forma predominante em *rankings* internacionais como as maiores empresas do mundo e nossa pergunta é como isso se traduz para a região, uma maior concentração de riqueza, traz cada vez muito mais miséria e o que vemos pelo contrário o crime organizado é uma atividade que na América Latina é bastante próspera faz muito tempo que percebeu que desde a Patagônia

até o Canadá é uma mesma região e estão se movendo pela região sem nenhum tipo de fiscalização. Então vemos um universo de situações na região que estão acontecendo e que a imprensa em termos gerais, não está vendo, pois estão concentrados no que acontece nas capitais, nem sequer sabem o que está acontecendo em suas regiões e muito menos o que está acontecendo com seus vizinhos. Portanto, está é uma forma, por meio dessas organizações, é assumir essa linha, que busca contar de melhor maneira essas realidades que estão transformando a região, para manter uma melhor informação para que possam tomar uma melhor decisão.

[Pesquisadora] Como definir o papel da organização no cenário do mercado de mídia (especialmente relacionado à mídia local e nacional)

Consideramos os meios de comunicações tradicionais como potenciais aliados. Entendemos que há mudança nos modelos de negócios, na dinâmica e actividade em que estamos. Nós nos entendemos como um novo espécime nesse ecossistema, mas não uma espécie que busca competir, não é algo que passa pela nossa cabeça, somos mais articuladores. E, nessa articulação, paradoxalmente, terminamos facilitando que histórias de valor jornalístico, com sentido, se instalem em meios tradicionais e utilizem esses canais massivos para chegar a um maior público. É feito pela grande maioria dos jornalistas com que trabalhamos são jornalistas que fazem parte de meios tradicionais e que dentro da proposta metodológica e de produção que temos, desenvolvem histórias de maneira colaborativa, em aliança com Connectas e outros aliados e que conseguem publicar em suas plataformas.

[Pesquisadora] Quem patrocina a organização e qual a relação do patrocinador com o trabalho realizado, as decisões editoriais e a divulgação dos resultados?

Com relação aos patrocinadores, Connectas é uma organização sem fins lucrativos e como a estrutura tradicional do mundo sem fins lucrativos a forma de conseguir recursos é através de doações, de recursos próprios, de projectos especiais, temos um pouco de cada um. E buscando o que busca todo mundo que é sustentabilidade. E no nosso caso nos aliamos com organizações com a que temos identidade acerca dos valores democráticos, trabalhamos com organizações alemãs, com o centro internacional para jornalistas, e com outros aliados que fazem parte do panorama de fundações que estão ajudando a promover o jornalismo independente. Nunca tivemos situações de imposição de agenda. O que temos é interesse

comuns acerca de um tema, e desenvolvemos a nossa metodologia que é um modelo de comando 360 graus, que é um modelo que nos permite, em uma primeira etapa, identificar novos talentos através de nosso programa de formação presencial ou formação online – desenvolvemos uma escola virtual, que tem tido muito sucesso nos últimos anos e que nos tem permitido abarcar praticamente todo o continente e a partir daí buscamos quem participa destes programas, que é parte desses programas é apresentar propostas jornalísticas e passar a segunda etapa que são os acompanhamentos, e o principal é o editorial. Temos um grupo de editores que fazem parte da equipa, temos um editor em Miami, Argentina, El Salvador, Panamá, México, Colômbia são ao todo seis. Temos também uma equipa que apoia a visualização das histórias e, também, nos interessa muito que estas histórias, no momento da publicação, tenham a maior difusão possível, buscando que tenham impacto, pois ao final do dia é que o engrandece estas publicações. Depois disso as pessoas começam a fazer parte da comunidade jornalística de Connectas, que é um espaço de cumplicidade jornalística, na qual as pessoas passam a receber uma série de benefícios, quanto mais aportes, mais benefícios. E a ideia é que posteriormente é que essa unidade que dá a organização é poder estimular o desenvolvimento de trabalhos colaborativos entre os membros da comunidade. Então é esse é o modelo pelo qual trabalhamos.

[Pesquisadora] Como a organização escolhe os assuntos a serem investigados? Quais processos e pessoas estão envolvidos?

(Junto com a resposta posterior)

[Pesquisadora] Que mecanismos a organização utiliza para garantir a transparência, integridade, credibilidade, diversidade e sustentabilidade dos projectos?

A organização publica Relatórios Anuais no *website* que se podem os avanços das nossas ações. Adicionalmente, em termos editoriais o que temos é essa estrutura que chamamos *La Mesa*, que são as discussões dos temas que vamos trabalhar, são discussões que se dão de maneira aberta, sobre interesse jornalístico, e se faz uma seleção das propostas e a partir daí é que começamos a trabalhar.

[Pesquisadora] Quais mecanismos são usados para garantir apoio legal a jornalistas e fontes?

Há três dimensões dessa questão: a dimensão física, a digital e a legal. E, realmente, temos tido muito mais atenção à segurança física e a segurança digital, que graças a programas que temos com ICIJ nos tem permitido contar os especialistas em casos específicos de atenção. Esse é também um caso importante de atenção. Afortunadamente, não temos tido, aí uma questão de segurança legal, mas é parte do modelo porque nós temos diferentes tipos de aliança e uma é quando são em torno de uma tema, como é o caso do ICIJ e do *Panama Papers*, onde nos encontramos com a organização, mas que cada um toca as suas investigações individualmente e se publica em uma mesma estrutura. A outra forma, é uma outra organização tem um tema que também nos interessa, que nós podemos pedir recursos e, nestes casos, a pessoa que faz parte do programa de residência jornalística em Connectas é um desses casos que a aliança com os aliados é diferente, porque participamos de maneira muito mais ativa na tomada de decisões editoriais. A terceira forma é quando os jornalistas apresentam propostas e nós vamos acompanhar e aí a autoria e a responsabilidade são plenamente do jornalista, isso porque partimos do pressuposto que o jornalista participa de uma organização jornalística e que ele está apoiado por essa organização caso qualquer coisa aconteça.

Plataforma: Connectas

Respondente: Suchit Chávez

Posição na Organização: Jornalista Connectas - Rede Norte Connectas

[Pesquisadora] Como começou seu relacionamento com a Connectas?

Entrei na Connectas desde 2013, quando recebi um *workshop* com eles sobre Jornalismo Investigativo. A Connectas estava apenas começando com o treinamento de jornalistas e todas as suas abordagens ao jornalismo colaborativo e transnacional me animaram muito e me fizeram sentir que falávamos a mesma língua, já que em várias ocasiões senti a necessidade de encontrar um colega, em outro país, que poderia contar uma parte de alguma história que eu estava trabalhando, e não poderia fazer porque essa parte estava em outro país. O elo subsequente foi o desenvolvimento de algumas investigações nas quais recebi apoio financeiro e logístico deles, como parte de ter recebido as oficinas de jornalismo investigativo. Essas investigações foram: uma sobre transportadores de cargas pesadas ligadas ao narcotráfico na América Central, outra sobre a impunidade e altas taxas de violência e,

finalmente, uma relacionada ao tráfico de armas na América Central. Atualmente, sou correspondente da Rede Norte Connectas, que é um projecto que estamos apenas começando e que tenta ser representante da Connectas para países específicos. No meu caso, sou o contato para jornalistas do México, Honduras e Panamá.

[Pesquisadora] Você pode nos contar um pouco sobre a experiência de um projecto específico?

O relacionamento com a Connectas e sua ajuda me ajudaram a dar corpo e finalizar uma investigação sobre o tráfico de armas que já vinha trabalhando há vários meses. Seu apoio era essencial para poder viajar de El Salvador para Honduras e rastrear informações importantes sobre o caso. Posteriormente, a Connectas me apoiou para que a mesma pesquisa fosse brevemente exposta na Conferência Global de Jornalismo Investigativo na Noruega, em 2015.

[Pesquisadora] Quais são os prós e contras deste tipo de projecto? E colaboração no jornalismo?

Os profissionais são que eles ajudam os jornalistas a entender que eles devem ter uma visão mais ampla dos fenômenos que ocorrem em seus países. Ao relatar os fatos e apresentá-los como algo regional - embora não com todas as questões, é possível, é claro - o impacto das histórias aumenta. Não é apenas que o prefeito de um município muito pequeno do X país esteja, por exemplo, lavando dinheiro através de times de futebol. Caso contrário, esse fenômeno também poderia estar acontecendo em vários outros países. Desta forma, é complicado para os corruptos tentarem escapar. Os contras é que é um método complexo de trabalho, que nem todos os jornalistas podem realizar, pois requer comprometimento, disciplina e humildade. Ou seja, esteja ciente de que o trabalho deve ser igual entre a equipa de trabalho, mesmo que os jornalistas estejam em países diferentes, e que tudo passe por um filtro para consultar e chegar a um acordo entre todos. Quanto à organização, é muito positivo que a Connectas motive precisamente a colaboração de jornalistas. Os contras são que o financiamento dessas organizações não é eterno, e você tem que se reinventar continuamente com várias propostas.

[Pesquisadora] Qual é a importância de organizações colaborativas para o jornalismo e para projectos de pesquisa?

Como eu disse antes: a Connectas ajudou a "remover" jornalistas da região da América Central de uma boa maneira. Antes, não se falava de colegas de diferentes países colaborando para trabalhar e levantando uma única questão, que afetaria cada um de seus países. Por exemplo, se não houvesse colaboração desse tipo, o caso *Odebrecht*, ou *Panama Papers*, não teria o impacto que tiveram, e os jornalistas continuariam nos fazendo muitas perguntas sobre o caso. Eu acho que a importância, precisamente, é que o trabalho em equipa ajuda jornalistas a tentar entender as complexidades de um mundo global, que por muitos anos nos ultrapassou os jornalistas.

[Pesquisadora] Como delinear os papéis das organizações colaborativas e do jornalismo tradicional?

[Pesquisadora] É exatamente como falou, os limites entre um e ou, se eles competem, se eles são apoiados, se eles são parceiros. Alguns entrevistados falaram da falta de compreensão e cultura colaborativa na maioria dos meios tradicionais.

Minha experiência neste caso é principalmente com a Connectas e o ICIJ. A ideia da Connectas é ser parceira dos média de diferentes países e até agora tem sido bem-sucedida. A colaboração entre a Connectas e outras organizações dos média não tradicionais também tem sido muito boa. No entanto, é verdade que a colaboração entre os meios de comunicação dentro de um país ainda é difícil, pois eles continuam a ser vistos como concorrentes. Nesse sentido, pode haver a percepção de que a Connectas pode ser constituído como "competição" ao colaborar com alguns meios e não com outros, mas não é frequente.

[Pesquisadora] Sobre o futuro dessas organizações em termos das garantias da democracia, a liberdade e a diversidade e a sobrevivência do jornalismo?

[Pesquisadora] A ideia aqui é perceber se você, como jornalista, acredita que as redes de jornalismo colaborativo, como Connectas, Convoca, ICIJ assumem um papel importante na garantia dos valores democráticos e do jornalismo em geral – através de seu modelo mais democrático, mais sensível a questões sociais, que normalmente não recebem a mesma atenção dos média tradicionais, sugerindo um novo modelo de negócios.

Acredito que organizações externas que trabalham com organizações dos média locais ajudar a promover a democracia, especialmente em contextos políticos difíceis, como eles fornecem oportunidades para relatar fatos que, em países com tais características é mais complexo. Isso, até certo ponto, ajuda a abrir novos modelos de negócios e a planejar novos modelos de trabalho.

[Pesquisadora] Sobre como você avalia o suporte legal? Você acha que o trabalho e a fonte dos projetos estão protegidos?

[Pesquisadora] Sim, o trabalho é jornalístico, pesquisa e fontes são usadas pelo jornalista na investigação, que pode ser uma entrevista ou mesmo um denunciante. Acredito que o apoio legal aos jornalistas continua fraco na maior parte da América Latina, mesmo dentro de sua própria mídia. No entanto, em termos gerais, o trabalho com as fontes parece-me ser melhor realizado por jornalistas. O principal problema, eu acho, é a pressão que estão sujeitos os jornalistas dentro de sua própria mídia organizações, como a ameaça de retirada da publicidade oficial e agentes mesmo de monitoramento do crime ou o Estado continua a acontecer em países como México, Panamá e Guatemala, para citar alguns.

Apêndice III – Relação das Reportagens Analisadas

Plataforma: *The Panama Papers*

País/Região	Meio de Comunicação	Link da matéria
UK	<i>The Guardian</i>	https://www.theguardian.com/news/2016/apr/03/the-panama-papers-how-the-worlds-rich-and-famous-hide-their-money-offshore
Brasil	<i>O Estado de S.Paulo</i>	https://politica.estadao.com.br/noticias/panama-papers,escritorio-de-advocacia-e-a-porta-de-entrada-para-o-vasto-fluxo-de-segredos-sombrios-das-offshore,10000024604
Brasil	<i>UOL</i>	https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2016/04/03/panama-papers-revelam-107-offshores-ligadas-a-personagens-da-lava-jato/
Portugal	<i>Expresso</i>	https://expresso.sapo.pt/internacional/2016-04-08-Mais-de-240-portugueses-nas-offshores-do-Panama#gs._A2WF=A
República Checa	<i>Ceske Centrum Pro Investigativni</i>	https://www.investigace.cz/panamapapers-slovensko/
África	<i>African Network of Centers for Investigative Reporting (ANCIR)</i>	https://panamapapers.investigativecenters.org/nigeria-2/
Paquistão	<i>Center of Investigative Reporting in Pakistan (CIRP)</i>	http://cirp.pk/the-panama-papers-pages-from-pakistan/
Colômbia	<i>Connectas</i>	https://www.connectas.org/panama-al-desnudo/
Estados Unidos da América	<i>The New York Times</i>	https://www.nytimes.com/2016/06/07/opinion/panama-papers-point-to-tax-evasion.html
Alemanha	<i>Süddeutsche Zeitung</i>	https://panamapapers.sueddeutsche.de/articles/56febf0a1bb8d3c3495adf4/

Plataforma: Microsoft

País/Região	Meio de Comunicação	Link para a matéria
Portugal	<i>Público</i>	https://www.publico.pt/2017/04/09/politica/investigacao/europa-a-colonia-digital-dos-eua-1767844
Alemanha	<i>Der Tagesspiegel</i>	https://www.investigate-europe.eu/why-europes-dependency-on-microsoft-is-a-huge-security-risk/
Itália	<i>Il Fato Quotidiano</i>	https://www.ilfattoquotidiano.it/premium/articoli/ostaggi-di-microsoft-lo-stato-si-e-consegnato-alla-multinazionale/
Grécia	<i>Efsyn</i>	https://www.efsyn.gr/arthro/eyropi-i-psifiaki-apoikia-tis-microsoft
Austria	<i>Falter</i>	https://www.falter.at/archiv/wp/gefangen-in-der-welt-von-microsoft
UK	<i>ComputerWeekly</i>	https://www.computerweekly.com/feature/Locked-in-by-choice-how-European-governments-are-handling-their-Microsoft-addiction
Suíça	<i>Handelszeitung</i>	https://www.handelszeitung.ch/unternehmen/die-bueroftware-als-sicherheitsrisiko-1380397
Bélgica	<i>De Standaard</i>	http://www.standaard.be/cnt/dmf20170414_02835689
República Checa	<i>Ceske Centrum Pro Investigativni</i>	https://www.investigace.cz/je-ceska-statni-sprava-rukojmim-microsoftu/
Polónia	<i>Newsweek</i>	http://www.newsweek.pl/plus/biznes/microsoft-kontroluje-polska-administracje-czym-to-grozi-,artykuly,408875,1,z.html

Plataforma: América Latina, Región de Carteles

País/Região	Meio de Comunicação	Link para a matéria
Colômbia	<i>Connectas</i>	https://www.connectas.org/especiales/america-latina-region-de-carteles/ganar-sin-competir.html
Perú	<i>IDL-Reporteros</i>	https://idl-reporteros.pe/america-latina-una-region-de-carteles/
El Salvador	<i>Séptimo Sentido</i>	http://7s.laprensagrafica.com/boom-carteles-empresariales-america-latina/
Colômbia	<i>El Espectador</i>	https://www.elespectador.com/noticias/el-mundo/boom-de-carteles-empresariales-en-america-latina-articulo-732860
Perú	<i>La Republica</i>	https://larepublica.pe/economia/1175420-los-oligopolios-son-el-caldo-de-cultivo-para-los-carteles
México	<i>Breaking</i>	https://breaking.com.mx/2018/01/cartel-del-cemento-fijaron-precios-eliminaron-competencia-mexico-brasil-colombia/
México	<i>Aristegui</i>	https://aristeginoticias.com/1101/mundo/boom-de-carteles-empresariales-en-america-latina-una-investigacion-de-idl-reporteros-y-connectas/
Colômbia	<i>Connectas</i>	https://www.connectas.org/especiales/america-latina-region-de-carteles/perseguir-la-colusion.html
Perú	<i>IDL-Reporteros</i>	https://idl-reporteros.pe/america-latina-region-de-carteles/cobrar-por-los-danos.html
México	<i>Huffington Post</i>	https://www.huffingtonpost.com.mx/2018/01/28/america-latina-region-de-carteles_a_23345085/

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT